



Reportagem

Educação financeira: um assunto que faz parte de todas as fases da vida

Artigos abordam importantes temas para a profissão

SUMÁRIO

Palavra do Presidente

3



Reportagem

Educação financeira: um assunto que faz parte de todas as fases da vida

Lorena Molter

5



Artigo Convidado

Demandas e competências dos profissionais de controladoria
na região Sul do Brasil

Silvana Dalmutt Kruger, Edicreia Andrade dos Santos e Elisangela Aparecida dos Santos

13



Artigo

Evidenciação das contribuições para o cumprimento dos Objetivos
de Desenvolvimento Sustentável: Panorama das Instituições de Ensino
Superior Brasileiras

Moraci Medeiros Ramos e Rosamaria Cox Moura Leite

29



Artigo

A relação entre ESG e *tax avoidance* e bancos listados
na B3 à luz da teoria dos *stakeholders*

Caio Arruda Souza Henriques e Raimundo Nonato Rodrigues

43



Artigo

Ensinando notas explicativas sob a ótica da comunicação

Bruno Barbosa de Souza e Gilberto José Miranda

61



Artigo

Características das questões da área de Auditoria Contábil apresentadas
no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade

Luana Rocha Cuani, José Vitor Molinari Zambom e Letícia Matioli Grejo

69



Artigo

Evidenciação dos mecanismos de *profit shifting* em transações com partes
relacionadas de empresas brasileiras listadas

Ana Flavia Penso Arendt e Luciane Dagostini

83

PALAVRA DO PRESIDENTE

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) concluiu 2024 com grandes conquistas para a classe contábil e a sociedade. A publicação das Normas Brasileiras de Contabilidade sobre sustentabilidade e da norma que trata de créditos de carbono, as participações da entidade nas discussões sobre a Reforma Tributária no Senado Federal, o lançamento da Agenda Legislativa do Sistema Contábil Brasileiro no Congresso Nacional e a aprovação das novas Diretrizes Curriculares para o curso de Ciências Contábeis são alguns exemplos de ações que contribuíram para avançarmos ainda mais.

Contudo, é fundamental ressaltarmos a realização do 21º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC). A iniciativa reuniu mais de 7 mil participantes; proporcionou 48 painéis, 9 palestras e 22 fóruns; e contou com a apresentação de 150 trabalhos técnicos e científicos. Essa realização merece destaque, justamente porque a capacitação e o incentivo à pesquisa e à inovação são as bases para que qualquer outra ação aconteça com êxito.

Ao seguir essa linha de raciocínio, anunciamos que em 2025 haverá o 14º Encontro Nacional da Mulher Contabilista (ENMC), segundo maior evento da Contabilidade brasileira. Tradicional no calendário contábil, o encontro carrega dois pontos essenciais: capacitação de qualidade, valorização da pesquisa técnica e científica e promoção da valorização das mulheres da classe. A atividade acontece de 24 a 26 de setembro, em Natal/RN, e reunirá milhares de profissionais da área.

Dessa forma, iniciamos 2025 com passos firmes na direção do fortalecimento contínuo da Agenda ESG, que trata dos aspectos ambientais, sociais e de governança, no âmbito do Sistema CFC/CRCs. Naturalmente, estamos certos de que, ao trabalharmos essas temáticas internamente, alcançamos o ambiente externo e geramos frutos para a sociedade.

Samuel Figueira/acervo CFC



Aécio Prado Dantas Júnior
Presidente do CFC

A comunidade acadêmica é nossa grande parceira nessa jornada. Afinal, é a ciência que nos permite evoluir em nossa caminhada e viver o futuro com mais segurança e sabedoria. Sabemos também que é por meio das respostas vindas de diversas pesquisas que conseguimos, como profissionais da contabilidade, manter o nosso propósito de colaborar com o desenvolvimento sustentável. Por isso, esperamos que neste ano, assim como nos passados, possamos trazer nas páginas da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) artigos de elevada qualidade, que façam a diferença em nossa sociedade.

Nesta primeira edição, iniciamos com o pé direito ao levarmos aos leitores artigos de qualidade que contemplam diversas áreas das Ciências Contábeis, além de conteúdos com caráter multidisciplinar. Em complemento, a reportagem do exemplar trata de educação financeira, uma temática que alcança todas as gerações e que influencia o desenvolvimento socioeconômico das nações. Também é fundamental lembrar que a RBC Especial 2025 abordará o tema "Educação e Pesquisa em Contabilidade". Um assunto essencial, visto que a formação fortalecida reflete em uma profissão ainda mais forte e atuante. O prazo para o envio dos artigos é 30 de abril.

Aguardamos trabalhos inovadores e desejamos uma excelente leitura!

EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE
Edição n.º 271, janeiro/fevereiro de 2025 –
periódico bimestral - ISSN 0104/8341

> **Editor**
Conselho Federal de Contabilidade
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília/DF – CEP 70070-920
site: www.cfc.org.br; e-mail: cfc@cfc.org.br

> **Conselho Diretor**
Presidente
Contador Aécio Prado Dantas Júnior
Vice-Presidentes
Contadora Ana Luíza Pereira Lima
Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues
Contador Carlos Henrique do Nascimento
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Contador José Donizete Valentina
Contador Maria Dorgivânia Arraes Barabá
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos
Contador Sebastião Célio Costa Castro

> **Conselheiros Efetivos**
Contador Adriano de Andrade Marrocos
Técnico em Contabilidade Aginaldo Mocelin
Contadora Andrezza Carolina Brito Farias
Contador Bruno Sítônio Fialho de Oliveira
Contador Carlos Rubens de Oliveira
Contadora Gercimira Ramos Moreira Rezende
Contador Haroldo Santos Filho
Contador Heraldo de Jesus Campelo
Contador Ian Blois Pinheiro
Contador Itajay Maria Soares
Contador José Domingos Filho
Contadora Katiucya Julião de Moura Manfredini
Contadora Luana Aguiar Pinheiro Costa
Contador Manoel Carlos de Oliveira Junior
Contadora Maria do Rosário de Oliveira
Contador Rangel Francisco Pinto
Contador Sérgio Faraco
Contador Wellington do Carmo Cruz

> **Conselheiros Suplentes**
Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Junior
Contador Domingos Sávio Alves da Cunha
Contador Edneu da Silva Calderari
Contador Elias Dib Caddah Neto
Contador Erivan Ferreira Borges
Contador Fabiano Ribeiro Pimentel
Contador Glaydson Trajano Farias
Contador Helcimmar Araújo Belém Filho
Contador José Alberto Viana Gaia
Contador Jose Luiz Marques Barreto
Contador José Gonçalves Campos Filho
Contadora Liliana Farias Lacerda
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contador Marcelo Augusto Jorge
Contadora Maria Leny Adânia de Sylos
Contadora Marliete Alves Silva Teixeira
Técnico em Contabilidade Maurício Gilberto Cândido
Contadora Mônica Foerster
Contador Norton Thomazi
Contadora Palmira Leão de Souza
Contador Roberto Schulze
Contadora Sônia Maria da Silva Gomes
Contadora Vitória Maria da Silva
Contador Valmir Leônico da Silva
Contador Weberth Fernandes

> **Coordenadora do Conselho Editorial da RBC**
Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

> **Conselho Editorial da RBC**
Doutor Alison Martins Meurer
Doutor Antonio Rinha da Silva
Doutor Emanuel Marcos Lima
Doutor Ermani Ott
Doutor Fernando de Almeida Santos
Doutora Maria Ivanice Vendruscolo
Doutor Romualdo Douglas Colaudo
Doutora Rosimeire Pimentel Gonzaga
Doutor Wenner Gláucio Lopes Lucena
Doutor Vanderlei dos Santos

> **Jornalista Responsável**
Daniel Guerra – 8298-DF

> **Redação**
Lorena Molter

> **Projeto Gráfico**
Igor Outeiral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes

> **Diagramação**
Jailson Belfort

> **Revisão**
Maria do Carmo Nóbrega, Elaine Cristina Oliveira e
Maria Karoline Domingues

> **Ilustrações**
Jailson Belfort

> **Colaboradora**
Maria do Carmo Nóbrega

> **Artigos**
Telefone: (61) 3314-9606 – e-mail: rbcartigos@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



REPORTAGEM

Educação financeira: um assunto que faz parte de todas as fases da vida

Por Lorena Molter

A temática ganhou popularidade no mundo inteiro devido a mudanças em leis, crises econômicas, transformações culturais e crescimento do endividamento. Embora pareça um assunto restrito à população economicamente ativa, trabalhá-lo com todas as faixas etárias, desde crianças até idosos, também faz a diferença, tanto para o contexto pessoal desse público quanto para a economia das nações. O investimento nessa área, portanto, deve estar presente em políticas públicas, empresas e escolas.

A educação financeira ganhou destaque nos últimos anos, tornando-se uma preocupação para governos e empresas. Por outro lado, parte da população sente os efeitos decorrentes do desconhecimento sobre o tema, como endividamento, que afeta cidadãos de todo o globo, inclusive de países desenvolvidos. Outro ponto em evidência é o fato de que o assunto não se restringe ao universo dos adultos e inclui atividades e preocupações relacionadas aos idosos e às crianças.

Mudanças culturais, econômicas, comunicacionais e legais colocaram a educação financeira sob holofotes, o que ampliou os investimentos voltados para a capacitação na área. A presidente da Associação de Profissionais Orientadores e Educadores em Finanças (Apofef), Rosielle Pegado, explica que mudanças na comunicação favoreceram a projeção do tema. Segundo a profissional, “as redes sociais e o trabalho de educadores financeiros tornaram o tema mais acessível”.

A especialista ainda ressalta que a democratização dos investimentos também contribuiu para a edificação desse cenário. “As *fintechs* democratizaram os investimentos ao permitir em qualquer pessoa, com qualquer quantia, comece a investir. Isso é um contraste enorme com o passado, quando a poupança era a opção mais popular devido à sua baixa barreira de entrada. Naquela época, investir em produtos financeiros demandava volumes significativos de dinheiro”, menciona.

O professor doutor Felipe Pontes, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), fala sobre a influência das crises econômicas na disseminação do assunto. “Crises econômicas recentes, como a de 2008 e a pandemia [de Covid-19] de 2020, demonstraram como a falta de preparo financeiro pode impactar tanto famílias quanto economias inteiras. Políticas públicas globais, como as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), também incentivam a inclusão do tema como prioridade”, avalia. Pegado ainda frisa que aspectos como inflação, desemprego e crises financeiras comprovaram que a sociedade precisa ser preparada para lidar com esse tipo de cenário.

Outro fator que influenciou a popularização da educação financeira foi a questão normativa brasileira, segundo o professor dou-

tor Wenner Gláucio Lopes Lucena, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). “Em 2010, surgiu o Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010, em que o Governo brasileiro reconhece a educação financeira como uma forma de inclusão social para o desenvolvimento da população brasileira. Acredito que, no Brasil, esse foi o ‘pontapé inicial’”, compartilha.

Educação financeira e economia

Os problemas com educação financeira não apenas impactam o indivíduo que possui esse inconveniente, mas também refletem no desenvolvimento das nações. Em contrapartida, uma população saudável nesse aspecto pode impulsionar o país. “Indivíduos fi-

nanceiramente educados tendem a consumir de forma mais equilibrada, poupar para o futuro e investir em ativos produtivos, o que estimula o crescimento econômico. Além disso, reduzem a dependência de programas sociais e criam maior resiliência econômica nacional diante de crises. Eu gosto de dizer sempre que só teremos um país realmente desenvolvido quando o nosso mercado de capitais estiver desenvolvido e, para termos um mercado de capitais desenvolvido, que possa ajudar as empresas a captarem recursos de longo prazo que criarão emprego e renda, precisamos ter educação financeira, antes de qualquer coisa”, resalta Felipe Pontes.

O professor doutor Wenner Lucena descreve como a falta de educação financeira pode seguir um ciclo bem mais profundo do que apenas o econômico, mas que, ainda assim, influencia os países. “Quando as pessoas não se endividam e controlam seu orçamento, há um ganho para a nação porque se evitam diversos problemas sociais. Por exemplo, uma pessoa superendividada, muitas vezes, entra em depressão, não consegue trabalhar e gera um monte de gastos para o Governo, ‘vive na corda bamba’ e prejudica todo um ecossistema, gerando um círculo vicioso que prejudica toda uma sociedade. O grande problema é que, muitas vezes, as políticas públicas não entendem o gasto dessa situação”, elucida.



“Técnicas como planejamento financeiro e análise de prioridades permitem maior controle emocional, minimizando decisões impulsivas.”

Rosielle Pegado resume como funciona a lógica que envolve crescimento do Estado e educação financeira. “Essa conscientização individual tem reflexos coletivos. Quando as pessoas aprendem a poupar, investir e controlar seus gastos, há menos inadimplência, o que fortalece o mercado financeiro. Além disso, o aumento da poupança interna estimula investimentos, impulsiona o crescimento econômico e contribui para a estabilidade do país. É um ciclo virtuoso em que o conhecimento financeiro individual beneficia toda a sociedade”, conclui.

Educação financeira x aspectos psicológicos

É comum ouvir a expressão “compras por impulso” e encontrar indivíduos que relatam a necessidade de consumir os últimos produtos lançados, como novas versões de celulares, para se sentirem integrados na sociedade e, até mesmo, conhecer histórias de pessoas que entraram em depressão por não encontrarem meios para pagar as suas dívidas.

Cidadãos financeiramente educados podem estar mais bem preparados ou conscientes para lidar com os impulsos, muitas vezes ali-

mentados pela sociedade. No entanto, esse contexto nem sempre é tão simples, como elucida Wenner Lucena. “Não é tão fácil. Na universidade, eu ministro uma disciplina que trata justamente desse tema. Eu trabalho finanças pessoais e comportamentais, e a minha preocupação é preparar as pessoas para controlarem esse impulso. Não é fácil, porque, por trás dos aspectos psicológicos, ainda existe a questão cultural, em que somos bombardeados para consumir. Acredito que o planejamento e a disciplina minimizam os efeitos desse impulso.”

Rosielle Pegado lembra que educação financeira não se resume aos números e cálculos, atua, diretamente, no comportamento e ajuda “as pessoas a entenderem e controlarem impulsos, como gastos desnecessários ou decisões financeiras guiadas por emoções”. Dessa forma, esse conhecimento pode ser um meio de assistir as pessoas. “Vale lembrar que o planejamento financeiro é 85% comportamento e apenas 15% matemática. Ou seja, ter uma vida financeira equilibrada depende muito mais de desenvolver hábitos saudáveis do que de habilidades complexas com números. Além disso, o endividamento não afeta apenas o bolso, mas gera um impacto emocional significativo, au-

mentando o estresse e reduzindo o foco e a produtividade. Por isso, ao se capacitarem financeiramente, os indivíduos conseguem lidar melhor com esses aspectos psicológicos, promovendo não apenas uma saúde financeira sólida, mas também um bem-estar geral”, completa.

O acadêmico Felipe Pontes apresenta algumas estratégias para que o indivíduo consiga lidar com essas questões. “Técnicas como planejamento financeiro e análise de prioridades permitem maior controle emocional, minimizando decisões impulsivas.”



Academia aliada da educação financeira

A comunidade acadêmica pode contribuir de diversas formas para que a educação financeira alcance diversos campos da sociedade. Isso por ser feito por meio de disciplinas, formação de profissionais que vão atuar nessa área, organização de eventos sobre o assunto, desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão que possam fortalecer as ações relacionadas à temática, entre outras iniciativas. O retorno socioeconômico dessas práticas traz qualidade de vida à população e mais estabilidade às nações.

“A academia desempenha um papel fundamental ao conduzir pesquisas sobre comportamento financeiro, desenvolver metodologias pedagógicas, elaborar modelos de investimentos com melhor relação entre risco e retorno, além de capacitar educadores. Também é responsável por formar profissionais que podem atuar

diretamente em programas de inclusão financeira e políticas públicas. O projeto Educação Financeira para Toda a Vida, da UFPB, por exemplo, tem grande importância nisso, especialmente por capitanear a Olimpíada Brasileira de Educação Financeira”, compartilha Pontes.

O professor doutor Wenner Lucena diz acreditar que a educação financeira, no âmbito acadêmico e na atuação dos profissionais além das universidades, assegura benefícios sociais e para a classe. “Eu vejo como uma excelente oportunidade de contribuição, principalmente para nós contadores. No

trabalho com educação financeira hoje, há vários profissionais envolvidos com o assunto, mas os cursos de Ciências Contábeis saem na frente. Sou professor na UFPB e, na nossa estrutura curricular, temos as disciplinas que preparam, de certa forma, nossos alunos. Para se ter uma ideia, temos: matemática financeira, mercado financeiro, finanças empresariais I e II, análise das demonstrações contábeis, avaliação de empresas (*valuation*) e finanças pessoais e comportamentais. É um leque de possibilidades para os futuros contadores que não se imagina e que capacita nas funções, porque prepara para as certificações do mercado. Ou seja, ‘temos a faca e o queijo na mão’. Hoje, sem medo de errar, além das infinitas empresas, podemos atuar com finanças pessoais e há muitas oportunidades – educador financeiro, planejador, consultor analista e muito mais. Acredito que a nossa profissão tem muito a ganhar com o assunto”, afirma.



“A academia desempenha um papel fundamental ao conduzir pesquisas sobre comportamento financeiro, desenvolver metodologias pedagógicas, elaborar modelos de investimentos com melhor relação entre risco e retorno, além de capacitar educadores.”

Educação financeira para crianças

A preocupação com educação financeira não se restringe ao mundo dos adultos. Na realidade, a população precisa ser educada desde a infância. O investimento nessa proposta contribui para que no futuro haja profissionais mais conscientes na sociedade. “Jovens financeiramente educados tornam-se adultos mais conscientes, o que reduz taxas de endividamento, melhora a distribuição de renda e impulsiona uma cultura de poupança e investimento – gerando adultos com melhor qualidade de vida e menos estresse. Em longo prazo, isso contribui para a estabilidade econômica e social”, afirma Pontes.

O acadêmico, no entanto, aponta o que ainda precisa ser feito para que o público de crianças e jovens seja contemplado com a temática. “Tornar o tema realmente obrigatório no currículo escolar, não apenas no papel, especialmente nas escolas públicas com alunos de renda mais baixa; capacitar mais educadores; e aumentar o alcance de iniciativas como a Olimpíada [Brasileira de Educação Financeira]. Além disso, é necessário incluir o tema em políticas públicas de longo prazo”, propõe.

Rosielle Pegado ressalta que a temática precisa se tornar cada vez mais acessível e eficaz, tanto para crianças quanto para jovens. Nesse sentido, a profissional cita a oferta de produtos educativos destinados a esse público, de modo que as instituições de ensino “tenham acesso a iniciativas que ensinem conceitos como planejamento financeiro, con-

sumo consciente e poupança, de forma lúdica e prática”. Pegado também lembra que a capacitação dos professores é essencial, para que os profissionais saibam ensinar o tema de forma adequada a cada faixa etária. “Além disso, a conscientização das famílias sobre a importância da educação financeira é fundamental. Quando pais e responsáveis se envolvem no processo, o impacto é ampliado, pois o que é aprendido na escola passa a ser reforçado em casa”, conclui.

Os três profissionais concordam que o assunto precisa ser incluído no ambiente escolar de forma efetiva, para, realmente, fazer parte da vida de crianças e jovens. Wenner Lucena explica que o tema já consta na Base Nacional Comum Curricular BNCC. “A educação financeira é uma realidade na escola básica. Com a BNCC, toda escola precisa ter conteúdos de forma transversal sobre a temática. Assim, português, história, geografia e todas as disciplinas precisam trazer conteúdos sobre o assunto. Algumas vão além, principalmente as [escolas] particulares, que criam itinerários sobre o tema e usam tecnologias digitais para ensinar os alunos so-

bre as finanças pessoais, por exemplo. Há escolas que adotam o sistema bilíngue e, ao mesmo tempo, inserem os itinerários de formação, e o principal é sobre finanças pessoais”, explica.

Pontes cita algumas sugestões sobre como o tema pode ser trabalhado no ambiente escolar, como uma forma de chegar ao público de modo mais efetivo. “Por meio de aulas práticas, gamificação e integração com disciplinas já existentes, como matemática e história. Programas extracurriculares e parcerias com entidades financeiras também podem ajudar”, pondera.

Pegado também acredita na utilização da tecnologia nessa proposta e ainda sugere que o tema seja levado para a realidade cotidiana. “A educação financeira pode ser trabalhada de forma lúdica e prática, utilizando jogos, atividades interativas e projetos que envolvam situações reais do dia a dia, como criação de orçamentos domésticos, planejamento de poupança ou até mesmo simulações de investimentos. Essas atividades tornam o aprendizado mais dinâmico e acessível, especialmente para crianças e adolescentes”, recomenda.



Desafios enfrentados pelos adultos

Os problemas relacionados às finanças na fase adulta geram dificuldades para a economia do país. Trata-se, justamente, do raciocínio de que as adversidades individuais alcançam o coletivo. Esse cenário atinge tanto o indivíduo quanto várias áreas sociais e econômicas, como explica Pontes. “O endividamento elevado reduz o poder de consumo e a capacidade de investir em ativos produtivos. Além disso, pode aumentar a inadimplência, impactar o sistema financeiro e desacelerar o crescimento econômico. Também, pessoas estressadas financeiramente, em geral, enfrentam problemas interpessoais e são menos produtivas no trabalho, o que acaba atrapalhando a economia como um todo”, analisa.

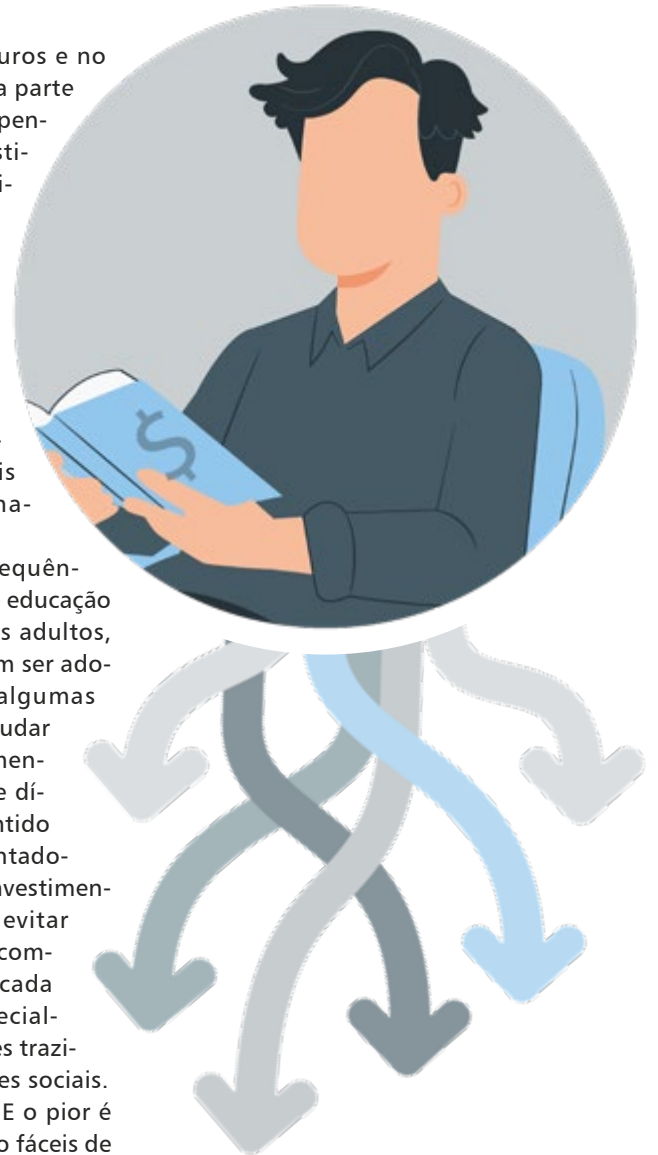
Lucena, por outro lado, menciona o comportamento social atual, marcado pelo imediatismo, como um fator de risco quando o assunto é abordado. “Uma das piores realidades nessa faixa etária é a questão do consumismo por esse público, a questão do imediatismo, ‘tudo é para ontem’. Precisamos desacelerar em alguns momentos para entender o fluxo do dinheiro, o que eu costumo chamar da ‘bola de neve’. Em Contabilidade, aprendemos juros compostos, e esses juros podem ser usados a seu favor ou contra você. Pense em uma dívida, no

quanto você paga de juros e no fato de que apenas uma parte ganha com isso. Agora pense em você como investidor: o quanto de qualidade de vida você terá? Com o seu dinheiro investido, quantas empresas podem utilizar para crescer e tornar um país mais desenvolvido? Vale lembrar que, quanto mais desenvolvido o país, mais sustentáveis nos tornamos”, reflete.

Para evitar as consequências oriundas da falta de educação financeira no grupo dos adultos, algumas medidas podem ser adotadas. Pontes elenca algumas iniciativas que podem ajudar esse público: “Planejamento financeiro, gestão de dívidas, poupança (no sentido de poupar) para aposentadoria, noções básicas de investimentos e estratégias para evitar fraudes financeiras”. E completa: “As fraudes são cada vez mais comuns, especialmente com as facilidades trazidas pelo Pix e pelas redes sociais. Todo cuidado é pouco. E o pior é que as fraudes são muito fáceis de identificar por quem tem o mínimo de educação financeira”, frisa.

Lucena observa que se deve falar sobre consumismo e, em seguida, sobre a disciplina de elaborar e cumprir um planejamento. O acadêmico enfatiza, ainda, que até mesmo a conscientização é um processo que precisa seguir a lógica que envolve desde temas mais basilares até os mais complexos. “Quando procuram um educador financeiro, as pessoas querem aprender logo a investir e, na verdade, esse ponto deveria ser a última fase. Então, na minha visão, deveríamos começar com: desmistificar as ques-

tões do dinheiro; quebrar a visão das pessoas que [acreditam que] falar de dinheiro é tabu; evitar o consumismo; estruturar um planejamento financeiro, criando orçamento e buscando a disciplina nesses dois tópicos; entender a sopinha de letrinhas (CDB, LCI, LCA, IPCA, Selic, entre outros), para, então, começar a conhecer investimentos: renda fixa e variável, como planejar a aposentadoria, aposentadoria, fundos de previdência: PGBL e VGBL e, claro, sucessão dos seus bens para os herdeiros”, norteia.



Problemas mais comuns com adultos sem educação financeira

- Endividamento excessivo;
- Falta de planejamento para aposentadoria;
- Desconhecimento sobre investimentos; e
- Vulnerabilidade a golpes financeiros.

Fonte: Rosielle Pegado.

Idosos também precisam ser educados

A terceira idade traz novos desafios para cidadãos de todo o globo. Nessa fase da vida, a realidade se transforma e proporciona ganhos, mas também suscita assuntos que precisam ser cuidadosamente abordados e trabalhados. Em vários países, a população está envelhecendo, o que demanda a preparação tanto dos indivíduos quanto dos governos. Dentro desse aspecto, está a educação financeira, que precisa chegar a esse público.

“Nas minhas aulas, eu sempre gosto de mostrar que a aposentadoria que conhecemos no nosso país corre o risco de não ser suficiente para todos no futuro. Por isso, peço que meus alunos comecem a construir seu ‘pé-de-meia’ de agora. O que entendemos por idosos vai muito além. Antigamente, uma pessoa com 65 anos já estaria muito velha para trabalhar e planejar algo. A expectativa mudou; acredito facilmente que a maioria do povo brasileiro chegará aos 90 anos nas próximas décadas e precisamos consolidar isso. A educação financeira pode ser ensinada para qualquer pessoa, independentemente da idade”, contextualiza Wenner Lucena.

O professor doutor Felipe Pontes dá algumas dicas de como a temática pode ser abordada com os idosos. “Deve focar temas como planejamento para lidar com o patrimônio acumulado para a aposentadoria, proteção contra fraudes financeiras, gestão de gastos com saúde, e estratégias para evitar o endividamento”, enumera. Pontes ainda lembra que o país ganha ao direcionar esforços de conscientização financeira para esse público. “Idosos financeiramente conscientes reduzem o impacto sobre políticas públicas assistenciais, como previdência e saúde, além de gerar maior independência financeira e qualidade de vida”, argumenta.

Lucena lembra que a conscientização, nesse caso, torna-se essencial, pois, nessa fase da vida, outros problemas sociais e de saúde passam a fazer parte da realidade dessas pessoas. “É nessa fase que os problemas com a saúde, locomoção e dignidade fazem a diferença. O Brasil é um país continental. Precisamos ver o quanto podemos economizar conscientizando esse público. São eles os mais suscetíveis a cair em golpes financeiros e a sofrer com questões financeiras em relação aos

seus dependentes. Um dos maiores problemas para os idosos é ter que assumir as responsabilidades financeiras quando as novas gerações ainda ficam dependendo de sua renda, como filhos, netos e agregados. Infelizmente isso é uma dura realidade brasileira”, destaca Lucena.

A educação financeira é também uma ferramenta estratégica para que os idosos consigam lidar com as mudanças financeiras vindas com a terceira idade. Veja a seguir alguns ganhos enumerados por Rosielle Pegado:

- Planejamento de gastos;
- Priorização de despesas essenciais;
- Inexistência de dívidas;
- Complementação de renda; e
- Proteção contra golpes.

“Ao fornecer o conhecimento necessário, a educação financeira permite que os idosos se sintam mais seguros e capacitados para gerenciar sua vida financeira, enfrentando as mudanças da terceira idade com mais autonomia e tranquilidade”, conclui Pegado.





Artigo Convidado

Demandas e competências dos profissionais de controladoria na região Sul do Brasil

Este estudo buscou identificar as demandas e as competências requeridas dos profissionais da área de Controladoria no mercado de trabalho dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Para tal, foi realizado um estudo descritivo com abordagem qualitativa e aplicação da técnica de análise de conteúdo em 75 anúncios de empregos da área. Os principais resultados indicam que são exigidos, além dos conhecimentos técnicos consolidados (formação, domínio de ferramentas específicas e de idiomas [inglês e/ou espanhol]), experiência em rotinas das áreas de Contabilidade e Finanças), a compreensão e adoção das ferramentas de inteligência artificial, sistemas contábeis integrados, *Business Intelligence* e outras, bem como maior capacidade analítica e habilidades de comunicação, liderança e gestão de equipes. Identificou-se que a variação da remuneração das vagas foi de R\$3.800,00 a R\$69.000,00, e que 30,67% das vagas são na modalidade de trabalho de remoto (integral) e 17,33% no formato de trabalho híbrido. Constatou-se que as competências e habilidades dos profissionais variam conforme o contexto em que atuam. No contexto operacional, como analistas e *controllers* (*bean counters*), as vagas exigem competências mais técnicas e oferecem uma remuneração inferior. Em contraste, os profissionais que atuam em funções de gestão ou como *business partners* (gestores, supervisores, coordenadores, diretores) têm atribuições de gestão estratégica, liderança e tomada de decisões, o que resulta em ofertas com remuneração mais alta. Conclui-se que o mercado exige do profissional de controladoria o contínuo aprimoramento e atualização de suas competências, habilidades e conhecimentos.

Silvana Dalmutt Kruger

Doutora em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora do curso de Ciências Contábeis e do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (PPGCC – UFMS/ESAN). Professora do mestrado profissional em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão (PPGOLD) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

E-mail: silvana.d@ufms.br

Edicreia Andrade dos Santos

Doutora em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná (PGCONT/UFPR).

E-mail: edicreiaandrade@ufpr.br

Elisangela Aparecida dos Santos

Mestranda em Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade na Universidade Federal do Paraná (PGCONT/UFPR).

E-mail: elisangela.santos@ufpr.br

1 Introdução

O cenário competitivo exige das organizações estratégias e suporte informacional para gerenciar seus recursos e subsidiar as decisões de curto e longo prazos (Hohn *et al.*, 2023). Aspectos tecnológicos estão cada vez mais presentes no ambiente corporativo, como o uso de elementos da inteligência artificial, que permitem o processo de imitação de funções cognitivas e a resolução de problemas por meio de máquinas (Kruger *et al.*, 2023). Por meio do uso de novas tecnologias, cada organização pode fazer uso de elementos de inteligência artificial para reduzir tarefas repetitivas e gerar valor para o seu negócio (Segura, 2018).

O ambiente tecnológico e a competitividade empresarial estimularam a evolução das funções e dos artefatos da controladoria (Brescovi *et al.*, 2022), que passou a ocupar um espaço estratégico, voltado para atender às demandas de planejamento e avaliação de desempenho das atividades operacionais, por meio de artefatos de controles e informações de suporte ao processo decisório (Amorim & Silva, 2019). Para Borinelli (2006), a controladoria tem a função de gerar informações operacionais, financeiras, econômicas e patrimoniais, para fornecer apoio no processo de tomada de decisões. Os instrumentos, os indicadores e as infor-

mações geradas pela controladoria auxiliam no processo de controle e análise dos resultados, bem como são ajustáveis aos interesses de cada tipo de entidade e de seus gestores (Nunes, 2014).

Os modelos de controle, mensuração e gestão, precedem os artefatos gerenciais utilizados pela controladoria, que podem ser conceituados como métodos, modelos ou instrumentos, com função de mensuração e avaliação do desempenho operacional (Borinelli, 2006). Pode-se identificar os diferenciais da controladoria no processo de controle, na elaboração do planejamento e na modelagem dos sistemas de informações e avaliação de desempenho (Rikhardsson & Yigitbasioglu, 2018).

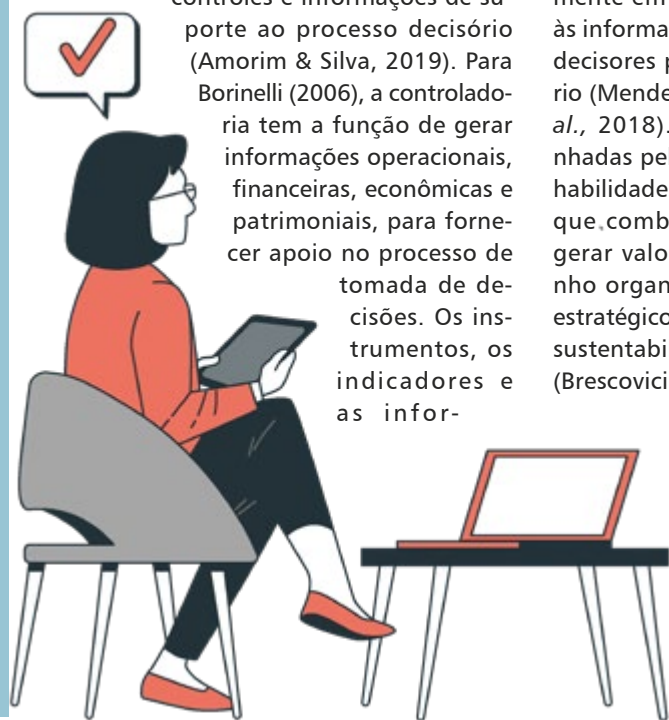
Independentemente da forma como está estruturada, seja como unidade de *staff* ou de linha, ou das diferentes funções que a controladoria pode desempenhar nas organizações, constata-se que existem especificidades e características adaptadas às necessidades e à natureza dos negócios, especialmente em relação aos artefatos e às informações demandadas pelos decisores para o processo decisório (Mendes *et al.*, 2016; Kruger *et al.*, 2018). As funções desempenhadas pela controladoria exigem habilidades de gerenciar recursos, que combinam a capacidade de gerar valor e alinhar o desempenho organizacional aos objetivos estratégicos, incluindo aspectos de sustentabilidade e adaptabilidade (Brescovi *et al.*, 2022).

Nesse contexto, a controladoria pode ser vista como uma unidade organizacional que abrange as áreas contábil, de custos, orçamentária, financeira, fiscal e tributária, entre outras (Brenzan & Sil-

va, 2012), com função de apoio para a geração de informações estratégicas e subsídio aos decisores (Mendes *et al.*, 2016). No ambiente empresarial, é possível identificar a controladoria sob três perspectivas: (i) formalizada na estrutura organizacional, como uma unidade, departamento específico e independente; (ii) não formalizada ou descentralizada, com atividades desenvolvidas entre diversos gerentes e departamentos; ou (iii) sob a gestão de um único profissional, geralmente sob a definição de *controller*, sendo este o responsável pelas informações e atividades de controladoria (Kruger *et al.*, 2018).

Considerando a forma como a controladoria é estruturada em cada contexto organizacional, também ocorrem mudanças no perfil de atuação de *controllers*, sendo possível observar a atuação com perspectiva de *bean counters* (profissionais que atuam com foco na execução e no controle dos processos internos); e outros profissionais de controladoria que atuam na perspectiva *business partners* (atuação com foco no planejamento e no aprimoramento do negócio, apoiando a gestão das atividades) (Souza *et al.*, 2019).

Assim, emerge a seguinte problemática de investigação do estudo: **Quais as demandas e as competências requeridas dos profissionais da área de Controladoria no mercado de trabalho dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul?** Em face dessa problemática, este estudo descritivo, com abordagem qualitativa e análise de conteúdo de 75 anúncios de emprego, identificou as principais demandas para profissionais de controladoria na região Sul do Brasil, incluindo conhecimentos técnicos como formação, ferramentas específicas, idiomas e experiência nas áreas de Contabilidade e Finanças.



“A pandemia da Covid-19 impulsionou as organizações, além da adoção de ambientes de trabalho remotos e da gestão de contas à distância, a também reconhecerem as vulnerabilidades específicas e a necessidade de maior resiliência e agilidade nos seus processos.”

Justifica-se a relevância do estudo, pois a controladoria desempenha um papel importante no processo de gestão, a fim de assegurar a continuidade e o crescimento das organizações, embora ainda não se tenha uma definição clara de suas funções e atividades (Cavichioli *et al.*, 2020). Consequentemente, espera-se que o estudo possa contribuir com discussões acerca das práticas de controladoria e suas atribuições no ambiente das organizações. Ainda, o estudo observa, a partir das vagas ofertadas pelas organizações, o impacto de avanços tecnológicos e novas ferramentas de gestão, como a possibilidade do uso de sistemas contábeis integrados, uso de *Business Intelligence* e de inteligência artificial, que pode refletir em novas atribuições e funções de atuação da controladoria (Segura, 2018; Rikhardsson & Yigitbasioglu, 2018). Visando observar se existem distinções em relação à demanda de atuação profissional com perspectiva de *bean counters* ou *business partners* (Souza *et al.*, 2019).

A pandemia da Covid-19 impulsionou as organizações, além da adoção de ambientes de trabalho remotos e da gestão de contas à distância, a também reconhecerem as vulnerabilidades específicas e a necessidade de maior resiliên-

cia e agilidade nos seus processos. Ademais, a pandemia aumentou a demanda por informações e *insights* em tempo real para lidar com a incerteza do mercado, embora os resultados na aceleração da automação e na definição de um caminho claro para operações eficientes tenham sido variados (Deloitte, 2022). Assim, a disrupção causada pela pandemia trouxe diversos desafios, mas também proporcionou uma oportunidade única para os profissionais de controladoria e líderes financeiros revisarem as lições aprendidas com a rápida transformação digital e repensarem muitos aspectos de seu funcionamento. Essas reflexões oferecem a chance de elevar a maturidade da controladoria em áreas críticas e estabelecer as bases para agregar mais valor em um mundo pós-pandemia (Deloitte, 2022). Ademais, justifica-se a identificação da oferta de vagas de controladoria no contexto de trabalho presencial, remoto e híbrido.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Estrutura da controladoria

A missão da controladoria é a otimização dos resultados, ou seja, tem o propósito de assegurar resultados satisfatórios para a orga-

nização (Borinelli, 2006).

A demanda informacional, o porte e as características das organizações reverberam na forma em que a controladoria pode ser encontrada na estrutura das instituições (Mendes *et al.*, 2016). Os objetivos e interesses corporativos justificam a posição hierárquica que a controladoria pode ser encontrada, no entanto, não existe um padrão definido (Beuren, & Muler, 2010).

É possível encontrar a controladoria estabelecida como um órgão formalizado na estrutura organizacional, como um departamento específico e independente (Kruger *et al.*, 2018), sendo provável identificar sua atuação como órgão de *staff* (quando atua diretamente vinculada à alta administração) ou como um órgão de linha (Coelho, Lunkes, & Machado, 2012). Souza *et al.* (2020), indicam que a estrutura da controladoria varia conforme o porte das organizações, pois, geralmente, as organizações maiores demandam por profissionais que atuem no nível estratégico, enquanto nas menores os profissionais exercem papel ou funções mais operacionais.



No entanto, também é possível identificar funções de controladoria em organizações que não possuem uma estrutura departamental formalizada (Beuren & Silva, 2010). As atividades respectivas são desenvolvidas em diversos departamentos, como os departamentos financeiros e do comercial, os quais fornecem informações para o processo gerencial, e o departamento contábil gerencia e organiza os dados, gerando as informações de apoio (Flesch, 2010; Lunkes *et al.*, 2016).

Destaca-se que, nessa estrutura, a controladoria está subordinada ao departamento financeiro, não sendo um órgão diretamente relacionado com a presidência da entidade, pode existir menor influência e maior interferência nos processos, especialmente quanto à função das atividades da controladoria (Coelho *et al.*, 2012). Ainda, é possível identificar organizações que possuem a atuação de *controllers*, sendo que as atividades de controladoria são coordenadas por esses profissionais, que são responsáveis pelos controles e pela geração das informações (Kruger *et al.*, 2018). Souza *et al.* (2019) evidenciam que o tamanho das organizações é uma variável capaz de afetar as funções e as atividades do *controller*, e contribui com o perfil desejado e as atribuições que possui no contexto corporativo.

O *controller* deve se preocupar com a eficiência dos processos internos e com a situação financeira da organização, prover informações e realizar projeções futuras, no intuito de contribuir com o processo decisório (Brenzan, & Silva, 2012; Brescovi *et al.*, 2022). O estudo de Souza *et al.* (2019) discute as mudanças no perfil de atuação de *controllers*, observando a transição de *bean counters* (foco na execução e controle dos processos) para *business partners* (foco no planejamento e no aprimoramento do negócio).

Figura 1– Funções e abrangência das atividades da controladoria

Funções e atribuições da controladoria		
Contabilidade financeira e ou/ societária	Informação gerencial e geração de relatórios	Sistemas de informações e gestão de desempenho
• Função contábil • Função fiscal e tributária • Atendimentos às obrigações legais • Melhoria de processos e captação de dados	• Função gerencial estratégica • Planejamento, Orçamento e Controle • Função de Custo • Análise dos dados	• Gestão de informações • Controle de riscos • Controles internos • Proteção dos ativos • Governança e auditoria interna • Gestão dos dados

Fonte: adaptado de Borinelli (2006) e CGMA (2016).

Considerando a forma como a controladoria é estruturada em cada contexto organizacional, as suas atribuições também podem ser diferentes. Nesse sentido, torna-se relevante compreender essas características e as funções que a controladoria e os *controllers* podem desempenhar (Mendes *et al.*, 2016; Amorin & Silva, 2019; Souza *et al.*, 2019).

2.2 Funções da controladoria

A forma como a controladoria é estruturada no ambiente corporativo, possivelmente norteia a demanda informacional e a forma de apoio ao processo de gestão (Lunkes *et al.*, 2016). A controladoria atua como apoio para projetar, implementar, coordenar os processos de controle e planejamento, além de gerir a implementação de sistemas operacionais, de modo a contribuir com as áreas contábil e de auditoria interna e propor mudanças e soluções (Amorin & Silva, 2019).

A missão da controladoria é zelar pela sobrevivência e continuidade das organizações, a partir da coordenação de esforços conjuntos para otimizar os resultados econômicos (Borinelli, 2006). Para garantir informações adequadas e colaborar com o processo decisório, a controladoria busca congrega os

esforços de diferentes áreas, sob os aspectos econômicos, norteando as estratégias organizacionais (Guedes & Costa, 2023).

Estudos anteriores, como os de Beuren *et al.* (2008); Flesch (2010); Beuren e Silva (2010), Coelho *et al.* (2012); Nunes (2014); Lunkes *et al.* (2016); Mendes *et al.* (2016), Kruger *et al.* (2018), evidenciam a importância das funções da controladoria no ambiente organizacional, bem como características que podem interferir no formato e na estrutura da controladoria. As funções da controladoria são amplas e podem ser distintas, tendo em vista o contexto dos negócios, a demanda informacional e o interesse dos gestores (Lunkes *et al.*, 2016; Mendes *et al.*, 2016).

Os Princípios Globais de Contabilidade Gerencial, evidenciados pela *Chartered Global Management Accountant* (CGMA, 2016), indicam que as informações geradas a partir da perspectiva gerencial melhoram o processo de tomada de decisão nas organizações. Destaca-se que isso ocorre pela congruência de objetivos e pela comunicação facilitada, a partir da análise dos dados e informações gerenciais. No entanto, as funções e atividades de controladoria são amplas e agregam atividades de controle, análise e planejamento, conforme apresenta-se na Figura 1.

“A estrutura da controladoria assume funções de controle das atividades (funções contábil e fiscal), sendo responsável por controle dos tributos, demonstrativos contábeis e prestação de contas ao fisco, controle patrimonial, impostos e inventários.”

Observa-se, na Figura 1, as funções exercidas pela controladoria, inicialmente a perspectiva relacionada ao contexto financeiro e societário (regulatório e normativo); sob o enfoque gerencial, ocorrem as etapas de análise dos dados, o planejamento e a geração das informações; e, sob a perspectiva da gestão, a ênfase está na governança, nos controles internos e de riscos, para garantir melhores resultados operacionais (Borinelli, 2006; Brescovici *et al.*, 2022). Sob essas perspectivas, a controladoria se desenvolve a partir da contabilidade (funções de controle e suporte), mas assume a responsabilidade pelo planejamento estratégico, visando ao crescimento e à rentabilidade dos negócios (Nunes, 2014).

A estrutura da controladoria assume funções de controle das atividades (funções contábil e fiscal), sendo responsável por controle dos tributos, demonstrativos contábeis e prestação de contas ao fisco, controle patrimonial, impostos e inventários. Além dessas, há também as atividades da área de planejamento e controle (gerencial), a qual contribui com aspectos voltados ao planejamento, orçamento e informações de apoio ao processo estratégico (Borinelli, 2006; Mendes *et al.*, 2016).

Tabela 1 – Segregação de artefatos de controladoria e contabilidade gerencial			
Artefatos tradicionais		Artefatos modernos	
1º Estágio	2º Estágio	3º Estágio	4º Estágio
Função: determinação do custo e controle financeiro	Função: informação para controle e planejamento gerencial	Função: redução de perdas de recursos no processo operacional	Função: criação de valor através do uso efetivo dos recursos
Custeio por absorção	Preço de transferência	Custeio baseado em atividades (ABC)	Economic Value Added (EVA)
Custeio variável	Moeda constante	Custeio Meta (Target Costing)	Simulação
Custeio padrão	Valor presente	Benchmarking	GECON
Retorno sobre o investimento	Orçamento	Kaizen	Balanced Scorecard
	Descentralização	Just in time	Gestão baseada em Valor (VBM)
		Teoria das restrições	
		Planejamento estratégico	
		Gestão baseada em atividades	

Fonte: adaptado de Soutes (2006); Borinelli (2006).

A pesquisa de Pinheiro *et al.* (2020) destaca as características e atividades desempenhadas pela área de Controladoria. Os resultados evidenciam que a atuação da controladoria age na gestão de controles internos e nos sistemas de informação, bem como acrescentam novas responsabilidades às atuais para melhorar a gestão financeira da organização, especialmente para a redução dos riscos de fraude.

Os sistemas de informações e os artefatos utilizados pelos gestores permitem que a controladoria acompanhe as atividades de planejamento, controle e análise de desempenho dos resultados (Kruger *et al.*, 2018). Nesse sentido, também é possível identificar os artefatos gerenciais utilizados pela controladoria (apontados como tradicionais e modernos) (Borinelli, 2006; Soutes, 2006), evidenciados na Tabela 1.

Os diferentes artefatos utilizados pela controladoria possuem abordagem gerencial, tendo em vista o interesse dos gestores pela avaliação de desempenho das atividades organizacionais. A utilização dos artefatos gerenciais justifica-se pela competitividade do ambiente empresarial e pela necessidade de informações para reduzir os riscos de descontinuidade (Nunes, 2014). A complexidade organizacional e a estrutura de gestão também refletem na forma como as organizações utilizam as informações e demandam por controles de apoio ao processo decisório (Rikhardsson & Yigitbasioglu, 2018; Cavichioli et al., 2020).

3 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa classifica-se como de levantamento, de natureza qualitativa e descritiva. Para coletar os dados, foram selecionados os anúncios de empregos publicados nos sites do LinkedIn no período de 3 a 7 de julho de 2024. A escolha do LinkedIn justifica-se por tratar-se da maior rede profissional do mundo



Estado	Nº por estado (população)	Nº por estado (amostra)	% por estado
Paraná	92	44	59
Santa Catarina	25	9	12
Rio Grande do Sul	61	22	29
Total	178	75	100

Fonte: dados da pesquisa.

(Castillo-de Mesa & Gómez-Jacinto, 2020), alcançando 75 milhões de usuários no Brasil, em 2024, o que representa mais de 60% da força de trabalho nacional (Exame, 2024).

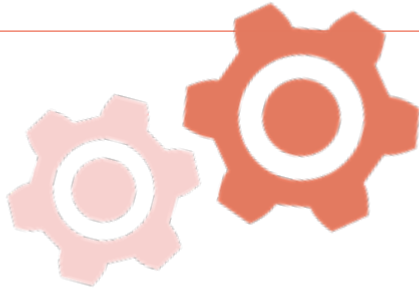
O termo *controller* foi utilizado para selecionar os anúncios, não concentrando a busca somente nos anúncios que exigiam a formação em Ciências Contábeis. Assim, foram identificadas as atividades e/ou funções para a área de Controladoria descritas nos anúncios para a região Sul do Brasil.

Observa-se, na Tabela 2, que a base de dados total foi formada por 178 anúncios de emprego, coletados no LinkedIn. Considerou-se apropriado não utilizar no estudo os anúncios retornados na busca cujas vagas não estavam relacionadas à área de Controladoria, como, por exemplo, *controller* jurídico (processos), advogado *controller*, auditor externo, auditor sênior, controlador de pragas, agente de viagens, gestor de projetos, nutricionista *controller*, controlador de inventário de sementes, controlador de estacionamento, fornecedor conteudista, controlador de quadro (concessionária) e super-

visor de auditoria. Assim, após a análise das vagas, individualmente, obteve-se uma amostra de 75 vagas, considerando os 3 estados da região Sul do Brasil. As vagas são, em sua maioria, destinadas às capitais (58) e as demais destinadas para outras localidades (17) mais interioranas.

Para o tratamento de dados, utilizou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2016). Para sua operacionalização, foram seguidas três etapas: (i) pré-análise: leituras e catalogação dos anúncios e separação entre as vagas oferecidas, depois a categorização (escolha das palavras-chave), para identificar, nos anúncios, evidências das vagas de empregos oferecidas pelo mercado; (ii) elaboração do material: após a categorização dos dados, efetuou-se a análise dos anúncios, separando-os por palavras-chave, para sua análise; e (iii) tratamento dos resultados e interpretação: após a catalogação, foram realizadas as análises dos anúncios, interpretando-os conforme as exigências do mercado, considerando-se as especificidades exigidas para as vagas da área de Controladoria, como conhecimentos requeridos, idioma, remuneração, modalidades de trabalho e localidade de ofertada pelo LinkedIn. Assim, os resultados foram analisados comparando-se as funções, competências e habilidades exigidas pelo mercado de trabalho.





4 Análise e Discussão dos Resultados

Para a análise dos dados, considerou-se as características das 75 vagas disponíveis no início de julho de 2024 para as cidades dos três estados da região Sul brasileira. Para tal, foram utilizadas as seguintes categorizações para os profissionais da área de Controladoria: nomenclatura do cargo e conhecimentos exigidos, escolaridade e idioma pretendidos pelo mercado de trabalho, remuneração, conhecimentos de tecnologias de informação, modalidades de trabalho e localidades para as vagas.

Inicialmente, analisou-se a nomenclatura do cargo ofertado pelo mercado de trabalho e os principais conhecimentos exigidos, conforme destaca-se na Tabela 3.

Destaca-se da Tabela 3 que dentre os cargos ofertados estão desde analistas até diretores e gerentes, em setores específicos, como imobiliário e logística. Alguns cargos exigem conhecimentos específicos, como analista de contabilidade financeira, para registros precisos de transações comerciais, analista de *FP&A*, para gestão orçamentária e planejamento financeiro, e especialista contábil, focado em normas específicas como a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Constata-se, com isso, a necessidade de adaptação a mudanças regulatórias, como reformas tributárias e normativas contábeis. Esse achado ressalta a importância da atualização constante e da capacidade dos profissionais da área de interpretar e aplicar novas regulamentações, visando atender às demandas do ambiente empresarial.

Tabela 3 – Nomenclatura do cargo e conhecimentos exigidos para as vagas da área de Controladoria

Nomenclatura do cargo	Principais conhecimentos exigidos
Analista Contábil	Atender e acompanhar os trabalhos da auditoria externa. Executar rotinas contábeis, como atividades de lançamentos, conciliação e demonstrativos. Controle de tributos diretos e indiretos.
Analista de Contabilidade Financeira	Refletir as transações comerciais nos registros financeiros.
Analista de Controladoria	Elaborar fechamento contábil e demonstrativo de resultado. Realizar análises econômico-financeiras. Automatizar ou promover melhorias em processos.
Analista de Controles Internos	Conduzir análise dos processos operacionais existentes e identificar pontos de melhorias e oportunidades.
Analista de dados/ <i>Controller</i>	Atuar em análise de dados e gestão financeira.
Analista de <i>Financial Planning and Analysis</i> - <i>FP&A</i>	Manter orçamento, previsões mensais e planos de médio prazo para P&L, balanço patrimonial e fluxo de caixa. Conduzir a revisão do demonstrativo de resultados.
Chefe de Planejamento e Análise Financeira	Realizar a gestão financeira.
Contador	Realizar escrituração fiscal, apuração, lucro presumido, lucro real e seus respectivos tributos e relatórios financeiros fiscais.
Controlador de Pagamentos e Custos	Analisar e controlar todas as despesas para garantir a precisão e a eficiência.
Controlador Financeiro Imobiliário	Supervisionar operações financeiras.
Controlador Financeiro Logístico	Supervisionar todos os aspectos da gestão financeira, incluindo contabilidade, orçamento, previsão e análise financeira.
Controlador Imobiliário	Compilar finanças mensais para cada propriedade.
<i>Controller</i>	Realizar o controle fiscal e contábil. Planejar, organizar e desenvolver planos econômico-financeiros. Elaborar e analisar relatórios financeiros. Gerir e supervisionar equipe. Responder por aspectos regulatórios e de <i>compliance</i> . Preparar demonstrações contábeis, BR GAAP e US GAAP, e relatórios financeiros periódicos. Encerrar oportunamente todas as auditorias, internas ou externas. Elaborar plano orçamentário, fluxo de caixa e planos de negócios. Definir <i>Key Performance Indicators</i> (KPIs).
Coordenador Contábil	Liderar equipe e coordenar a operação contábil.
Diretor Financeiro	Criar a estratégia financeira, fiscal e econômica do grupo.
Especialista Contábil	Conduzir os temas contábeis atrelados à implementação da Resolução CMN n.º 4.966/2021 (IFRS 9).
Especialista em <i>Business Intelligence</i> (Finanças)	Utilizar <i>insights</i> de dados para monitorar e identificar oportunidades financeiras e comportamentos financeiros relevantes.
Gerente de Contabilidade	Controlar e gerir o recebimento das comunicações oficiais e direcionar para as áreas responsáveis. Gerenciar as rotinas contábeis e elaborar balancetes mensais e consolidação.
Gerente Financeiro/ <i>Controller</i>	Gerir fluxo de caixa.
Gerente Fiscal - Generalista	Contribuir com o padrão mais alto de qualidade da identificação dos impactos da Reforma Tributária para os nossos clientes.
Gerente Tributário	Gerenciar a apuração de impostos diretos (IRPJ/CSLL) corrente e diferido.
Supervisor Financeiro/ Planejador Financeiro	Controlar, planejar, acompanhar e conduzir o controle de contas a pagar e a receber, conciliação bancária e fluxo de caixa.

Fonte: dados da pesquisa.

Entre os principais conhecimentos exigidos para os cargos, observam-se as responsabilidades voltadas aos processos contábeis, à melhoria de eficiência operacional e à identificação de oportunidades de melhoria nos processos existentes. Isso indica a necessidade de conhecimentos voltados à integração de tecnologias e inovação, visto que os profissionais da controladoria não apenas trabalham com números e relatórios, mas também estão envolvidos na implementação de soluções tecnológicas para melhorar a eficiência e a precisão dos processos contábeis, financeiros e de gestão. Ademais, alguns cargos mencionam a necessidade de conhecimentos relacionados à análise de dados financeiros e econômicos para a tomada de decisão estratégica dos decisores da organização. Isso evidencia a importância de habilidades analíticas aguçadas e a capacidade de interpretação de informações financeiras para orientar o planejamento das operações da organização e contribuir com os processos decisórios.

Quanto a conhecimentos voltados para a gestão, verifica-se que

alguns cargos analisados exigem habilidades de gestão e liderança, como nas vagas para gerente financeiro, *controller*, gerente de contabilidade, coordenador contábil, entre outras funções. Isso indica que esses cargos não se limitam apenas à *expertise* técnica em contabilidade e finanças, por exemplo, mas também requerem dos profissionais capacidade de liderança para orientar as equipes, coordenar eficientemente as operações da organização e auxiliar nos processos de tomada de decisões.

Com base nessas análises, depreende-se que, para funções da área de Controladoria, há oportunidades de progressão de carreira, o que indica que há espaço para desenvolvimento profissional e ascensão baseada na experiência e nas competências adquiridas. Com isso, compreendem-se não apenas as responsabilidades e habilidades técnicas necessárias para os cargos, mas também as tendências e os desafios enfrentados pelos profissionais, especialmente na gestão informacional (que envolve os processos de controle, planejamento, exigências tributárias e elaboração de relatórios).

Quanto à escolaridade e ao idioma exigidos pelo mercado de trabalho para os profissionais da área de Controladoria, evidencia-se a Tabela 4.

A partir dos dados fornecidos, pode-se inferir que a maioria das vagas (75 no total) requer graduação em Ciências Contábeis, Administração ou área relacionada. Há variações nos requisitos de idioma, como inglês avançado, proficiência em inglês e proficiência bilíngue (inglês e espanhol e/ou português). Observou-se que 2 vagas indicaram a possibilidade do mestrado como um requisito de formação. Isso indica que há diferentes níveis de exigência linguística, dependendo da vaga ofertada, o que evidencia potenciais necessidades específicas das organizações, seja para atender à demanda de relacionamentos internacionais (gestão entre matriz e/ou filiais, coligadas ou controladas), às demandas de clientes ou fornecedores internacionais, expandir operações em novos mercados ou fortalecer equipes internas com habilidades técnicas e linguísticas.

Tabela 4 – Escolaridade e idioma exigidos pelo mercado de trabalho para os profissionais da área de Controladoria

Escolaridade exigida e idioma	Vagas
Bacharelado em Ciências Contábeis - Proficiência bilíngue - Inglês e Espanhol	2
Bacharelado em Ciências Contábeis - Fluência bilíngue - Inglês e Espanhol	1
Bacharelado em Ciências Contábeis - Fluência Inglês	2
Bacharelado em Ciências Contábeis, Administração ou área relacionada - Fluência Inglês e Espanhol	1
Bacharelado em Ciências Contábeis, Administração ou área relacionada - Fluência Inglês	8
Bacharelado em Ciências Contábeis, Administração ou área relacionada - Proficiência Inglês	1
Bacharelado em Ciências Contábeis, Administração ou área relacionada - Inglês técnico para leitura e escrita	2
Bacharelado em Ciências Contábeis, Finanças, Economia, Administração ou engenharia - Fluência Inglês	1
Bacharelado ou Mestrado em finanças e/ou contabilidade - Fluência Inglês	2
Ensino superior completo ou em andamento em Contabilidade, Direito, Administração ou Economia - Proficiência Inglês	1
Bacharelado em Ciências Contábeis	20
Bacharelado em Ciências Contábeis, Administração ou área relacionada	22
Outras graduações e/ou especializações	12

Fonte: dados da pesquisa.

“Com base nas informações das faixas de remuneração e cargos, observa-se que os salários variam significativamente, dependendo do cargo. Por exemplo, para o cargo de *controller*, os salários variam de R\$3.800,00 a R\$16.500,00, o que demonstra uma ampla gama de possíveis remunerações dentro dessa função.”

A Tabela 5 evidencia a remuneração oferecida aos profissionais da área de Controladoria.

Com base nas informações das faixas de remuneração e cargos, observa-se que os salários variam significativamente dependendo do cargo. Por exemplo, para o cargo de *controller*, os salários variam de R\$3.800,00 a R\$16.500,00, o que demonstra uma ampla gama de possíveis remunerações dentro dessa função. Isso permite deferir que, por vezes, a variação está relacionada às exigências da vaga, mais operacionais ou mais estratégicas. Essas diferenças são percebidas quanto ao nível hierárquico e salário, em que, por exemplo, diretores financeiros têm uma faixa salarial mais alta (R\$69.000,00) em comparação com analistas ou especialistas (até R\$8.000,00). Quando se observa em áreas mais específicas, vê-se que o controlador financeiro logístico (de R\$22.000,00 a R\$27.500,00) ou *remote real estate controller* (de R\$12.000,00 a R\$16.500,00), têm faixas salariais específicas, o que reflete a demanda e o valor estratégico dessas funções no mercado. De modo geral, em relação às funções, constata-se uma diversidade dentro da área financeira, desde análise contábil até planejamento financeiro e controle de custos, cada uma com

Tabela 5 – Remuneração das vagas para profissionais da área de Controladoria

Faixa remuneração	Cargo
Analista Contábil (3)	R\$4.500,00
Analista Controladoria (11)	Não divulgado
Analista de Contabilidade Financeira (3)	
Analista de Controles Internos (1)	
Analista de dados/Controller (1)	
Analista de FP&A (2)	
Auditor sênior (1)	
Chefe de Planejamento e Análise Financeira (1)	R\$7.000,00 a R\$8.000,00
Contador (7)	
Controlador de Pagamentos e Custos (1)	Não divulgado
Controlador Financeiro Imobiliário (2)	
Controlador Financeiro Logístico (2)	R\$22.000,00 a R\$27.500,00
Controller (25)	R\$3.800,00 a R\$16.500,00
Coordenador Contábil (2)	Não divulgado
Diretor Financeiro (2)	R\$69.000,00 (1)
Especialista Contábil (3)	Não divulgado
Especialista em <i>Business Intelligence</i> (Finanças) (1)	
Gerente de Contabilidade (2)	
Gerente Financeiro/Controller (1)	
Gerente Tributário (1)	
Gerente Fiscal - Generalista (1)	
Planejador Financeiro (1)	R\$12.000,00 a R\$16.500,00
Remote Real Estate Controller (1)	
Supervisor de Auditoria Contábil (1)	Não divulgado
Supervisor Financeiro (1)	

Fonte: dados da pesquisa.

suas próprias responsabilidades e níveis de remuneração correspondentes. A remuneração está relacionada

ao nível de exigência, às responsabilidades, habilidades e competências requeridas pelas vagas.

Na sequência, destacam-se os conhecimentos de tecnologias de informação exigidos pelo mercado de trabalho para os profissionais da área de Controladoria.

Conforme as descrições de conhecimentos tecnológicos, as vagas avaliadas exigem experiência em sistemas avançados de *Enterprise Resource Planning* (ERP), ou Sistema Integrado de Gestão Empresarial, como *TOTVS-PROTHEUS* e *SAP*, destacando a importância de familiaridade com plataformas para integrar e gerenciar grandes bancos de dados financeiros, contábeis e operacionais. Esses sistemas são úteis para consolidar informações e gerar relatórios precisos e tempestivos, visando subsidiar a análise gerencial e o processo decisório. Além disso, é necessário o domínio avançado das ferramentas do *Microsoft Office*, incluindo *Excel*, *Outlook* e *Word*, fundamentais para análises detalhadas, modelagem financeira, relatórios e comunicação de resultados.

Adicionalmente, são solicitados conhecimentos em ferramentas de *Business Intelligence*, como *Business Warehouse* e *Anaplan*, que possibilitam análises aprofundadas, criação de *dashboards* interativos, previsões financeiras e monitoramento estratégico do desempenho organizacional. Essa exigência reflete a preparação para a automação de processos financeiros e a transformação digital na área de Controladoria, incluindo integração de sistemas, implementação de *analytics* avançados e adoção de práticas de controle mais eficientes e transparentes, possivelmente para conduzir análises departamentais, entre filiais ou equipes, o que contribui com a gestão informacional e a condução das estratégias empresariais.

Também foram identificadas as características de oferta das vagas



Tabela 6 – Conhecimentos de tecnologias de informação exigida pelo mercado de trabalho para os profissionais da área de Controladoria

Tecnologias de informação	Descrição de conhecimentos tecnológicos
Sistemas Contábeis Integrados - SCI, SAGE e outros - (5)	Sistemas contábeis/fiscais e de controle de folha de pagamento integrados
Práticas e sistemas <i>Customer Relationship Management</i> - (CRM) - (1)	Sistema de gerenciamento de relacionamento com clientes
Sistemas <i>Enterprise Resource Planning</i> (ERP, tais como SAP, MEGA, TOTVS, Protheus, Guepardo, Tasy, NetSuite) e outros - (26)	Sistemas de planejamento de recursos empresariais (ERP)
Excel Avançado - (12)	Planilha eletrônica programável
Excel intermediário - (11)	Planilha eletrônica
Pacote Google - (6)	Uso geral de <i>softwares Docs., Sheets</i> e outros
<i>Systems Power Business Intelligence- BI, Locker</i> - (8)	<i>Softwares de Business Intelligence</i> para busca, tratamento, análise e apresentação de dados
Pacote Office - (17)	Uso geral de <i>softwares Word, Excel</i> e outros
Python - (6)	Programação
Plataformas <i>Discord, OnlyFans, Telegram e Google Meet</i> - (1)	Plataformas de comunicação
<i>Robotic Process Automation</i> - (RPA) (2)	<i>Softwares</i> de automação robótica
<i>Structured Query Language</i> - (SQL) (9)	Ferramenta para banco de dados

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 7 – Modalidades de trabalho e localidades para as vagas da área de Controladoria

Modalidade	Capitais	Outras localidades	Nº de vagas	Percentual
Trabalho híbrido	9	4	13	17,33%
Trabalho presencial	26	13	39	52,00%
Trabalho remoto	23	-	23	30,67%

Fonte: dados da pesquisa.

relacionadas à modalidade de trabalho e às localidades para serem exercidas as atividades. Entendeu-se para esta análise que a modalidade de trabalho remoto, também conhecida como teletrabalho, é aquele trabalho em que o profissional desempenha suas funções fora do ambiente físico da empre-

sa, geralmente de sua residência ou outro local, utilizando tecnologias de comunicação e informação (TICs) para realização das atividades (Santos *et al.*, 2022). Já a modalidade de trabalho híbrido é uma forma de organização do trabalho que combina o trabalho presencial com o trabalho remoto.

A maioria das vagas de modalidade de trabalho presencial estão nas capitais (26 de 39), enquanto a distribuição das vagas de modalidades de trabalho híbrido e remoto variam entre capitais e outras localidades. As vagas ofertadas no formato híbrido podem ser interessantes para profissionais de controladoria que desejam ter flexibilidade para trabalhar parte do tempo no escritório (ideal para interação direta com equipes e gestores) e parte do tempo de forma remota (para realizar análises, relatórios, etc.). Já as vagas presenciais podem ser vantajosas para quem prefere uma interação direta ou para cargos que demandam supervisão direta das operações financeiras e contábeis. Por sua vez, as vagas para a modalidade de trabalho remoto oferecem a vantagem de flexibilidade geográfica e possibilidade de equilibrar melhor trabalho e vida pessoal. Observou-se que apenas empresas localizadas nas capitais ofertaram vagas no formato remoto (30,67%).

Por fim, vale mencionar que não foram observadas reservas ou direcionamento de vagas destinadas exclusivamente à promoção da diversidade. Identificou-se, apenas, em algumas ofertas de vagas, textos informativos como: “Valorizamos a pluralidade e equidade de raça, cor, religião, identidade de gênero, nacionalidade, deficiência, orientação sexual, ascendên-

cia, idade e outras formas de diversidade”. Nesse sentido, entende-se que, embora promover a diversidade na área de Controladoria possa trazer muitos benefícios, é importante considerar o contexto específico de cada organização e as necessidades particulares das equipes para determinar a importância relativa desse aspecto em comparação com outros critérios de seleção e desenvolvimento de equipe, mas também pode representar uma característica conservadora em relação à atuação desses profissionais.

4.1 Discussão dos resultados

A área de Controladoria é responsável por diversas atividades relacionadas à gestão financeira e estratégica, cujas funções incluem planejamento e orçamento (previsão de receitas e despesas, definição de metas financeiras e operacionais e análise de viabilidade de projetos), contabilidade e relatórios financeiros (registros contábeis precisos e preparo de relatórios financeiros periódicos, como balanços patrimoniais, demonstrações de resultados e fluxos de caixa), controle interno e *compliance* (políticas, procedimentos e controles internos para garantir a conformidade com normas contábeis, regulatórias e fiscais), análise e gestão de desempenho (análises financeiras e interpretação de indicadores de desempenho para fornecer *insights* estratégicos à alta administração), suporte à tomada de decisão (avaliação de investimentos, análise de custo-benefício de projetos e recomendações para melhorias de eficiência e rentabilidade), adoção de tecnologia e inovação para automatizar processos, melhorar a precisão dos dados e facilitar a análise financeira e de desempenho.

Estudos anteriores (Flesch, 2010; Lunkes *et al.*, 2016; Kruger *et al.*, 2018; Souza *et al.*, 2019) evi-

denciam que o tamanho das organizações se torna uma variável capaz de afetar as funções e as atividades requeridas dos *controllers*, contribuindo com o perfil desejado, as atribuições no contexto corporativo e as demandas de informações para o processo gerencial. Nesse aspecto, este estudo corrobora indicações de que as atribuições e demandas para os profissionais de controladoria de fato são amplas e bastante distintas entre as organizações, visando atender aos seus interesses específicos, possivelmente relacionadas ao tamanho e à estrutura de gestão.

Nessa perspectiva, ponderando que a controladoria pode ser estruturada de forma distinta para atender aos interesses organizacionais, as atribuições e funções dos profissionais também podem ser diferentes (Mendes *et al.*, 2016; Amorin & Silva, 2019; Souza *et al.*, 2019). Os resultados permitem constatar que há vagas operacionais (para auxiliar em processos e elaboração de informações [analistas e controladores]) e vagas de coordenação e gestão estratégica (gestores, supervisores, coordenadores, diretores) e, com essa perspectiva, constatou-se a variação das remunerações (entre R\$3.800,00 e R\$69.000,00). Foi possível identificar que diversas organizações possuem a atuação de *controllers*, responsáveis pelos controles e pela geração das informações, enquanto em outras vagas observou-se a denominação de supervisores, gerentes, diretores, os quais coordenam os processos internos, avaliam a situação financeira, analisam informações e realizam projeções futuras no intuito de contribuir com o processo decisório. Tais indicações percebidas na análise de vagas reforçam as distintas competências e habilidades requeridas dos profissionais de controladoria (Coelho *et al.*, 2012; Brenzan & Silva, 2012; Brescovici *et al.*, 2022).



Em consonância com o estudo de Souza *et al.* (2019), pode-se evidenciar as mudanças no perfil de atuação da área de Controladoria e dos *controllers*, observando-se que existem vagas com foco na atuação de *bean counters* (execução e controle dos processos, com menor remuneração) e vagas com perfil de *business partners* (foco no planejamento e no aprimoramento do negócio, com maior remuneração).

Com o avanço da automação e a crescente adoção de tecnologias na área de Finanças e Contabilidade, tarefas operacionais repetitivas e aquelas com lógicas claras, como reconciliações, cálculos trabalhosos e preparação de relatórios em *Excel* por analistas de FP&A e executivos de contabilidade gerencial, estão sendo substituídas por soluções automatizadas (inclusive de inteligência artificial) e fluxos de trabalho, como *Business Intelligence* e *Enterprise Performance Management* (EPM). Ferramentas de automação

estão assumindo funções como revisão de precisão numérica e integridade de relatórios financeiros. A coleta, consolidação e validação de dados de várias fontes, assim como a publicação e distribuição de relatórios, podem ser realizadas por meio de soluções de autoatendimento. Algumas responsabilidades agora incluem interpretar, validar e analisar resultados de ferramentas baseadas em inteligência artificial e *machine learning*, como previsões de receitas e cenários futuros.

Ainda, os resultados observados das análises das vagas estão em linha com pesquisas de mercado, que têm mostrado que, na área de Contabilidade e Finanças, surgem novas competências requeridas aos profissionais, como a resolução digital de problemas e o uso de sistemas diversos, à medida que essas ferramentas

digitais são cada vez mais utilizadas nos ambientes corporativos e apoiam os gestores (Deloitte, 2022). Com a proliferação de dados e uma maior ênfase na análise, as competências de governança dessas informações são importantes na gestão da qualidade, integridade e segurança dos dados, logo os profissionais da área de Controladoria também são demandados pelo uso e pela gestão desses sistemas e informações (SCI, CRM ERP, BI, *Python*, RPA, SQL, etc.).

As funções e atividades de controlado-

ria são amplas e agregam as atividades de controle, análise e planejamento, conforme evidenciado por Borinelli (2006) e CGMA (2016), bem como

impactam as funções da controladoria exercidas em distintos ambientes organizacionais (Beuren *et al.*, 2008; Flesch, 2010; Beuren & Silva, 2010; Coelho *et al.*, 2012; Nunes, 2014; Lunkes *et al.*, 2016; Mendes *et al.*, 2016; Kruger *et al.*, 2018). Surgem aspectos relacionados à governança, à gestão de controles internos, à gestão de riscos e de fraudes (Pinheiro *et al.*, 2020; Brescovici *et al.*, 2022). Os achados convergem com tais indicações, ao se observar as distintas atribuições requeridas e funções dos profissionais, bem como emergem novas atribuições, relacionadas especialmente ao contexto da gestão informacional estratégica e tecnológica (sistemas e informações).

Confirma-se, por meio de algumas vagas, conforme já levantado pela literatura (Deloitte, 2022), que a área de Controladoria está em processo de mudança, e o profissional precisa se adaptar/aperfeiçoar às novas habilidades, como normas contábeis, conformidade de auditoria, perspicácia empresarial, análise de dados, análise de demonstrações financeiras e qualidade de relatórios financeiros. Ademais, deve buscar novas habilidades necessárias, como a gestão de dados, resolução digital de problemas e análise macroeconômica. As habilidades de narrativa e visualização de históricos de dados e planejamento, bem como a análise de cenários se tornarão cada vez mais necessárias, e exigirão conhecimentos, interpretação e análise crítica, viando à tradução eficaz dos dados em *insights* valiosos para subsidiar o processo de tomada de decisões.



A partir da coleta de dados, pode-se sugerir um conjunto de funções e atribuições para os profissionais de controladoria, conforme apresentado na Tabela 8.

A análise dos dados apresenta perspectivas que diferem os profissionais que atuam no contexto operacional ou como *bean counters* (analistas e controladores), inclusive observou-se que essas vagas possuem menor remuneração, enquanto os profissionais que atuam no contexto de gestão ou como *business partners* (gestores, supervisores, coordenadores, diretores), agregam atribuições de gestão estratégica, liderança e tomada de decisões e, consequentemente, assumem maiores responsabilidades e são remunerados de acordo com as competências e exigências demandadas pelas organizações.

Destaca-se que a complexidade organizacional e a estrutura de gestão refletem na forma como as organizações utilizam as informações e demandam por controles de apoio e informações para o processo decisório (Rikhardsson & Yigitbasiglu, 2018; Cavichioli *et al.*, 2020). No entanto, é possível sugerir que as demandas e a competitividade do ambiente empresarial remetem à necessidade de informações para reduzir os riscos de descontinuidade dos negócios (Nunes, 2014), portanto, a controladoria e os profissionais assumem o papel de apoiar as projeções, a implementação de melhorias e processos, coordenar os processos de controle e planejamento, bem como gerir a implementação de sistemas operacionais e integrados (Amorin & Silva, 2019). Isso inclui a gestão de informações a partir dos sistemas informacionais (tais como SCI, CRM ERP, BI, *Python*, RPA, SQL, etc.), de modo a contribuir com a qualidade das informações contábil e de auditoria, sendo capaz de propor mudanças e soluções. Nesse sentido, confirma-se a missão da controladoria de zelar pela sobrevi-

Tabela 8 – Proposição de competências de atuação (*bean counters* e *business partners*)

<i>Bean counters</i>	<i>Business partners</i>
- Focar na execução e no controle dos processos - Executar rotinas contábeis, atividades de lançamentos, conciliações e elaboração de demonstrativos contábeis e relatórios gerenciais - Conhecer controles e fazer uso de softwares de <i>Business Intelligence</i> - Usar de sistemas de inteligência artificial - Usar sistemas contábeis integrados e softwares de automação robótica - Usar controles gerenciais específicos voltados para minimizar riscos operacionais internos e externos	- Focar no planejamento e no aprimoramento do negócio - Supervisionar todos os aspectos da gestão financeira, incluindo contabilidade, orçamento, previsão e análise financeira - Liderar equipes e coordenar as operações contábeis - Gerir controles e informações geradas a partir dos de <i>softwares</i> de <i>Business Intelligence</i> para busca, tratamento, análise e apresentação de dados - Implementar e fazer uso de sistemas de inteligência artificial, - Implementar e gerir as informações dos sistemas contábeis integrados e de <i>softwares</i> de automação robótica - Implementar e gerenciar controles gerenciais específicos para minimizar riscos operacionais internos e externos (relacionados à cadeia de suprimentos), bem como para evitar fraudes corporativas - Analisar e gerenciar de <i>KPIs</i> - Planejar a curto e longo prazos a partir da análise e projeção de cenários

Fonte: elaborado pelos autores com dados da pesquisa

vência e continuidade das organizações (Borinelli, 2006), buscando romper as estratégias organizacionais de curto e longo prazos (Cavichioli *et al.*, 2020; Guedes & Costa, 2023).

5 Considerações Finais

Este estudo identificou as demandas e as competências requeridas dos profissionais da área de Controladoria no mercado de trabalho dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Para tal, foi realizado um estudo descritivo com abordagem qualitativa e aplicação de análise de conteúdo para a avaliação dos 75 anúncios de empregos. Entre os resultados, observou-se que, com as mudanças advindas do uso de ferramentas digitais para a potencialização das análises gerenciais, assim como a possibilidade de automação de rotinas, estão sendo ampliados os requisitos exigidos dos profissionais de controladoria, sendo demandados, além dos conhecimentos técnicos (formação, domínio de ferramentas específicas, experiência em rotinas das áreas de Contabilidade e Finanças), também compre-

ensão e adoção das ferramentas de inteligência artificial, *Business Intelligence* e outras. Identificou-se a necessidade de maior capacidade analítica e habilidades de comunicação, liderança e gestão de pessoas e equipes. Quanto à modalidade das vagas ofertadas, foram identificadas 36 vagas na modalidade não presencial (híbrida ou remota) e 39 vagas na modalidade exclusivamente presencial.

A análise dos dados permitiu observar distinções entre os profissionais que atuam no contexto operacional, como *bean counters* (analistas e controladores), tanto em relação às atribuições, competências e habilidades requeridas pelas ofertas de trabalho, quanto em relação à remuneração das vagas. No que se refere aos profissionais que atuam no contexto de gestão ou como *business partners* (gestores, supervisores, coordenadores, diretores), possuem atribuições, competências e habilidades relacionadas à gestão estratégica, liderança e tomada de decisões e, consequentemente, assumem maiores responsabilidades, sendo mais bem remunerados, de acordo com as competências e exigências demandadas pelas organizações.

Constatou-se que a complexidade organizacional e a estrutura de gestão podem refletir na forma como as organizações demandam as informações para o processo decisório, consequentemente, as exigências de competências e habilidades dos profissionais também diferem entre elas. A controladoria e os profissionais que atuam nessa área assumem o papel de apoiar projeções, implementar melhorias de processos, gerir controles e planejamento, incluindo a gestão dos sistemas informacionais (tais como SCI, CRM, ERP, BI, *Python*, RPA, SQL, etc.). Nesse sentido, as atribuições e funções percebidas remetem às necessidades informacionais na busca pela sobrevivência e continuidade

das organizações, em consonância com a finalidade da controladoria.

De forma geral, os resultados corroboram as discussões acerca das mudanças do ambiente empresarial, especialmente em relação ao uso de sistemas integrados de informações, de inteligência artificial e *softwares* de apoio ao processo decisório, a fim de contribuir com evidências que impactam a gestão de controles e informações utilizadas pela área de Controladoria. Além disso, pode-se observar que as empresas remuneram os profissionais de acordo com as competências e habilidades requeridas.

Este trabalho contribui para o aprimoramento do conhecimento

na área de Controladoria ao fornecer informações sobre o mercado de trabalho, suas ofertas de emprego e exigências. No entanto, por se limitar à realidade dos estados do Sul do Brasil, outros estudos podem expandir a análise para diferentes estados e utilizar outras fontes de anúncios de emprego, considerando que aspectos sociais e culturais podem gerar arranjos distintos dos aqui descritos. Ademais, a delimitação temporal da coleta de dados é uma limitação e sugere que pesquisas futuras possam abranger um período mais amplo. Estudos de caso também são indicados para investigar a realidade da controladoria em diferentes segmentos e portes de empresas.

Referências

- AMORIM, T. N. G. F., & Silva, L. B. (2019). Profissionais da controladoria: competências e demandas organizacionais. *Revista Ambiente Contábil*, 11(1), 220-236.
- ANDRADE, S. J., & Amorim, T. N. G. F. (2022). A percepção dos profissionais de controladoria referente aos seus conhecimentos diante das exigências da sua área de atuação. *Revista de Gestão e Secretariado*, 13(3), 1849-1867.
- BARDIN, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- BEUREN, I. M., Mar Bogoni, N., & Fernandes, L. (2008). Análise da abordagem da controladoria em dissertações dos programas de pós-graduação em ciências contábeis. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 10(28), 1-15.
- BEUREN, I. M., & Silva, A. J. (2010). Abordagens da controladoria em artigos publicados em periódicos dos programas de pós-graduação em ciências contábeis recomendados pela CAPES. *Enfoque: Reflexão contábil*, 29(3), 9-21.
- BORINELLI, M. L. (2006). Estrutura conceitual básica de controladoria: sistematização à luz da teoria e da práxis (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- BREZZAN, R., & Silva, T. A. M. (2012). O papel da controladoria no processo de tomada de decisão nas organizações. *Revista de Administração da FATEA*, 5(5), 125-146.
- BRESCOVICI, S. J., Garrido, I. L., & Monticelli, J. M. (2022). The value-generating capabilities of controllership. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 25(1), 23-42.
- CAVICHIOLO, D., Santos, K. P., Dal Vesco, D. G., & Fiirst, C. (2020). Controladoria: análise das citações de artigos científicos produzidos. *Contexto*, 20(44), 1-12.
- CASTILLO-DE MESA, J., & Gómez-Jacinto, L. (2020). Connectedness, engagement, and learning through social work communities on LinkedIn. *Psychosocial Intervention*, 29(2), 103-112.

CHARTERED GLOBAL MANAGEMENT ACCOUNTANT. (2016). *Princípios globais de contabilidade gerencial: Contabilidade gerencial eficaz: melhorando as decisões e construindo organizações de sucesso* (Luiz Roberval Vieira Goes, Trad.). Nova York: AICPA; CIMA.

COELHO, E., Lunkes, R. J., & Machado, A. O. (2012). A controladoria na hierarquia organizacional: um estudo nas maiores empresas do Estado de Santa Catarina. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 31(2), 41-62.

DELOITTE (2022). *Stepping into the future of controllership - From Accounting to insight*. Disponível em <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/us/Documents/risk/us-rfa-ima-report-2022-stepping-into-future-of-controllership-final.pdf>. Acesso em: 24 de jun. de 2024.

EXAME. (2024, julho). *LinkedIn atinge 75 milhões de usuários no Brasil com forte crescimento da geração Z*. Exame. <https://exame.com/tecnologia/linkedin-atinge-75-milhoes-de-usuarios-no-brasil-com-forte-crescimento-da-geracao-z/>. Acesso em 24 jun. de 2024.

FLESCH, V. (2010). Controladoria como suporte de gestão das indústrias moveleiras na Região Oeste de Santa Catarina. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 9(27), 79-92.

Guedes, G. Q., & Costa, S. A. (2023). Produção científica em controladoria nos anos de 2010 a 2019: uma análise das bases de dados Spell e Scielo. *CAP Accounting and Management*, 17(1), 1-17

HOHN, G. S., Kruger, S. D., Santos, E. A., & Zanin, A. (2023). Recursos e capacidades organizacionais no âmbito industrial sob a perspectiva da visão baseada em recursos. *Revista Gestão & Tecnologia*, 23(2), 294-317.

KRUGER, S. D., Presa, S., Petri, S. M., Mendes, A. C., & Zanin, A. (2018). A estrutura da controladoria nas Indústrias de Santa Catarina. *Management Control Review*, 3(2), 2-20.

LAMBERT, C., & Sponem, S. (2012). Roles, authority and involvement of the management accounting function: a multiple case-study perspective. *European Accounting Review*, 21(3), 565-589.

LUNKES, R. J., Ramos, C. A., Palhano, D. O., & Rosa, F. S. (2016). Análise das funções da controladoria em uma rede hoteleira. *Revista Eletrônica de Administração e Turismo*, 8(4), 775-791.

MENDES, A. C. A., Lunkes, R. J., Schnorrenberger, D., Gasparetto, V., & Kruger, S. D. (2016). Fatores associados ao desenho dos sistemas de controle gerencial. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 35(2), 87-103.

NUNES, A. A. B. (2014). Práticas de controladoria adotadas pelas organizações brasileiras. *Revista de Administração e Contabilidade*, 6(1), 42-56.

PINHEIRO, R. P., Vasconcelos, A. L. F. S., Segura, L. C., & Santos, J. M. G. (2020). Controllershship as an instrument to reduce information asymmetry in public companies: a Brazilian public company case study in the port sector. *International Journal of Auditing Technology*, 4(3), 195-216.

RIKHARDSSON, P., & Yigitbasioglu, O. (2018). Business intelligence & analytics in management accounting research: status and future focus. *International Journal of Accounting Information Systems*, 29, 37-58.

SANTOS, E. A., Sallaberry, J. D., & Mendes, A. C. A. (2022). The influence of telework and management controls on the congruence of civil servant objectives. *Revista de Gestão*, 29(3), 287-99.

SEGURA, M. (2018). Inteligência artificial aplicada a negócios. *Revista Inteligência Competitiva*, 8(3), 101-110.

SOUTES, D. O. (2006). *Uma investigação do uso de artefatos da contabilidade gerencial por empresas brasileiras*. (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

SOUZA, G. H. C., Wanderley, C. A., & Horton, K. (2021). Perfis dos controllers: autonomia e envolvimento dos profissionais de controladoria. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 003-022.



Evidenciação das contribuições para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Panorama das Instituições de Ensino Superior Brasileiras

As instituições de ensino superior (IES) têm a responsabilidade de disseminar na sociedade ações e práticas de sustentabilidade em seus três aspectos: econômico, social e ambiental. Uma das formas de as IES evidenciar suas ações em prol desses objetivos se dá por meio dos relatórios e divulgações disponíveis em seus websites. O objetivo desta pesquisa é analisar as evidenciações das contribuições das IES brasileiras em prol do alcance dos ODS sob a lógica da divulgação voluntária. Para tanto, a pesquisa teve como amostra 46 IES brasileiras classificadas no The Impact Rankings do ano de 2023. Foram analisados documentos publicados pelas IES e as demais divulgações disponíveis em seus websites que tivessem relação com contribuições para os ODS, no que diz respeito às suas atividades nos últimos cinco anos. Os resultados demonstraram que as IES evidenciaram, em especial, suas contribuições em prol dos ODS acerca dos aspectos sociais e ambientais. A importância deste estudo se revela em compreender sobre como as IES brasileiras estão contribuindo com os ODS. Em termos práticos, os achados desta pesquisa podem auxiliar os gestores das IES em decisões relacionadas à gestão que venham a impactar na consecução dos ODS.

Moraci Medeiros Ramos

Mestre em ciências contábeis, graduado em Ciências Contábeis pela Universidade UNIDERP no ano de 2017, Pós-graduado em Gestão Pública pela UFMS. Mestre em Ciências Contábeis pela UFMS.

E-mail: ramosmoraci86@gmail.com

Rosamaria Cox Moura Leite

Doutora em administração. Doutorado em Economia de la Empresa pelo Universidad de Salamanca, Espanha (2010) e professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

E-mail: rosamaria.leite@ufms.br

1 Introdução

O desenvolvimento sustentável pode ser definido de diversas maneiras, entretanto, o conceito mais aceito é o abordado no relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, o qual descreveu o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 43).

Ao longo das últimas décadas, o desenvolvimento sustentável tem recebido atenção crescente dos mais diversos setores, sejam eles públicos ou privados, com ou sem fins lucrativos (Fiorani; Di Gerio, 2022). Diante dessa realidade, no setor universitário, as instituições de ensino superior (IES) desempenham um papel fundamental em prol da educação em direção ao desenvolvimento sustentável (Sedlacek, 2013).

Destaca-se, nesse sentido, um importante marco em relação ao desenvolvimento sustentável, remontando ao ano de 2015, na cida-

de de Nova Iorque. Naquele ano, 193 Estados-membros, reunidos na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), instituíram um novo pacto global, intitulado “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015). Desse pacto surgiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerados uma mudança fundamental na história do desenvolvimento sustentável (Leal filho et al., 2021).

Os ODS são aplicáveis de forma interligada, multidimensional e universal, sendo divididos em quatro grandes dimensões: social, ambiental, econômica e institucional. São reputados como um guia em direção a eliminar a fome, erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover a prosperidade, a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, com o lema de “não deixar ninguém para trás” (ONU, 2015).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), diversos atores são incumbidos da execução dos ODS, tais como governos, entidades, academia, organizações e sociedade civil, com destaque para as instituições de ensino, em especial as IES, como principais impulsionadoras desse processo, por intermédio de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão (ONU, 2015).



de de Nova Iorque. Naquele ano, 193 Estados-membros, reunidos na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), instituíram um novo pacto global, intitulado “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015). Desse pacto surgiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerados uma mudança fundamental na história do desenvolvimento sustentável (Leal filho et al., 2021).

Posto isso, as IES utilizam canais modernos de comunicação como forma de divulgar e promover suas ações em prol dos ODS, como sites institucionais e mídias sociais, com a principal finalidade de divulgá-las às partes interessadas por meio de suas evidenciações obrigatórias e voluntárias (Fiorani; Di Gerio, 2022).

Conforme preceituam Yamamoto e Salotti (2006), as evidenciações obrigatórias estão relacionadas às divulgações as quais, por força do direito positivo objetivo em sentido amplo, ou seja, leis ou normas, são obrigatórias para tais organizações. Como exemplo, cita-se no âmbito das universidades federais brasileiras o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

Já as evidenciações voluntárias, como o próprio nome sugere, referem-se àquelas que as organizações acreditam que, ao divulgá-las às partes interessadas, possam, de alguma forma, gerar benefícios perante os usuários tanto internos quanto externos, bem como os investidores. Como exemplos, citam-se os relatórios de sustentabilidade, o balanço social, os relatórios ambientais e o relato integrado (Yamamoto; Salotti, 2006).

Diante desse contexto, apesar das crescentes expectativas relacionadas à forma com a qual as IES estão colaborando em prol dos ODS, o reconhecimento das contribuições relacionadas ao tema ainda está em seu início, portanto, as contribuições científicas ainda são escassas (De Iorio; Zampone e Piccolo, 2022).



“Conforme preceituam Yamamoto e Salotti (2006), as evidenciações obrigatórias estão relacionadas às divulgações as quais, por força do direito positivo objetivo em sentido amplo, ou seja, leis ou normas, são obrigatórias para tais organizações. Como exemplo, cita-se no âmbito das universidades federais brasileiras o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).”

Justifica-se a pesquisa pela carência de estudos, no contexto brasileiro, relacionados à temática sobre como as IES brasileiras evidenciam e contribuem em prol do alcance dos ODS, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Justifica-se também pela representatividade das IES brasileiras, pois são 2.574 instituições distribuídas em todo o território nacional, sejam elas públicas ou privadas, contando com um corpo docente composto de 315.928 professores e um total de 8.987.120 alunos matriculados (Inep, 2022).

Diante do exposto, a pesquisa teve como objetivo analisar as evidenciações das contribuições das IES brasileiras em prol do alcance dos ODS, por meio da análise das suas evidenciações voluntárias e obrigatórias. Para tanto, foram propostos três objetivos específicos: especificar os tipos de documentos que as IES brasileiras utilizam como forma de evidenciação das suas contribuições em prol dos ODS; verificar os ODS mais frequentes nas evidenciações das IES brasileiras; e analisar as ações que contribuam com os ODS nos tipos de atividades desenvolvidas pelas IES brasileiras.

2 Revisão da literatura

2.1 Divulgação voluntária

A divulgação pode se dar de duas formas: por meio da divulgação voluntária ou da divulgação obrigatória. A modalidade voluntária, conforme preconizam Watson, Shrives e Marston (2002, p. 289), equivale à divulgação “que excede o requerido por leis e normas”, ou seja, é configurada pela livre escolha dos gestores de divulgar ou não determinada informação aos usuários. Já a obrigatória, segundo Dantas *et al.* (2005), decorre de uma obrigatoriedade prevista em uma norma. Nesse caso, a divulgação não corresponde apenas a evidenciar, mas também a fornecer informações de qualidade, relevantes e claras às partes interessadas.

A principal teoria que debate a divulgação das informações nas organizações é a chamada teoria da divulgação, a qual tem por finalidade, baseada em evidências empíricas, compreender os fenômenos que possuem relação com a divulgação (Rover *et al.*, 2012).

Conforme Verrecchia (2001, p. 98), “não há uma teoria da divulgação abrangente ou unificada”, ou seja, para o autor, não existe apenas uma teoria sobre o assunto, mas sim três categorias de pesquisa

acerca dos processos de divulgação das informações contábeis: divulgação baseada em associação, divulgação baseada em julgamento e divulgação baseada em eficiência.

A primeira categoria diz respeito às pesquisas que envolvem os efeitos da divulgação em relação às mudanças das ações dos investidores, pois estes buscam maximizar suas riquezas no mercado de capitais. Nesse caso, a divulgação é considerada um processo exógeno, ou seja, externo à organização (Verrecchia, 2001).

A segunda categoria compreende estudos que versam sobre os motivos que levam as organizações e os gestores a divulgarem ou não determinadas informações. As pesquisas nessa categoria contestam os motivos da divulgação ou não de determinada informação, ou seja, atribuem que a administração das organizações pode optar por divulgar ou não determinada informação. Nesse caso, a divulgação das informações é considerada um processo endógeno, ou seja, interno à organização (Verrecchia, 2001).



A terceira categoria engloba pesquisas sobre quais configurações de divulgação são as mais preferidas pelos usuários, considerando a ausência de prévio conhecimento da informação, ou seja, quais são os tipos de divulgação mais eficientes de forma a reduzir o custo de capital das informações divulgadas (Verrecchia, 2001).

Dye (2001) discorda parcialmente de Verrecchia, ao afirmar que existe, baseado na segunda categoria (divulgação baseada em julgamento) elencada por Verrecchia, somente uma teoria capaz de explicar as divulgações das informações pelas organizações, a chamada teoria da divulgação voluntária.

Resumidamente, essa teoria explica que as organizações têm preferência por evidenciar as informações que lhe são favoráveis, de forma a omitir as informações que não são consideradas bem-conceituadas do ponto de vista do mercado Dye (2001). Dessa forma, o autor defende que a divulgação é fomentada pela escolha do agente de divulgar ou não determina-

da informação, além de descrever em sua pesquisa que os relatórios das organizações buscam promover maior credibilidade para a entidade, destacando os sucessos obtidos e escondendo os insucessos ocorridos Dye (2001).

Além do mais, a teoria da divulgação voluntária declara que os investidores possuem expectativas racionais diante dos seus ativos investidos, sendo que o silêncio diante de determinada informação pode indicar aos usuários que nada está sendo feito em relação à informação não divulgada (Dye, 2001).

Posto isso, esta pesquisa teve como base teórica a teoria da divulgação voluntária, porquanto serão identificadas e analisadas as evidenciações das contribuições das IES brasileiras em prol do alcance dos ODS nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, tema de divulgação não obrigatório no contexto das IES brasileiras, tendo como principais ferramentas dessas divulgações os relatórios de sustentabilidade, o relato integrado e o relatório social.

O relatório de sustentabilidade é considerado a principal ferramenta de comunicação às partes interessadas, relacionando-se ao desempenho social, econômico, ambiental e de governança das mais diversas organizações públicas e privadas. Conforme Skouloudis e Evangelinos (2009), esse relatório pode ser definido como um documento anual e uma ferramenta integrativa de informações, além de ser considerado um retrato que pretende detalhar o modo pelo qual as organizações, de maneira geral, es-

tão contribuindo para o alcance do desenvolvimento sustentável e, consequentemente, para a Agenda 2030 (Diaz-Sarachaga, 2021). Cabe destaque ao item 12.6 da Agenda 2030, que coloca os relatórios de sustentabilidade como forma de as organizações evidenciar suas ações em prol dos ODS (ONU, 2015).

Posto isso, diversas pesquisas vêm evidenciando como as IES, por meio das suas evidenciações voluntárias e obrigatórias, estão contribuindo para o alcance dos ODS. Destaca-se, dentre elas, a pesquisa realizada por Caputo, Ligorio e Pizzi (2021), analisando, a fim de compreender o nível de compromisso e contribuição dessas instituições com os 17 ODS, os relatórios de sustentabilidade publicados pelas IES no banco de dados oficial GRI do ano de 2019.

Os autores constataram que as IES da amostra ampliaram, em relação aos ODS, o nível de divulgação aos seus *stakeholders*, internos e externos, principalmente os ODS relacionados à sustentabilidade ambiental e às questões sociais, em especial o ODS 4 (educação de qualidade), ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e o ODS 10 (redução das desigualdades) (Caputo, Ligorio e Pizzi, 2021).

Há que se ressaltar o estudo de Primiano Di Nauta, Iannuzzi e Nigro (2020), que verificou a avaliação do grau de transposição dos pressupostos de desenvolvimento sustentável para o sistema universitário do italiano, por meio da avaliação e observação dos relatórios publicamente disponíveis nos sites eletrônicos. Os autores chegaram ao resultado de que as IES analisadas têm consciência de sua importância em prol dos ODS no sistema universitário e na sociedade civil, em especial no que diz respeito aos aspectos sociopolíticos e econômicos contidos na Agenda 2030.



A pesquisa realizada por De la Poza *et al.* (2021) analisou os impactos das divulgações das atividades realizadas pelas IES em relação aos ODS, a fim de verificar em relação a quais ODS as IES estão mais bem classificadas. Os pesquisadores revelaram os seguintes ODS mais divulgados pelas IES: ODS 17 (parcerias pelas metas), ODS 4 (educação de qualidade), ODS 5 (igualdade de gênero), ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura) e ODS 3 (saúde de qualidade).

Por sua vez, o relatório realizado pela equipe de trabalho do Observatório da Educação Superior da América Latina e do Caribe utilizou formulários subdivididos em cinco áreas: governança e participação, formação e docência, investigação e tecnologia, extensão e gestão e ordenamento. A partir desse instrumento, foi avaliado o progresso das IES da América Latina e do Caribe em relação ao conhecimento, ao compromisso e às contribuições dessas organizações em prol do alcance dos ODS. Os resultados demonstraram que das 50 IES analisadas, 89,5% têm conhecimento institucional sobre os ODS, além de, em geral, possuírem tendências de transformações educacionais pautadas nos ODS (Sáenz *et al.*, 2023).

É de se destacar, conforme pode ser observado nas informações logo acima, que, no contexto internacional, as IES tenham optado por utilizar os relatórios de sustentabilidade como ferramenta de divulgação de suas ações alinhadas aos ODS (Hamilton; Waters, 2022). Entretanto, no cenário brasileiro, poucas IES utilizam esse relatório como forma de evidencição de suas ações em prol dos objetivos de desenvolvimento sustentável (Moura-leite; Pereira, 2020).

Cabe destacar outros relatórios utilizados pelas IES como forma de evidencição das suas contribuições em prol dos ODS, incluindo

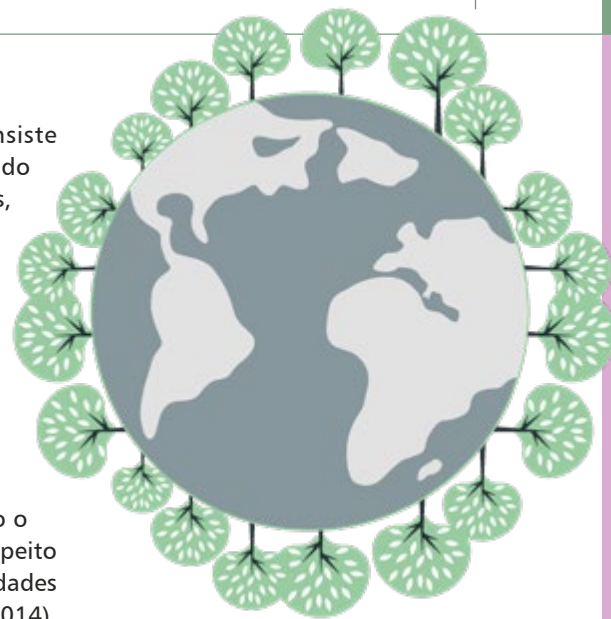
o relato integrado, que consiste em um documento englobando dois universos dessemelhantes, mas conexos: o empresarial e o socioambiental (Bommel, 2014). Esse documento possibilita um olhar integral das organizações por meio de seis categorias de capitais: financeiro, manufaturado, natural, intelectual, humano, social e relacional.

Já o relatório social, como o próprio nome sugere, diz respeito aos aspectos sociais das atividades das organizações (Bommel, 2014). Por fim, o relatório ODS é um documento não obrigatório e não financeiro, sendo utilizado por algumas IES para divulgar anualmente às partes interessadas ações que tenham contribuído, de alguma maneira, com os ODS nas suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão (UFMS, 2023).

3 Metodologia

Para atingir seus objetivos, esta pesquisa desse caracterizou como pesquisa descritiva. Segundo Gil (2010), a pesquisa descritiva, como o próprio nome sugere, descreve as características de determinada amostra ou fenômeno. Em relação à abordagem, a pesquisa é predominantemente qualitativa, com breves explicações quantitativas. Conforme preceitua Appolinário (2012, p. 59), “é muito difícil que haja alguma pesquisa totalmente qualitativa, da mesma forma que altamente improvável existir alguma pesquisa completamente quantitativa”.

Como fonte de coleta de dados documentais, o estudo utilizou documentos publicados pelas IES em suas páginas web, especificamente os relatórios de sustentabilidade, os relatórios de gestão, os relatos integrados, os planos de logística sustentável, os planos estratégicos



e demais documentos que se relacionassem com a temática proposta, bem como as informações disponíveis nas páginas web do setor ou departamento responsável pelas ações relacionadas ao tema dos últimos cinco anos. Esses documentos foram lidos na íntegra pelos autores e foram filtradas as atividades que apresentassem relação a consecução dos ODS pelas organizações.

Dessa forma, a pesquisa teve como amostra 46 IES brasileiras classificadas no *The Impact* do ano de 2023. O ranking consiste na primeira tentativa global de medir o progresso universitário de forma específica em torno dos ODS, por meio de pontuações de indicadores individuais para cada um dos 17 ODS e pontuação geral. Essa análise compreende a avaliação dos três ODS mais fortes de cada IES, com base na análise de todos os dados fornecidos e, obrigatoriamente, o ODS 17 (parcerias em prol das metas) (Impact Rankings, 2023).

No que diz respeito à escolha do ranking *The Impact*, cabe ressaltar que, ao contrário de outros rankings universitários que abordam a temática, trata-se do único a ser auditado por meio da técnica contábil denominada auditoria independente ou externa (De la Poza *et al.*, 2021).

É importante destacar que uma das IES foi excluída da amostra inicial, pois não se tratava de uma IES, mas sim de um grupo educacional que possui diversas entidades e subsidiárias, tornando inviável a sua utilização para os objetivos propostos nesta pesquisa. Dessa forma, das 47 IES compondo o ranking *The impact* do ano de 2023, 46 compuseram a amostra final desta pesquisa. O quadro abaixo mostra o protocolo utilizado para a coleta de dados.

Para analisar os dados, foram utilizadas as técnicas da análise de conteúdo manual e a estatística descritiva. Segundo Beattie e Shah (2007), a técnica de análise de conteúdo manual consiste na análise detalhada do pesquisador, a qual infere significados de forma mais precisa dos textos analisados com a finalidade de evitar interpretações errôneas, levando em consideração o contexto e não apenas utilizando palavras soltas.

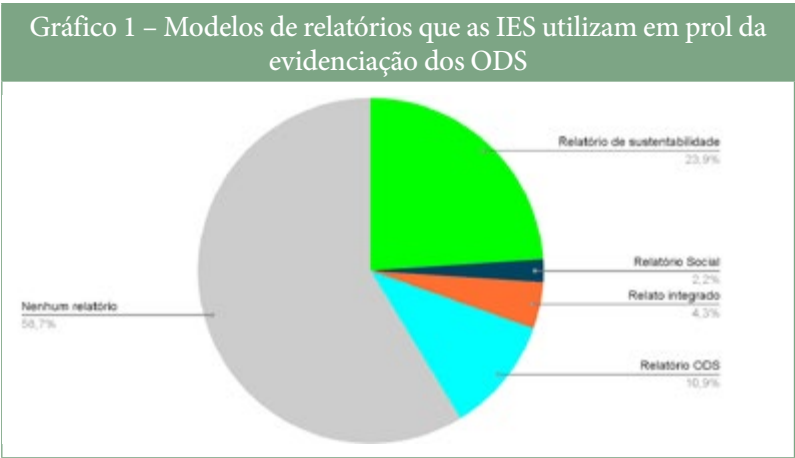
Já a estatística descritiva, conforme Santos (2018), tem por objetivo organizar, resumir e descrever os dados coletados, com a principal finalidade de, posteriormente, utilizá-los na interpretação com o olhar voltado aos objetivos da pesquisa, não podendo ser generalizados para além da amostra. Suas principais formas de exposição dos dados são tabelas, gráficos e medidas descritivas.

4 Resultados

Esta seção tem por finalidade apresentar os resultados obtidos após a coleta e análise dos dados. Em um primeiro momento, serão trazidos os modelos de relatórios, modelos de avaliação, rankings e outras ferramentas de gestão utilizadas pelas IES, como forma de evidenciar as suas contribuições em prol dos ODS. Posteriormente, serão expostos os ODS mais frequentes nas divulgações das IES brasileiras. Por fim, serão reveladas por meio de

Quadro 1 – Protocolo de busca nas páginas web das IES	
PASSOS	AÇÕES
1º PASSO	Entrar no site das IES da amostra, em especial no setor específico relacionado ao desenvolvimento sustentável e, consequentemente, aos ODS.
2º PASSO	Identificar os modelos de relatórios relacionados aos ODS.
3º PASSO	Identificar os modelos de ranking relacionados aos ODS.
4º PASSO	Identificar os modelos de avaliação relacionados aos ODS.
5º PASSO	Identificar os ODS mais frequentes nas atividades das IES.
6º PASSO	Identificar nas evidenciações das IES da amostra os tipos de atividades desenvolvidas (ensino, pesquisa, extensão e gestão) em prol dos ODS.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

quais atividades – sejam elas de ensino, pesquisa, extensão e/ou gestão – as IES brasileiras mais contribuem em prol do alcance dos ODS.

Posto isso, o gráfico 1 foi elaborado no sentido de responder ao primeiro objetivo da pesquisa, que consistiu em especificar os tipos de documentos utilizados pelas IES brasileiras para a evidenciação das suas contribuições em prol dos ODS. O gráfico 1 demonstra que as IES da amostra utilizam, como forma de evidenciação das suas contribuições em prol dos ODS, os seguintes modelos de relatórios: relatório de sustentabilidade, relato integrado, relatório social e relatório ODS.

Ainda de acordo com o gráfico 1, quase 60% da amostra, especificamente 58,7%, não apresentaram nenhum tipo de relatório para evidenciar suas contribuições em prol dos ODS. Em contrapartida, 11 IES,

representando 23,9% da amostra, utilizaram o relatório de sustentabilidade como forma de evidenciar suas contribuições em prol dos ODS, enquanto 10,9% recorreram ao relatório ODS. Esses resultados vão ao encontro da pesquisa realizada por Primiano Di Nauta, Iannuzzi e Nigro (2020), cujos resultados incluíram que as organizações utilizam principalmente os relatórios de sustentabilidade como forma de evidenciar seus aspectos socioambientais.

Esses achados evidenciam a relevância de existir no contexto brasileiro um relatório que avalie de forma específica o modo como as IES contribuem para o desenvolvimento sustentável e, consequentemente, para os ODS. Além disso, evidenciam que boa parte das IES analisadas não se preocupam em publicar suas informações sobre os ODS em documentos organizados.

A respeito dos modelos de avaliação, conforme o gráfico 2, as IES da amostra receberam como principais certificações o Selo ODS EDU, com uma percentagem de 17% em relação aos documentos analisados, logo em seguida, com 7,5%, as seguintes certificações: Selo SESI ODS e Selo A3P.

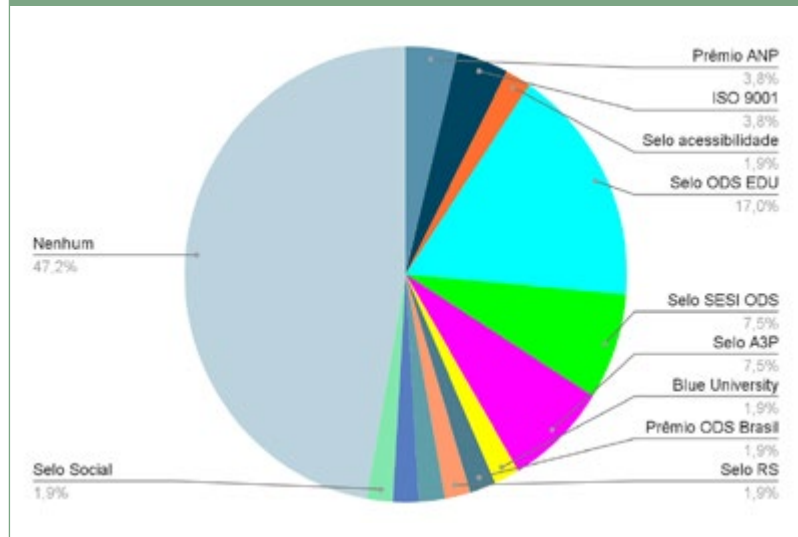
Por sua vez, o gráfico 3 foi elaborado buscando responder o segundo objetivo da pesquisa, que consistiu em analisar os ODS mais frequentemente utilizados pelas IES brasileiras da amostra em suas evidenciações, como forma de divulgação das suas contribuições em prol dos ODS.

Observam-se no gráfico 3 a classificação e percentagem que as IES da amostra mais se destacam em prol do alcance dos ODS. Em primeiro lugar, destacam-se o ODS 4 (educação de qualidade), em segundo lugar, o ODS 10 (redução das desigualdades), em terceiro lugar, o ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e em quarto lugar, o ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes).

Na sequência, em quinto lugar, aparece o ODS 3 (saúde de qualidade), em sexto lugar, o ODS 12 (consumo e produção responsáveis), em sétimo lugar, o ODS 13 (ação contra a mudança climática), em oitavo lugar, o ODS 17 (parcerias e meios de implementação), em nono lugar, o ODS 8 (trabalho digno e crescimento econômico) e, em décimo lugar, o ODS 15 (vida terrestre). Em 13º lugar, indica-se o ODS 6 (água potável e saneamento), em 14º lugar, o ODS 2 (erradicar a fome), em 15º lugar, o ODS 1 (erradicar a pobreza), em 16º lugar, o ODS 5 (igualdade de gênero) e, por fim, em 17º lugar, o ODS 7 (energias renováveis e acessíveis).

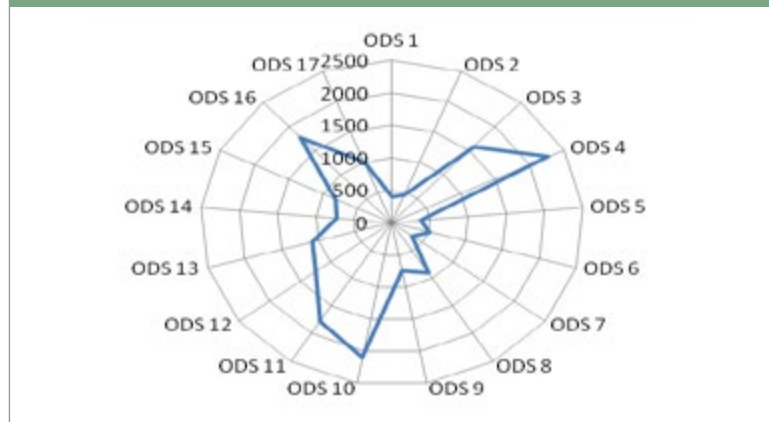
Após a classificação dos ODS realizada acima, com base na pesquisa realizada por Gutierrez-Ponce

Gráfico 2 – Modelos de avaliação



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Gráfico 3 – Gráfico de radar dos ODS divulgados nas ações das IES da amostra



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

(2023) e nas dimensões elencadas pela referida autora – dimensão social, dimensão econômica e dimensão ambiental – as IES analisadas obtiveram maior destaque no que tange aos aspectos relacionados às dimensões sociais e ambientais da sustentabilidade, a saber: ODS 4 (educação de qualidade); ODS 3 (saúde de qualidade); ODS 10 (redução das desigualdades); ODS 12 (cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes).



Posto isso, foram elencados alguns exemplos de ações que as IES da amostra utilizaram como forma de contribuição em prol dos ODS. Cabe destacar que esses ODS foram escolhidos por serem os mais evidenciados pelas IES da amostra nas suas divulgações relacionadas ao tema, conforme elencados no gráfico 3.

Acerca do ODS 4 – educação de qualidade – as IES, por meio de ações e práticas educacionais, visam promover não apenas a inclusão e a equidade dos discentes, mas também oportunizar a aprendizagem para todas as idades. Assim sendo, destacam-se como ações relacionadas a esse ODS o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade, o Programa de Intercâmbio Estudantil e o Programa de Inclusão na Internet.

O primeiro consiste em ações para promover a inserção dos idosos no âmbito acadêmico, por meio de iniciativas que disponibilizem vagas para a entrada dessas pessoas em cursos de nível superior, profissionalizantes e atividades que promovam a inclusão digital e social das pessoas idosas.

O Segundo, por sua vez, tem por finalidade disponibilizar aos estudantes de graduação oportunidades para aprimorar o conhecimento e expandir a cultura, por meio da possibilidade de passar um ou mais semestres

em IES conveniadas de outros países. Já o terceiro tem por objetivo a inclusão dos alunos em situação de vulnerabilidade econômica, por meio do acesso gratuito à Internet, a fim de democratizar a inclusão digital, aumentar a equidade e melhorar a qualidade de ensino desses discentes.

Sobre o ODS 10 – redução das desigualdades –, as IES têm como meta, por meio de ações para promover a dignidade das pessoas e a inclusão social, reduzir as desigualdades tanto em seus ambientes quanto na comunidade. Destaca-se como ação relacionada a esse ODS o Projeto Horta Comunitária, que consiste em um espaço disponibilizado para que voluntários possam plantar hortaliças, legumes e frutas que posteriormente serão doados para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A respeito do ODS 11, por meio de ações que visem tornar as cidades e comunidades mais seguras e sustentáveis, as IES buscam reduzir o impacto negativo causado por suas ações e tornar seus espaços internos mais seguros, inclusivos e sustentáveis. Destaca-se como ação relacionada a esse ODS o Eletro Posto, projeto que consiste na instalação de uma estação de recarga rápida para as baterias de veículos elétricos e híbridos do tipo *plug-in* na cidade universitária. Para utilizá-la, basta o condutor dos veículos realizar um cadastro. Cabe destacar que esse serviço é disponibilizado de forma gratuita.

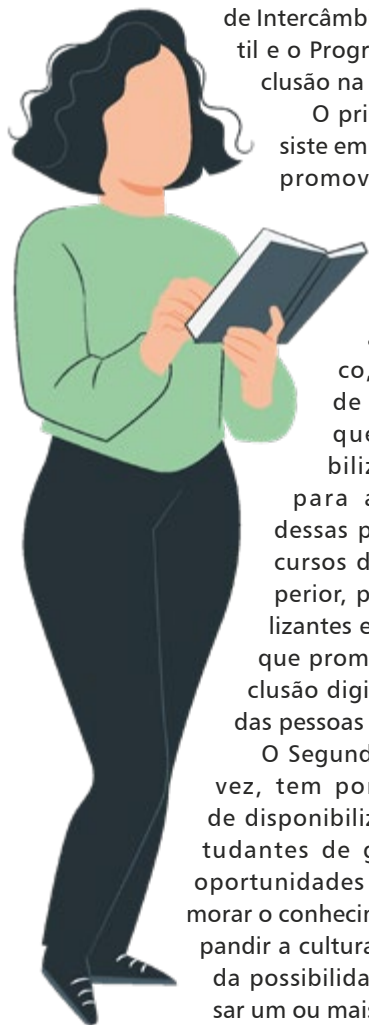
No que tange ao ODS 16, por meio de ações para promover sociedades pacíficas e inclusivas, as IES se esforçam em promover o acesso à justiça para todos. Destaca-se como exemplo de ação relacionada a esse ODS o projeto de assistência judiciária gratuita, cuja finalidade é viabilizar o acesso à justiça para pessoas hipossuficientes nas demandas judiciais relacio-



nadas aos seus direitos trabalhistas, previdenciários, civis e penais.

Por fim, no que se refere ao ODS 3, por meio de ações para melhorar a qualidade de vida das pessoas e promover o bem-estar, as IES buscam disponibilizar serviços e atividades que melhorem a saúde e bem-estar da população. Como exemplo de ação relacionada a esse ODS, destacam-se as ações de assistência psicossocial e o atendimento odontológico, disponibilizados gratuitamente para as comunidades interna e externa.

Tais achados corroboram a pesquisa realizada por Caputo, Ligorio e Pizzi (2021), que buscou identificar (nos relatórios de sustentabilidade) os ODS mais divulgados pelas IES localizadas na América do Sul, América do Norte, Europa, Oceania e Ásia. Os autores relatam que as IES analisadas divulgaram suas ações principalmente relacionadas aos aspectos sociais e ambientais da sustentabilidade, a saber: ODS 4 (educação de qualidade); ODS 10 (redução das desigualdades); e ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis). Assim, considerando as dimensões dos ODS e suas interconexões apontadas pela pesquisadora Gutierrez-Ponce (2023), constata-se que as IES analisadas evidenciam mais as suas contribuições em prol dos ODS relacionadas aos aspectos sociais e ambientais da sustentabilidade.



No que tange a responder o terceiro objetivo da pesquisa, que consistiu em analisar os tipos de atividades desenvolvidas pelas IES em contribuição aos ODS, foi elaborado o gráfico 4, no qual são apresentadas as contribuições das IES brasileiras nas suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão em prol dos ODS.

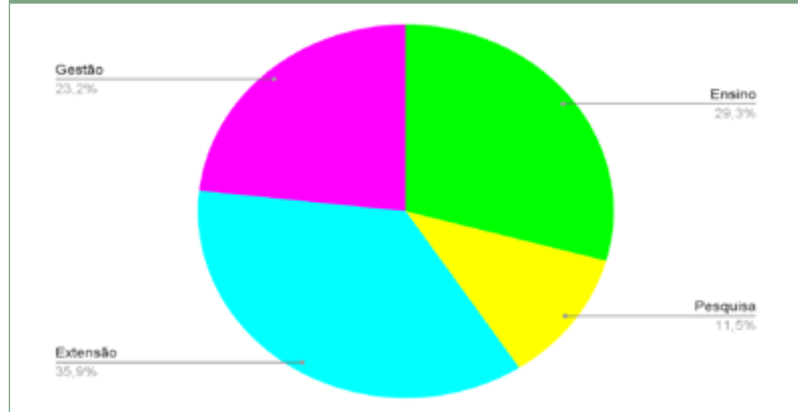
Conforme o gráfico 4, as atividades de extensão são aquelas que as IES mais utilizam como meio de promover os ODS, com uma porcentagem de 35,9%. Em seguida, atividades de ensino, com 29,3%, logo após estão as atividades de gestão, com 23,2%, e, por fim, com uma porcentagem de 11,5%, as atividades de pesquisa.

Essa análise não seria diferente ao se tomar como parâmetro de referência o gráfico 5, que fornece uma abordagem da representação gráfica por meio do gráfico de barras empilhadas. Dessa maneira, pode-se visualizar o quão heterogêneas são as IES da amostra, a partir da análise dos seus comportamentos individuais em relação às suas ações que contribuem para os ODS nas suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Tal resultado vai ao encontro da pesquisa realizada por Leal filho *et al.* (2021), que buscou descobrir a importância dada pelas IES analisadas aos ODS em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Como resultado, os pesquisadores relataram que as IES tendem a dar maior importância, em primeiro lugar, às suas atividades de pesquisa, posteriormente às suas atividades ensino e, por fim, às suas atividades de extensão que visem contribuir em prol dos ODS.

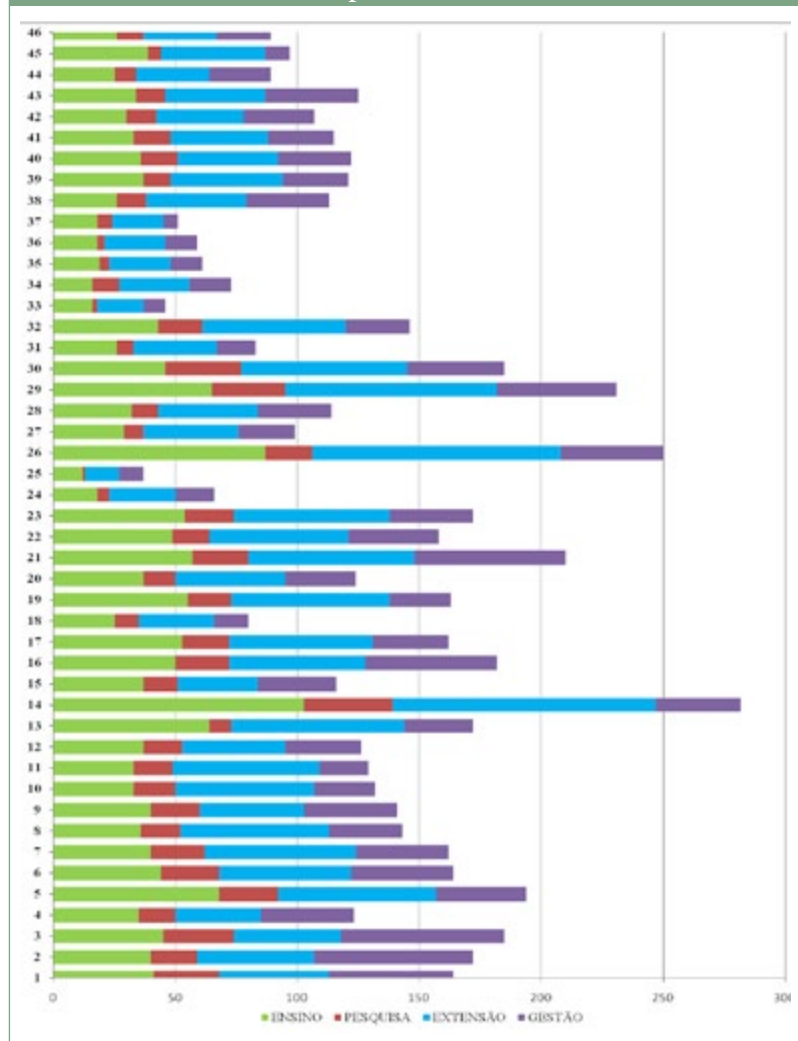
Após as análises realizadas acima, referentes ao terceiro objetivo específico da pesquisa, nos próximos parágrafos, destacam-se as principais ações utilizadas pelas IES como forma de contribuir para os ODS por meio de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Gráfico 4 – Contribuição para os ODS nas atividades desenvolvidas pelas IES



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Gráfico 5 – Atividades desenvolvidas pelas IES da amostra em prol dos ODS



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Acerca das atividades de extensão, destaca-se o projeto Escola de Extensão, que leva em conta as necessidades do mercado de trabalho. O objetivo do projeto é ofertar cursos de capacitação profissional para a comunidade local relacionados às mais diversas áreas, principalmente prestação de serviços, comércio e indústria.

Relativamente às atividades de ensino evidenciadas pelas IES como contribuição em prol dos ODS, destaca-se o Programa Farmácia Escola, o qual leva ao discente a oportunidade de colocar seus conhecimentos teóricos em prática, por meio do atendimento ao público que frequenta a farmácia. Além disso, proporciona aos alunos o aprimoramento de seus conhecimentos e novas habilidades através da observação dos demais envolvidos.

No que tange às atividades de gestão, cabe salientar como exemplo o Programa de Eficiência Energética, que visa, por meio da substituição de equipamentos antigos por equipamentos que consumam menos energia, adoção de lâmpadas de *Light-Emitting Diode* (LED), em vez de lâmpadas fluorescentes e a implantação da energia fotovoltaica, a fim de reduzir a demanda anual do consumo de energia, colaborando assim com o meio ambiente.



Por fim, no que tange às atividades de pesquisa utilizadas pelas IES como forma de contribuir em prol dos ODS, destaca-se o Projeto Mulheres na Ciência, que tem por objetivo estimular mulheres e meninas a buscarem a carreira científica em áreas antes exercidas apenas por pessoas do sexo masculino. Além disso, o programa concede bolsas para a participação das mulheres em eventos científicos e realizar palestras em escolas públicas locais, demonstrando a grandeza das principais pesquisadoras da história brasileira.

5 Considerações Finais

Essa pesquisa teve como finalidade analisar as evidenciações das contribuições das IES brasileiras em prol do alcance dos ODS, por meio da análise das suas evidenciações voluntárias e obrigatórias, com foco na teoria da divulgação voluntária. A amostra final consistiu em 46 IES brasileiras, classificadas no ranking *The Impact* referente ao ano de 2023, localizadas nas cinco regiões geográficas do país, com especial destaque para as IES localizadas nas regiões Sudeste e Sul.

Os achados evidenciam que as IES da amostra localizadas nas regiões mais desenvolvidas do Brasil estão divulgando mais as suas contribuições em prol dos ODS às partes interessadas, em comparação com as IES localizadas nas regiões menos desenvolvidas. Os dados foram coletados por meio de documentos publicados pelas IES, bem como as demais divulgações disponíveis a respeito das contribuições relacionadas aos ODS no âmbito de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão dos últimos cinco anos.

Com o intuito de responder ao objetivo desta pesquisa, foram elencados três objetivos específicos. O primeiro objetivo consistiu em espe-

cificar os tipos de documentos utilizados pelas IES brasileiras como forma de evidenciação das suas contribuições em prol dos ODS. Os resultados demonstraram que as IES da amostra utilizam os seguintes principais tipos de relatório para divulgarem suas contribuições em prol dos ODS: relatório de sustentabilidade, relato integrado, relatório social e relatório ODS. Cabe especial destaque aos relatórios de sustentabilidade, sendo os mais utilizados, com uma porcentagem de 23,9% da amostra. Em contrapartida, 58,7% da amostra não utilizou nenhum tipo de relatório.

Esse achado evidencia a relevância de existir no contexto brasileiro um relatório que avalie de forma específica como as IES contribuem para o desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, para os ODS. Além disso, demonstrou-se que algumas das IES analisadas não se preocupam em publicar suas informações sobre os ODS em documentos organizados.

Acerca dos modelos de avaliação, destaca-se que as IES da amostra receberam como principais certificações o selo ODS EDU, com uma porcentagem de 17% da amostra, em contrapartida, 47,2% da amostra não recebeu qualquer certificação relacionada às suas contribuições em prol dos ODS. No que tange aos rankings, cabe destacar que além do *The Impact Rankings*, as IES da amostra foram classificadas, principalmente, no *UI Green Metric World University Ranking* e o *QS Ranking*, ambos com uma porcentagem de 42,5% da amostra.

O segundo objetivo específico consistiu em verificar os ODS mais frequentes nas evidenciações das IES brasileiras da amostra em prol dos ODS. Para tanto, foi elaborado o gráfico 3, elencando a classificação dos ODS para os quais as IES mais contribuem, uma vez analisadas as divulgações que tivessem alguma relação com o tema.

Como resultado, os seguintes ODS foram mais evidenciados pelas IES da amostra em termos das suas contribuições: ODS 4 (educação de qualidade); ODS 10 (redução das desigualdades); ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis); ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes); e ODS 3 (saúde de qualidade). Vale ressaltar que as IES da amostra obtiveram maior destaque no que tange aos aspectos relacionados às dimensões sociais e ambientais.

O terceiro objetivo específico teve como finalidade analisar os tipos de atividades, sejam de ensino, pesquisa, extensão e/ou gestão, desenvolvidas pelas IES brasileiras nas suas contribuições em prol dos ODS. Para esse fim, foi elaborado o gráfico 4, apresentando as contribuições das IES brasileiras em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão em prol dos ODS. Como resultados, destacam-se como as atividades mais evidenciadas, com uma percentagem de 35,9%, as atividades de extensão, em contrapartida, as atividades de pesquisa foram as menos evidenciadas, com apenas 11,5% da amostra.

Os resultados encontrados e as respectivas reflexões, de forma geral, permitem inferir que as IES da amostra, como instituições de ensino e agentes transformadores do meio em que estão inseridas, promovem o desenvolvimento sustentável, em especial no que tange aos aspectos sociais e ambientais em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão que contribuam para os ODS elencados na Agenda 2030.

Também é possível inferir, tendo em conta a teoria da divulgação voluntária, que as IES analisadas divulgam suas ações relacionadas aos ODS (informações não financeiras, não exigidas em lei e divulgadas de forma discricionária) a fim de se legitimarem e melhorarem sua imagem e reputação perante as partes interessadas (em especial à socieda-

de, governo e investidores) (De Iorio, Zampone e Piccolo, 2022; Hamilton; Waters, 2022).

É necessário destacar, quanto às limitações da pesquisa, que os resultados obtidos não podem ser generalizados para além da amostra, pois se trata de uma análise realizada por meio da estatística descritiva. Pesquisas futuras podem se utilizar da estatística inferencial, a fim de generalizar os resultados para além da amostra.

Outra limitação pertinente corresponde à amostra, porquanto o estudo analisou as IES brasileiras classificadas no ranking *The Impact* do ano de 2023, nesse sentido, pesquisas futuras podem utilizar como amostra IES classificadas em outros rankings, ou referentes a outros anos, com a finalidade de analisar as contribuições de outras IES em prol dos ODS e estabelecer comparações por meio de outras metodologias.

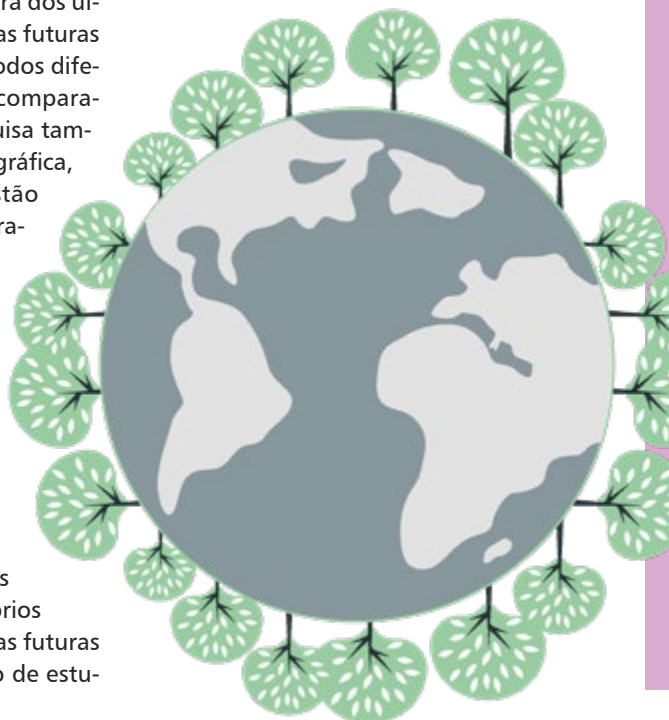
Ainda, este estudo também apresenta limitação quanto ao período de coleta de dados, pois foram analisados os documentos disponíveis nas páginas web das IES que compuseram a amostra dos últimos cinco anos. Pesquisas futuras podem se basear em períodos diferentes, a fim de realizar comparações entre as IES. A pesquisa também possui limitação geográfica, pois as IES analisadas estão localizadas somente no Brasil, sendo assim, pesquisas futuras podem analisar IES localizadas em outros países sul-americanos ou até mesmo em outros continentes.

Por fim, outra limitação do estudo se refere aos documentos e informações divulgadas pelas IES, pois as informações foram coletadas dos próprios sítios eletrônicos. Pesquisas futuras podem verificar, por meio de estu-

dos de casos, questionários e entrevistas semiestruturadas, como as IES estão contribuindo para os ODS, bem como verificar seus níveis de envolvimento em prol dos ODS em suas atividades e, posteriormente, realizar a comparação com outros estudos que versam sobre o tema.

Ainda, cabe ressaltar as contribuições desta pesquisa. Do ponto de vista teórico, acrescentaram-se à literatura existente avanços sobre como as IES brasileiras contribuem para o alcance dos ODS nas suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, assim como o suporte para pesquisas posteriores.

Como contribuição social, destacam-se exemplos de práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão por meio dos quais as IES estão contribuindo em prol dos ODS. Tais exemplos podem ser utilizados pelos gestores das IES que desejem aprimorar as contribuições das suas organizações na busca pela sustentabilidade no que tange aos seus aspectos socioambientais, o que, de forma direta ou indireta, poderá afetar as comunidades locais e regionais.



Referências

- APPOLINÁRIO, F. *Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- BEATTIE, V.; SHAH, J. T. *Lifting the lid on the use of content analysis to investigate intellectual capital disclosures*. *AccountingForum*. 31:129-63, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.accfor.02.001>.
- BOMMEL, K, V. Towards a legitimate compromise? An exploration of Integrated Reporting in the Netherlands. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2014. 27(7), 1157-1189. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2013-1309>.
- CAPUTO, F.; LIGORIO, L.; PIZZI, S. The Contribution of Higher Education Institutions to the SDGs An Evaluation of Sustainability Reporting Practices. *Administrative Sciences*. 2021. 11: 97. <https://doi.org/10.3390/admsci11030097>.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H.C.; SANTOS, S.C.; NIYAMA, J.K. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. *Economia E Gestão*, 5(11), 56-76, 2005. *Revista Universo Contábil*, 6(1), 85-101, 2010.
- DE IORIO, S.; ZAMPONE, G.; PICCOLO, A. Determinant Factors of SDG Disclosure in the University Context. *Administrative Sciences*. 2022, 12: 21. <https://doi.org/10.3390/admsci12010021>.
- DE LA POZA, E.; MERELLO, P.; BARBERÁ, A.; CELANI, A. Universities' Reporting on SDGs: Using THE Impact Rankings to Model and Measure Their Contribution to Sustainability. *Sustainability*. 2021. 13, 2038. <https://doi.org/10.3390/su13042038>.
- DIAZ-SARACHAGA, J. M. Shortcomings in reporting contributions towards the sustainable development goals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. 2021. 28: 1299-312. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/wly/corsem/v28y2021i4p1299-1312.html>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- DYE, R. A. Na evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 32 (1-3), 181-235. 2001. [https://doi.org/10.1016/s0165-4101\(01\)00024-6](https://doi.org/10.1016/s0165-4101(01)00024-6).
- FIORANI, G.; DI GERIO, C. Reporting University Performance through the Sustainable Development Goals of the 2030 Agenda: Lessons Learned from Italian Case Study. *Sustainability*, 2022. 14, 9006. <https://doi.org/10.3390/su14159006>.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUTIERREZ-PONCE, H. Sustainability as a strategy base in Spanish firms: Sustainability reports and performance on the development goals. *Sustainable Development*. 2023. <https://doi.org/10.1002/sd.2566>.
- HAMILTON, S.N.; WATERS, R. D. Mainstreaming Standardized Sustainability Reporting: Comparing Fortune 50 Corporations' and U.S. News & World Reports Top 50 Global Universities' Sustainability Reports. *Sustainability*, 2022. 14, 3442. <https://doi.org/10.3390/su14063442>.
- IMPACT RANKINGS. *World University Rankings*. 2023. Times Higher Education (THE). Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/impactrankings>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- Inep. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2021*. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 07 jun. 2023.
- LEAL FILHO, W.; FARANKENBERGER, F.; LANGE, S. A.; AZEITEIRO, U.; ALVES, F.; CASTRO, P.; WILL, M.; PLATJE, J.; ORLOVIC, L. V.; BRANDLI, L. 2021. A framework for the implementation of the Sustainable Development Goals in University programmes. *Journal of Cleaner Production* 299: 126915.

MOURA-LEITE, R. C.; PEREIRA, M. W. G. Status dos Relatórios de Sustentabilidade das Instituições de Ensino Superior Brasileiras. *Revista Capital Científico*. 2020. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/6314/html>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 11 jun. 2023.

PRIMIANO DI NAUTA, I.E.; MILONE, M.; NIGRO, C. The impact of the Sustainability Principles on the Strategic Planning and Reporting of Universities. An Exploratory Study on a Qualified Italian Sonaple. *Sustainability*, 2020.12 (18), <https://doi.org/10.3390/su12187269>.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F.D.R.; BORBA, J.A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental utilizando a análise da regressão em painel. 2012. *Revista de administração*, 47 (2), 217-230. <https://doi.org/10.1590/S0080-21072012000200005>.

SANTOS, C. *Estatística Descritiva, Manual de autoaprendizagem*. Edições Sílabo - 3ª edição, 2018. Disponível em: <https://static.fnac-static.com/multimedia/PT/pdf/9789726189688.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

SDSN. Sustainable Development Solutions Network. Getting Started with SDGs in Universities: A Guide for Universities, Higher Education Institutions, and the Academic Sector. Australia, New Zealand and Pacific Edition, 2017. Disponível em: https://ap-unsdsn.org/wp-content/uploads/University-SDG-Guide_web.pdf. Acesso em: 05 de mar. de 2023.

SEDLACEK, S. The role of universities in fostering sustainable development at the regional level. *Journal of Cleaner Production* 48: 74-84. 2013. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.01.029>.

UFMS. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. *Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na UFMS [recurso eletrônico]: avanços em 2022 = Sustainable Development Goals reportat. UFMS: advances in 2022 / [organização] Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. -- Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2023*. Disponível em: <https://dides.ufms.br/files/2023/12/Relatorio-ODS-na-UFMS-2022-Versao-Final-publicada.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2024.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1-3), 97-180. 2001. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8).

SÁENZ, O.; PLATA, A. M.; HOLGUÍN, M. T.; CALLEJAS, M.M.; BRAVO, M.T.; VELASCO, A.; ARGUEDAS, M.; MOURA-LEITE, R. C.; HIDALGO, C.; PARADA, S. *Avances en el conocimiento, compromiso y aportes a los Objetivos de Desarrollo Sostenible en las instituciones de educación superior de América Latina y el Caribe*, 2023. Disponível em: <https://oses-alc.net/publicacion/avances-en-el-conocimiento-compromiso-y-aportes-a-los-objetivos-de-desarrollo-sostenible-en-las-instituciones-de-educacion-superior-de-america-latina-y-el-caribe/>. Acesso em 09 jan. 2023.

SKOULODIS, A.; EVANGELINOS, K.I. Sustainability reporting in Greece: Are we there yet? *Environmental Quality Management*, v.19, n.1, p.43-60, junho 2009.

WATSON, A.; SHRIVES, P.; MARSTON, C. Voluntary disclosure of accounting ratios in the UK. *British Accounting Review*, 34, 289-313, 2002. [https://doi.org/10.1006/S0890-8389\(02\)00077-X](https://doi.org/10.1006/S0890-8389(02)00077-X).

WCED, World Comission on Enviromental and Development. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. *Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais*. Atlas, 2006. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001590756>. Acesso em: 27 jul. 2023.



A relação entre ESG e *tax avoidance* e bancos listados na B3 à luz da teoria dos *stakeholders*

Essa pesquisa buscou analisar se existe relação entre boas práticas de sustentabilidade empresarial dos bancos brasileiros listados na B3 e o *tax avoidance*. Para tanto, teve o objetivo de analisar a relação dos escores ESG *Global*, *Environmental*, *Social* e *Governance* com a tributação efetiva sobre o lucro, representada pela ETR corrente, daquelas entidades, utilizando as variáveis Tamanho, Endividamento, Intensividade de Capital e Rentabilidade como variáveis de controle. A pesquisa compreendeu o período de 2012 a 2021 e considerou uma amostra que contemplou 16 bancos listados na B3. A análise foi empreendida com a utilização de quatro modelos econométricos, cada um deles para analisar se há relação do ESG e dos seus três pilares em separado com a ETR corrente, a técnica aplicada foi a de dados em painel. Os resultados indicaram que o ESG, o *Environmental* e o *Governance* apresentaram relação positiva com a ETR corrente. O Endividamento também apresentou relação positiva e significativa com a ETR corrente em um dos modelos econométricos. Para as demais características analisadas não foi possível verificar qualquer relação. Uma constatação periférica é o fato de que, assim como já observado em outros estudos, a tributação efetiva média observada para o período estudado teria sido em torno de 23,20%, exibindo um nível inferior à nominal, cuja alíquota é de 45% à época do último exercício financeiro da amostra.

Caio Arruda Souza Henriques

Servidor da Universidade Federal de Pernambuco, Bacharel em Administração (2014) e em Contabilidade (2022) pela UFPB, é mestre em Ciências Contábeis (2022) pela UFPE e doutorando em Ciências Contábeis (UFPE).

E-mail: caio.henriques@ufpe.br

Raimundo Nonato Rodrigues

Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco, Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (1986), é mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (1995), doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (2004) e pós-doutor na Universidade de Vigo-Espanha.

E-mail: raimundo.rodrigues@ufpe.br

1 Introdução

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a relação entre as práticas ESG e a taxa efetiva de tributação corrente (ETR corrente) em bancos listados na B3. Afinal, a alta alíquota nominal presente na legislação brasileira para o setor bancário pode estimular a prática de um gerenciamento tributário mais temerário. Além disso, esta pesquisa também busca incrementar o campo de pesquisas tributárias estudando a relação das práticas de sustentabilidade na ETR do setor bancário listado na B3. Dessa forma, neste trabalho, serão utilizados os escores ESG como variáveis explicativas e as variável ETR corrente como variável dependente.

As entidades bancárias cumprem a função de intermediárias entre os agentes econômicos superavitários e os deficitários, possibilitando o crédito para consumo e fornecendo recursos para empresas e famílias (Lima, 2016), o que exige uma maior atenção das entidades governamentais sobre este tipo de instituição (Lobo, 2017). Desta forma, os bancos tem sobre si a maior taxa estatutária de tributos sobre a renda no Brasil, como também é um setor altamente regulamentado (Pinheiro; Savoia; Securato, 2015).

Além da alta fiscalização por parte do governo, bem como as altas alíquotas de imposto e das exigências regulamentares, também houve aumento nos últimos anos

na demanda por divulgações relacionadas à sustentabilidade por parte dos *stakeholders* (Adams; Demer; Klassen, 2022). Assim, não só a divulgação pública de informações financeiras ganha destaque, mas também as informações sobre as práticas sustentáveis. Para isso, a B3 passou a recomendar às empresas listadas que incluíssem, em seus relatórios anuais, o “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado” a partir de 2012 e o CMN lançou em 2014 a Resolução nº 4327 que trata sobre diretrizes de sustentabilidade para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – hoje já revogada pela Resolução atual que trata do tema, a Resolução nº 4945 de 2021.

Para os bancos, este trabalho pode indicar elementos para melhora de suas relações com os *stakeholders*, aperfeiçoando sua rede de relações e tornando seu ambiente mais estável. Já para o fisco, este trabalho pode fornecer informações para ocorrência de aprimoramentos nos mecanismos de controle e fiscalização das instituições do setor estudado. O trabalho justifica-se em razão da temática envolver o setor alvo de forte regulamentação e fiscalização, e também por sua colaboração para ampliação do conhecimento acadêmico acerca das escolhas das companhias do mercado financeiro no que diz respeito a práticas de sustentabilidade e a gerenciamento tributário, além de que pode servir para confirmar pressupostos teóricos da literatura. A pesquisa também contribui para a temática da pesquisa no âmbito nacional.



“As entidades bancárias cumprem a função de intermediárias entre os agentes econômicos superavitários e os deficitários, possibilitando o crédito para consumo e fornecendo recursos para empresas e famílias (Lima, 2016), o que exige uma maior atenção das entidades governamentais sobre este tipo de instituição (Lobo, 2017).”

Todavia, pode haver a dúvida: Por que o compromisso com práticas sustentáveis pode implicar em redução ou aumento do *tax avoidance*? Esta relação pode até parecer uma dicotomia, afinal o *tax avoidance* e as práticas ESG buscam criar valor corporativo e um maior retorno aos acionistas (Yoon; Lee; Cho, 2021). Isto é possível visto que um potencial dano à reputação da empresa é um fator importante na decisão de implementar estratégias de *tax avoidance* (Graham *et al.*, 2014), ou seja, embora o *tax avoidance* possa criar valor para a empresa por meio da redução dos custos tributários, ele pode ser mal visto pela sociedade (Martinez, 2017).

Outras pesquisas investigaram empiricamente se o compromisso corporativo com a sustentabilidade está alinhado com redução do *tax avoidance* (Hanlon; Heitzman, 2010; Lanis; Richardson, 2012B). Ainda, pesquisas envolvendo entidades de outros países indicam haver relação negativa entre sustentabilidade corporativa e o *tax avoidance*. Por exemplo, González, Ferrero e Meca (2019) e Yoon, Lee e Cho (2021) encontraram uma relação negativa entre variáveis de sustentabilidade e a *tax avoidance*.

Todos esses artigos investigaram ETRs específicos de empre-

sas apenas para empresas não financeiras. Um estudo que lidou com ETRs de entidades bancárias é o de Fonseca Diaz, Rodriguez e Arias (2011). Eles descobriram que entidades maiores com ativos fixos mais altos e patrimônio líquido mais baixo têm uma carga tributária menor, enquanto bancos comerciais tinham um ETR ligeiramente maior do que bancos de poupança. Outro foi o de Lazar e Andries (2021), que as provisões para perdas com empréstimos agem sistematicamente para reduzir a carga tributária corporativa das entidades bancárias.

Com base na estratégia empírica utilizada, os resultados desse artigo demonstraram que boas práticas de sustentabilidade podem reduzir o *tax avoidance* dos bancos listados na B3, o que vai de acordo com o proposto pela teoria dos *stakeholders* e também com os achados de Melo *et al.* (2020), Sivirino e Tardin (2021) e Oliveira *et al.* (2023), que também estudaram a relação entre ESG e o *tax avoidance* no cenário brasileiro, embora em períodos diferentes, com métricas diferentes e com empresas não financeiras, e identificaram que boas práticas de sustentabilidade estão relacionadas negativamente com os índices de *tax avoidance*.

Do ponto de vista dos proprietários, as práticas de *tax avoidance* podem aumentar a criação de valor corporativo, minimizando as despesas com tributos (Kovermann; Velte, 2019). Entretanto, embora essas práticas possam promover vantagens financeiras, é necessário que a gestão avalie se os benefícios da prática excedem o ônus dos custos explícitos e dos implícitos existentes (Hanlon; Heitzman, 2010).

Por sua vez, as particularidades das entidades bancárias somadas às novas demandas por informações de sustentabilidade podem ser observadas sob as lentes da teoria dos *stakeholders* (Freeman *et al.*, 2010), a qual sugere que uma mudança da governança focada no acionista (*shareholder*) para a governança focada no *stakeholder* equilibraria os interesses entre as partes interessadas investidoras e não-investidoras nos bancos. Ainda assim, relação das atividades ESG com o desempenho empresarial ainda é controverso em relação à visão convencional de que elas deterioram o desempenho (Di Tommaso; Thornton, 2020).

2 Revisão de Literatura

2.1 Setor Bancário

O setor bancário atua com um elevado nível de risco quando comparado a outros setores da economia, visto que os produtos e serviços bancários são mais complexos que os de outros setores industriais (Autore; Billingsley; Schneller, 2009), o que torna mais difícil a avaliação dos ativos deste setor. Saliente-se também que o setor é altamente regulamentado, o que dificulta as atividades deste tipo de instituição (Lima, 2016; Pinheiro; Savoia; Securato, 2015). Sob outra perspectiva, a forte regulação sobre o setor torna os bancos mais homogêneos quando comparados a outros setores (Lobo, 2017).

Os bancos utilizam práticas contábeis diferentes devido as suas complexidades (BCB, 2021). No Brasil, por exemplo, os bancos e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central precisam acompanhar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), não lhes sendo aplicável o padrão IFRS (exceto nas demonstrações consolidadas). O Cosif apresenta os critérios e procedimentos contábeis a serem observados pelos bancos, bem como a estrutura de contas e modelos de documentos previstos (BCB, 2021).

O Cosif visa atender, prioritariamente, os interesses de supervisão sobre a estabilidade do sistema e a solidez das instituições reguladas

pelo Banco Central, isto é, possui caráter eminentemente regulatório (Cunha; Dantas; Medeiros, 2016). Outrossim, o cálculo dos tributos para os bancos, diferentemente das entidades não financeiras, é apurado de acordo com o Cosif, por esta razão, os dados contábeis e financeiros utilizados na pesquisa foram extraídos das demonstrações bancárias elaboradas segundo o Cosif.

Além do exposto sobre regulação das atividades financeiras, o setor também encara uma alíquota nominal maior para o cálculo dos tributos sobre lucro no Brasil, pois a alíquota da CSLL para bancos e outras instituições financeiras listadas na Lei Complementar n.º 105 de 2001 (BRASIL, 2021) é maior do que a alíquota para os outros setores conforme a Lei Nº 7.689, de 1988 e suas alterações. Os bancos estão, ainda, mais sujeitos ao escrutínio tributário devido ao volume de recursos financeiros envolvidos. Tanto é que a própria Receita Federal do Brasil possui delegacias especializadas para monitorar este setor econômico.

Por outro lado, é intuitivo supor que estas altas alíquotas de CSLL podem incentivar o setor bancário a ter um maior grau de *tax avoidance*, com vistas a reduzir o custo com tributos sobre renda. Langenmayr e Reiter (2017), mostram que os bancos podem transferir ganhos para países com impostos menores enquanto operam na matriz em um país com impostos mais altos. Todavia, alguns trabalhos revelam o contrário. Embora ainda não se saiba ao certo como os bancos brasileiros poderiam se aproveitar dessas situações.

Em geral, os estudos de *tax avoidance* excluem os ban-

cos com base em diferenças presentes em seu modelo de negócio, nas práticas contábeis e na regulamentação do setor. Ainda não se sabe, até o momento, se o nível geral de *tax avoidance* dos bancos difere em comparação com o das instituições não-financeiras (Gawehn; Müller, 2020). Por um lado, estudos como os de Merz e Overesch (2016) e Langenmayr e Reiter (2017) relatam que os bancos têm mais possibilidades em mãos (como redução de tributos por meio de derivativos financeiros, criação de entidades de propósito específico em paraísos fiscais, entre outras) para evitar impostos de forma mais eficaz do que as instituições não-financeiras. Ainda, Gallemore *et al.* (2019) fornecem evidências implícitas na mesma direção, mostrando que os bancos promovem também práticas de *tax avoidance* para seus clientes.

Neste estudo, buscar-se-á entender se as práticas de sustentabilidade têm alguma relação com o *tax avoidance* dos bancos brasileiros listados na B3, por meio da relação entre os escores ESG e a ETR corrente.

2.2 Teoria dos Stakeholders

Pode-se definir *stakeholders* como “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado por uma organização” (Freeman *et al.*, 2010), ou seja, incluem-se neste conceito os detentores do capital, os clientes, o governo, a comunidade em que a organização está inserida, os funcionários e seus sindicatos, os fornecedores, os financiadores, além de outros agentes que tem correlação com a organização. No geral, a teoria dos *stakeholders* lida com os relacionamentos entre uma corporação e grupos específicos em uma sociedade, cujos termos são derivados das expectativas dentro dessa sociedade (Lanis; Richardson, 2012a).



“O setor bancário atua com um elevado nível de risco quando comparado a outros setores da economia, visto que os produtos e serviços bancários são mais complexos que os de outros setores industriais (Autore; Billingsley; Schneller, 2009), o que torna mais difícil a avaliação dos ativos deste setor.”

A teoria dos *stakeholders* representou um afastamento da compreensão usual de que as empresas são, em suma, veículos para maximizar o lucro dos proprietários do capital (Freeman *et al.*, 2010). A teoria enfatiza a construção e a manutenção de relacionamentos sustentáveis com os *stakeholders* como o ponto determinante para o bom desempenho da empresa. Cabe salientar que o entendimento usual sobre a dinâmica do mundo dos negócios, principalmente para a estratégia competitiva, pode ser observado como uma teoria do lucro e foca em um único mecanismo causal: a vantagem competitiva (Makadok, 2011). Assim, para este entendimento, as relações de negócios são primariamente, talvez exclusivamente, competitivas, já a teoria dos *stakeholders* reconhece que existem elementos cooperativos e competitivos nas relações econômicas (Freeman; Phillips; Siodia, 2018).

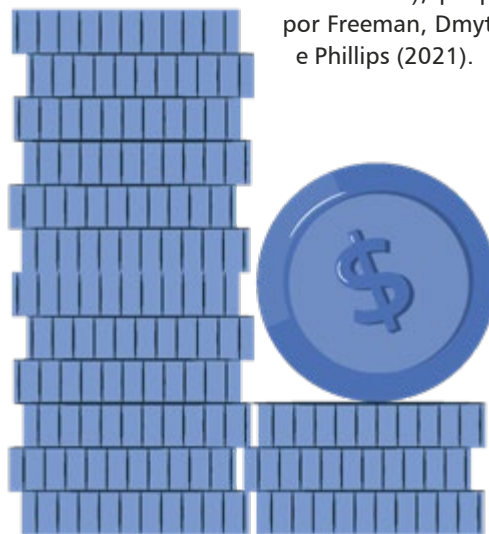
Destaque-se, assim, que modelos de gestão estratégica que enfatizam a competição são insuficientes para a compreensão de negócios complexos, globais e contemporâneos. Nota-se que frente a uma rede de agentes correlacionados com a entidade, a variação de poder relativo entre esses vários

agentes têm a capacidade de influenciar uma corporação acerca do nível e das práticas de divulgação envolvendo informações financeiras ou informações de sustentabilidade desta última (Lanis; Richardson, 2012A).

A teoria dos *stakeholders* (Freeman *et al.*, 2010) caracteriza-se, ainda, por quatro pontos-chave (Horisch; Schaltegger; Freeman, 2020): primeiro, as empresas são constituídas por redes de relacionamentos entre diferentes *stakeholders* que constituem a organização. Em segundo lugar, a principal tarefa dos gestores é criar valor para as partes interessadas, visando alinhar os interesses dos diferentes *stakeholders*, em vez de mediar interesses conflitantes. Terceiro, o ponto-chave da teoria dos *stakeholders* é a tese da integração, que implica que a maioria das decisões de negócios também tem um conteúdo ético, pois as decisões éticas e as de negócios são construtos integrados do negócio como uma atividade de criação

de valor. O quarto e último ponto é que as empresas são construídas em torno de um propósito no qual os *stakeholders* cooperam, que vai além da obtenção de lucro.

Cabe ainda salientar que existem tentativas da academia para explicar fenômenos contemporâneos por meio da teoria dos *stakeholders*, convergindo outras teorias e metodologias com a ideia da rede de *stakeholders*. A exemplo da discussão acerca da integração entre a teoria dos *stakeholders* e a contabilidade de sustentabilidade proposta por Horisch, Schaltegger e Freeman (2020) ou a integração entre teoria dos *stakeholders* e a Visão baseada em Recursos (*Resource-Based View – RBV*), proposta por Freeman, Dmytriyev e Phillips (2021).



Horisch, Schaltegger e Freeman (2020) propuseram que a contabilidade de sustentabilidade deve ser aplicada de forma integrada com a contabilidade financeira. Desta forma não apenas a noção de *stakeholders* será utilizada na contabilidade de sustentabilidade, mas também a tese de integração, a qual é elemento central da teoria dos *stakeholders*, evitando desconectar a contabilidade convencional e a de sustentabilidade. Por exemplo, o conceito de criação de valor deve considerar não só aspectos financeiros, mas também questões éticas, sociais e ambientais. Deve-se, assim, considerar como o impacto da sustentabilidade pode impactar os *stakeholders*, uma vez que a avaliação apenas dos resultados financeiros não é suficiente no contexto da contabilidade de sustentabilidade.

Já na pesquisa de Freeman, Dmytryiev e Phillips (2021), os autores buscaram convergir as ideias entre a teoria dos *stakeholders* e a RBV.

Assim, buscou-se convergir uma perspectiva voltada para a vantagem competitiva – e como esta vantagem pode aumentar a remuneração dos proprietários – com a

ideia de que a empresa é um centro de relacionamentos que beneficia vários agentes em todas as partes do negócio. Os autores propõem que construir relacionamentos sustentáveis com os *stakeholders* é construir vantagem competitiva e estratégica.

Nesta pesquisa, a teoria dos *stakeholders* (Freeman *et al.*, 2010), assim como as tentativas de ampliação de seus conceitos realizadas pelos trabalhos de Horisch, Schaltegger e Freeman (2020) e de Freeman, Dmytryiev e Phillips (2021) serão considerados como arcabouço teórico para explicar a possível relação entre as práticas de sustentabilidade e um maior ou menor nível de *tax avoidance*.

2.3 ESG e *tax avoidance*

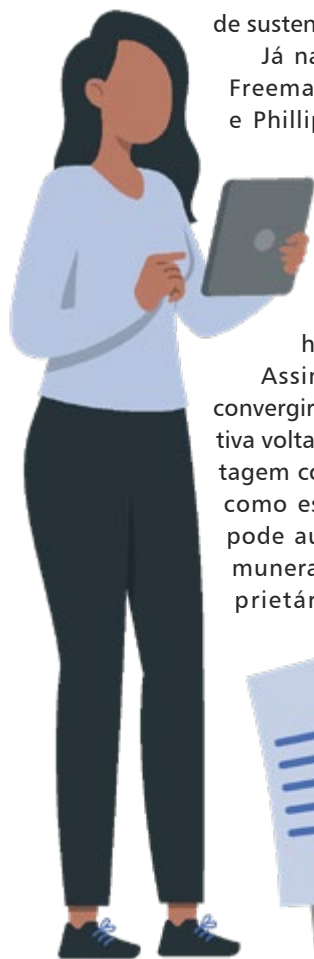
Os aumentos na compensação de incentivos fiscais tendem a reduzir o nível de proteção fiscal, levando à conclusão de que as atividades de *tax avoidance* são cada vez mais centrais para a tomada de decisões financeiras corporativas (Koverman; Velte, 2019). Ademais, pesquisas já realizadas sobre o *tax avoidance* de empresas apontam uma tendência dessas entidades em reduzir o seu custo tributário (Yoon; Lee; Cho, 2021).

Por seu turno, uma ampla variedade de *stakeholders* adota as pontuações ESG como um índice importante para entender o desempenho geral de sustentabilidade de uma empresa (Yoon; Lee; Cho, 2021). Além disso, supõe-se que boas práticas de sustentabilidade resultam em uma menor tendência de *tax avoidance*, uma vez que empresas com bons índices de sustentabilidade tendem a ter menores níveis de *tax avoidance* (Lanis; Richardson, 2012a; González; Ferrero; Meca, 2019; Mao, 2019).



Já empresas com atividades de sustentabilidade excessivamente irresponsáveis podem apresentar uma maior probabilidade de se envolver em atividades de *tax avoidance* (Hoi; Zhang; Zhang, 2013). Outras pesquisas encontraram uma relação negativa entre os índices de sustentabilidade e índices de *tax avoidance* (Lanis; Richardson, 2012b; Ortas; Álvarez, 2020; Yoon; Lee; Cho, 2021).

Pesquisas brasileiras também estudaram a relação entre índices de sustentabilidade empresarial e o *tax avoidance* no contexto nacional. Melo *et al.* (2020) encontraram que práticas de sustentabilidade têm relação positiva com os níveis mais baixos de ETR para empresas da B3 entre 2010 e 2018, e reduzem o *tax avoidance*; Sevirino e Tardin (2021) identificaram uma relação negativa entre empresas com um alto grau *Global Reporting Initiative* (GRI) e o *tax avoidance* ao utilizar o BTB, mas uma relação positiva quando utilizado os impostos totais sobre o valor adicionado (TTVA) para medir o *tax avoidance*; Oliveira *et al.* (2023), que identificou diversas relações negativas entre ESG e a BTB, ou seja, quanto melhor o índice de ESG, menor o *tax avoidance* para empresas da B3.



“Considerando a literatura envolvendo a relação de práticas sustentáveis e *tax avoidance* das empresas, especialmente os bancos, bem como a teoria dos *stakeholders*, apresentados e brevemente discutidos no referencial teórico, buscou-se conhecer a relação das práticas ESG com a ETR corrente nos bancos brasileiros listados na B3.”

Frente aos estudos apresentados, conforme apresentado no tópico sobre a teoria dos *stakeholders* (Freeman *et al.*, 2010), e espelhando-se nos resultados das pesquisas de Lenis e Richardson (2012b), Ortas e Gallego-Álvarez (2020), Yoon, Lee e Cho (2021), espera-se, neste trabalho, que os bancos com melhores scores ESG tenham menores índices de *tax avoidance*, inspiradas na governança relacionada com a ética e a transparência, visando maximizar os resultados para as *stakeholders*. Assim, é estabelecida a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: Há relação positiva da prática de ESG na current effective tax rate (ETR corrente) em bancos brasileiros listados na B3.

A *current effective tax rate* indica a taxa efetiva do valor do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro efetivamente devidos ao governo no período corrente, com base no lucro tributável apurado conforme a legislação fiscal (Hanlon; Heitzman, 2010). Assim, ela mede a relação entre o imposto corrente apurado no período e o lucro contábil, ajudando a avaliar a eficiência tributária operacional, sem os efeitos de diferenças tempo-

rárias. A ETR corrente também não reflete os impostos pagos em caixa no período atual, apenas o imposto reconhecido na DRE como corrente (Kovermann; Velte, 2019).

3 Metodologia

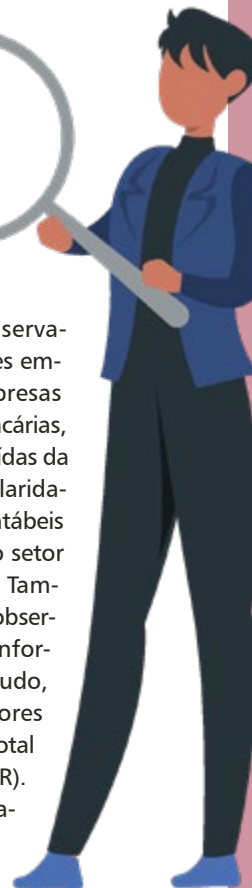
Considerando a literatura envolvendo a relação de práticas sustentáveis e *tax avoidance* das empresas, especialmente os bancos, bem como a teoria dos *stakeholders*, apresentados e brevemente discutidos no referencial teórico, buscou-se conhecer a relação das práticas ESG com a ETR corrente nos bancos brasileiros listados na B3.

3.1 Dados da Pesquisa

Para analisar a relação das práticas de ESG com o *tax avoidance* dos bancos brasileiros listados na B3, todas as variáveis deste trabalho, incluindo as de ESG, foram coletadas na base de dados Refinitiv Eikon®, nos períodos que compreendem os anos de 2012 a 2021. Escolheu-se o exercício de 2012, pois foi neste ano que a B3 passou a recomendar às empresas listadas que incluíssem, em seus relatórios anuais, o “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado”.

A população compreendeu os bancos brasileiros listados na B3, conforme classificação setorial da Refinitiv Eikon®. Sabe-se que é necessário a avaliação individualizada deste setor relacionadas às práticas contábeis e à legislação tributária.

Ademais, a amostra inicial era composta por 4820 observações, sendo 482 empresas. Assim, foram excluídas 4050 observações devido às observações empresas-ano serem de empresas classificadas como não bancárias, as quais precisam ser excluídas da amostra devido as particularidades relativas às normas contábeis e à legislação tributária do setor estudado nesta pesquisa. Também foram excluídas 642 observações pela ausência de informações no período de estudo, a exemplo da falta de valores dos índices ESG, do Ativo Total ou do Imposto de Renda (IR). As exclusões foram realizadas para não enviesar os resultados da pesquisa.



Foram também excluídas as observações com LAIR menor que zero, Lucro líquido menor que zero ou IR menor que zero. Para Zimmerman (1983), a ETR de empresas com LAIR menor que zero não representa uma despesa fiscal efetiva, mas um eventual espelho de situações de postergação ou antecipação de tributos de outros períodos, permitidas pelo sistema tributário. Logo, não podem ser comparadas com ETR's de exercícios em que a empresa auferiu lucro e apurou tributos. Assim, foram retiradas 26 observações da amostra que possuíam o LAIR negativo, o Lucro Líquido Negativo ou, então, o IR negativo. Zimmerman (1983) afirma que esta situação pode decorrer de ressarcimentos de créditos tributários, gerando tributação líquida negativa. Mais uma vez, isto não representa uma carga tributária efetiva de tributos sobre o lucro, mas o recálculo de tributos pagos e a geração de valores a restituir ou compensar.

Após as exclusões, a amostra final resultou em 102 observações, sendo 16 bancos para o período de 2012 a 2021, apresentando-se de forma desbalanceada, pois há dados faltantes referentes a algumas das variáveis explicativas. A tabela a seguir apresenta a quantidade de observação para cada ano:

3.2 Variáveis e Modelos Econométricos

A escolha das variáveis é baseada em fatores considerados por Zimmerman (1983), Pohlmann e Iudícibus (2010), Mao (2019), Fonseca (2020), Yoon, Lee e Choo (2021). Por exemplo, a ETR resume em uma variável o efeito cumulativo de vários incentivos fiscais e é uma métrica utilizada também para a avaliação do *tax avoidance* de uma entidade (GRAHAN et al., 2014), além de servir para rastrear possíveis práticas de evasão fiscal (CHIARINI et al., 2013).



Tabela 1 – Quantidade de observações excluídas	
Motivo da Exclusão da Observação	Número de observações excluídas
Empresa-ano que não são bancárias	4050
Empresa-ano com falta de dados	642
LAIR, Lucro Líquido ou IR menor que zero	26
Total de exclusões	4718

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 2 – Número de observações por ano na amostra final									
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
10	9	10	6	10	11	12	10	10	14

Fonte: Elaborado pelos autores

Esta taxa efetiva é a alíquota do imposto que virou despesa tributária (Effective Tax Rate – ETR), que no Brasil seria a soma dos valores do IR e da CSLL dividida pelo Lucro Antes do IR/CSLL (LAIR). A ETR não é uma medida regular para todas as empresas e para todos os setores, pois variações nas disposições fiscais como subsídios, diferentes taxas de depreciação, entre outras possibilidades de adições e exclusões à base de cálculo do IR/CSLL, fazem com que as ETRs das empresas variem (ZIMMERMAN, 1983). A ETR é diferente da taxa nominal. A taxa nominal é a taxa da legislação e é esta taxa que será aplicada

à base de cálculo fiscal. No Brasil, é aplicada sobre o Lucro Contábil depois de somadas as adições e retiradas as exclusões e prejuízos fiscais anteriores.

Aqui, será utilizada a ETR corrente (current ETR), pois é uma métrica adequada para mensurar o nível de *tax avoidance*, pois ela mede a relação entre o imposto corrente apurado no período e o lucro contábil, além de refletir práticas como depreciação acelerada, juros sobre o capital próprio, incentivos fiscais, além de outras (KOVERMANN; VELTE, 2019). A equação 1 apresenta a fórmula para o cálculo da variável ETR corrente.

$$ETR_{corrente} = (DespesaCorrenteCom IRP/CSLL)/LAIR$$

(1)

“Foram também excluídas as observações com LAIR menor que zero, Lucro líquido menor que zero ou IR menor que zero. Para Zimmerman (1983), a ETR de empresas com LAIR menor que zero não representa uma despesa fiscal efetiva, mas um eventual espelho de situações de postergação ou antecipação de tributos de outros períodos, permitidas pelo sistema tributário.”

Por seu turno, supõe-se que os scores ESG tenham relação positiva com a ETR corrente, pois quanto maior a ETR corrente, menor o nível de *tax avoidance*. Esta relação negativa entre os scores de ESG e a *tax avoidance* pode ser explicada pela Teoria dos *stakeholders*, a qual presume que empresas com boas práticas ESG procurem ter boas condutas, incluindo baixos níveis de *tax avoidance*, para fortalecer sua rede de relacionamentos com as diversas partes interessadas no respectivo propósito empresarial (Freeman et al., 2010).

Por fim, a Tabela 3 descreve cada variável utilizada na pesquisa, incluindo as variáveis de controle.

Para estimação dos modelos econométricos, a técnica empregada no estudo foi a de dados em painel. Para a escolha dos modelos mais adequados, foram utilizados os testes Hausman, Chow e LM Breusch-Pagan. Ainda, foram realizados os testes de pressupostos básicos da análise de regressão, os quais indicaram: ausência de multicolinearidade (Teste VIF) e

presença de problemas de autocorrelação (Teste de Woodridge). Ademais, o Teste Breusch-Pagan-Cook-Weisberg não indicou problemas com heterocedasticidade para os modelos. Desta forma, para correção dos problemas de autocorrelação, utilizou-se a regressão em painel de Efeitos Aleatórios – Driscoll-Kraay. Assim, apresenta-se, na equação a seguir (2) e os modelos que serão estimados, cujos resultados obtidos são analisados na seção seguinte.

$$ETR_{corrente_{it}} = \alpha + \beta_1 ESG_{it} + \beta_n Controle_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Tabela 3 – Variáveis para análise da prática de ESG e *tax avoidance*

Tipo	Variáveis	Siglas	Definições	Relação Esperada	Referências
Dependente	Taxa Efetiva da Tributação sobre o Lucro	ETR	Imposto Corrente dividido pelo LAIR	Não se aplica	Zimmerman (1983)
Independente	ESG	ESG	Pontuação (Score) geral das dimensões ambiental, social e governança	(+) ou (-)	Fonseca (2020); Yoon, Lee e Choo (2021)
	Dimensão Ambiental	Env	Pontuação do pilar ambiental	(+) ou (-)	Fonseca (2020); Yoon, Lee e Choo (2021)
	Dimensão Social	Soc	Pontuação (Score) no pilar social	(+) ou (-)	Fonseca (2020); Yoon, Lee e Choo (2021)
	Dimensão Governança Corporativa	Gov	Pontuação (Score) do pilar de governança	(+) ou (-)	Fonseca (2020); Yoon, Lee e Choo (2021)
Controle	Tamanho da Firma	TAM	LOG Natural do Ativo Total	(+) ou (-)	Zimmerman (1983); Mao (2019) Yoon, Lee e Choo (2021)
	Endividamento da Firma	ENDV	Passivo Total pelo Ativo Total	(+) ou (-)	Pohlmann e Iudícibus (2010); Mao (2019); Yoon, Lee e Choo (2021)
	Intensividade de Capital	INTCAP	Imobilizado Líquido dividido pelo Ativo Total	(+) ou (-)	Yoon, Lee e Choo (2021)
	Rentabilidade	RENT	LAIR dividido pelo Ativo Total	(+) ou (-)	Yoon, Lee e Choo (2021)

Fonte: Autores (2022).

Ressalte-se que variável ESG foi substituída pelas variáveis independentes do quadro 2 (*ESG global, Environmental, Social e Governance*), com a finalidade de investigar os efeitos na visão global, assim como cada um dos três pilares, aumentando a capacidade de análise. Essa substituição resultou em 4 regressões.

4 Análise dos resultados

4.1 Análise descritiva dos resultados

A Tabela 4 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis presentes nesta pesquisa, apresentando a média, mediana, desvio padrão e valores mínimos e máximos de cada uma das variáveis coletadas da amostra para o período entre 2012 e 2021. Isto posto, nota-se que a ETR apresenta média positiva, visto que foram retirados da amostra as observações que apresentaram LAIR, Lucro Líquido ou IR menor que zero.

A ETR média apresentou uma alíquota com 23,20%, o que representa 51,55% da alíquota nominal de IR e CSLL, que somadas possuem uma alíquota nominal total de 45% sobre o lucro tributável à época do último exercício financeiro da amostra. Outro registro que merece destaque é que metade das 102 observações pagou menos de 24,02%

(valor da mediana) enquanto a outra metade pagou mais. A amostra também apresentou observações de empresas que não pagaram imposto algum durante um exercício, ou seja, o valor mínimo foi zero.

Com relação a pontuação geral das dimensões ambiental, social e governança – ESG – a pontuação média da ESG global é de 50,8885, tendo pontuação mínima de 7,5851 e máxima de 93,6487. Ao observar as pontuações dos pilares da sustentabilidade separadamente, o escore social é o mais representativo (56,4726). O segundo pilar individual da sustentabilidade empresarial mais representativo é o escore Environmental, cuja pontuação média é de 48,5095. O escore ambiental apresentou o maior desvio padrão, que exibiu um valor de 32,4006, e também demonstrou um intrigante valor mínimo de zero, ou seja, um dos bancos da amostra não apresentou escore para esse pilar da sustentabilidade em alguma observação empresa-ano.

No que se refere as variáveis de controle, no período observado de 2012 a 2021, deve-se comentar a baixa taxa da proporção do imobilizado sobre o ativo total dos bancos (1,58%), um valor que já é esperado de entidades bancárias devido ao alto volume de ativos financeiros presentes em empresas do setor, pois parte relevante dos ativos dos

bancos são depósitos realizados pelos clientes das entidades bancárias, o que torna a proporção de imobilizado pequena quando comparada com a proporção de outros setores. Por outro lado, esses depósitos realizados pelos clientes também são considerados passivos contábeis, afinal a entidade bancária tem uma obrigação para com o cliente depositário. Esse passivo contábil é representado pela alta proporção média de endividamento das instituições bancárias presentes na amostra, exibindo uma porcentagem de 67,09% do ativo total sendo composto por capital de terceiros.

Por fim, deve-se destacar também a taxa média do resultado do exercício sobre o ativo total de 9,10% das entidades bancárias da amostra. Essa taxa exibida pode ser explicada pela alta alavancagem com os já comentados depósitos de clientes, que, por um lado, geram um alto volume de passivos para os bancos a baixo custo de juros, mas, por outro lado, geram o mesmo volume em ativos. Como já explicado, essa dinâmica reduz a rentabilidade quando medida com base no ativo total. Embora essa baixa média da rentabilidade para entidades bancárias possa parecer estranha, na verdade, esse aparente valor baixo é justificável pelo fato de que a rentabilidade informada nesta pesquisa é medida em proporção do ativo total.

Tabela 4 – Estatística descritiva da prática ESG e *tax avoidance* (2012 a 2021)

Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
ETR	0,2320	0,2402	0,1345	0,0000	0,6475
ESG	50,8885	51,0510	26,6545	7,5851	93,6487
<i>Environmental</i>	48,5095	45,3750	32,4006	0,0000	96,2930
<i>Social</i>	56,4726	61,1707	26,4407	4,3327	95,6911
<i>Governance</i>	48,1344	39,2997	30,4416	6,2167	96,3771
TAM	25,0709	24,5889	1,9135	21,9344	28,3582
ENDV	0,6709	0,7723	0,2799	0,0038	0,9409
INTCAP	0,0158	0,0058	0,0220	0,0000	0,0931
RENT	0,0910	0,0461	0,1445	0,0089	1,0696

Fonte: dados da pesquisa.

4.2 Análise Econométrica

A Tabela 5 apresenta as quatro regressões em painel dos modelos econométrico dessa pesquisa. Todos os quatro modelos têm a ETR como variável dependente, enquanto as variáveis Tamanho, Endividamento, Intensividade de Capital e Rentabilidade como variáveis de controle. O período estudado foi o intervalo entre 2012 e 2021. A primeira das quatro equações analisa o escore ESG global como variável independente e qual a sua relação com a ETR e as outras três equações trazem, cada uma, um dos pilares do ESG, isto é, *Environmental*, *Social* e *Governance*, respectivamente. Dito isso, aplicou-se o teste Variance Inflation Factor (VIF) para cada uma das equações e suas variáveis, resultando na inexistência de pro-

blemas de multicolinearidade. Desta forma, não houve necessidade de exclusão de nenhuma delas.

Dentre os escores analisados, o ESG global, o *Environmental* e o *Governance* apresentaram relação estatisticamente significativa com a variável dependente ETR. Todas com relação positiva ao nível de 10%, 1% e 5%, respectivamente.

No tocante à variável ESG global, ela apresenta relação positiva com a taxa efetiva de tributação, o que significa que, em média, os bancos com boas práticas de sustentabilidade podem tender a menores índices de *tax avoidance* no tocante aos tributos sobre a renda, aproximando-se desta forma da alíquota nominal presente na legislação. Esse resultado está em conformidade com o esperado pela teoria

dos *stakeholders* (Freeman *et al.*, 2010), pois é possível supor que a empresa esteja buscando melhores práticas tributárias ao passo que exerce atividades de sustentabilidade em um contexto geral. Desta maneira, embora não signifique que os bancos não estejam visando o lucro, o resultado pode ajudar a indicar que outros *stakeholders*, além dos acionistas, devem estar sendo considerados pela gestão bancária.



Tabela 5 – Prática ESG e Effective Tax Rate (2012 a 2021)

Regressão em painel de Efeitos Aleatórios – Driscoll-Kraay.				
ETR	[Modelo 1] ESG	[Modelo 2] Env	[Modelo 3] Soc	[Modelo 4] Gov
ESG	0,0014 (0,070) *	0,0013 (0,004) ***	0,0007 (0,407)	0,0010 (0,030) **
TAM	-0,0430 (0,169)	-0,0417 (0,174)	-0,0359 (0,305)	-0,0345 (0,232)
ENDIV	0,2204 (0,053)	0,1872 (0,109)	0,2072 (0,050) **	0,2107 (0,073)
INTCAP	-0,1722 (0,452)	-0,7968 (0,230)	-0,2659 (0,290)	-0,1218 (0,686)
RENT	-0,0286 (0,679)	-0,0316 (0,680)	-0,0270 (0,677)	-0,0289 (0,701)
Constante	1,0801 0,162	1,0882 (0,162)	0,944 (0,275)	0,8996 (0,217)
Prob > chi2	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
overall R-squared	0,3388	0,2733	0,2681	0,3122
Teste VIF	1,96	1,95	2,19	1,71
Lagrangian multiplier test for random effects	0,1629	0,0101	0,0659	0,1528
Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test	0,1200	0,2422	0,2709	0,0751
Teste de Hausman	0,3363	0,6737	0,3287	0,2292
Teste de Chow	0,0041	0,0005	0,0008	0,0030
Teste de Woodridge	0,0364	0,0306	0,0396	0,0314

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: [Modelo 1] Score geral ESG e ETR; [Modelo 2] Score *Environmental* e ETR; [Modelo 3] Score *Social* e ETR; [Modelo 4] Score *Governance* e ETR; *** Estatisticamente significativa a 1%; ** Estatisticamente significativa a 5%, * Estatisticamente significativa a 10%

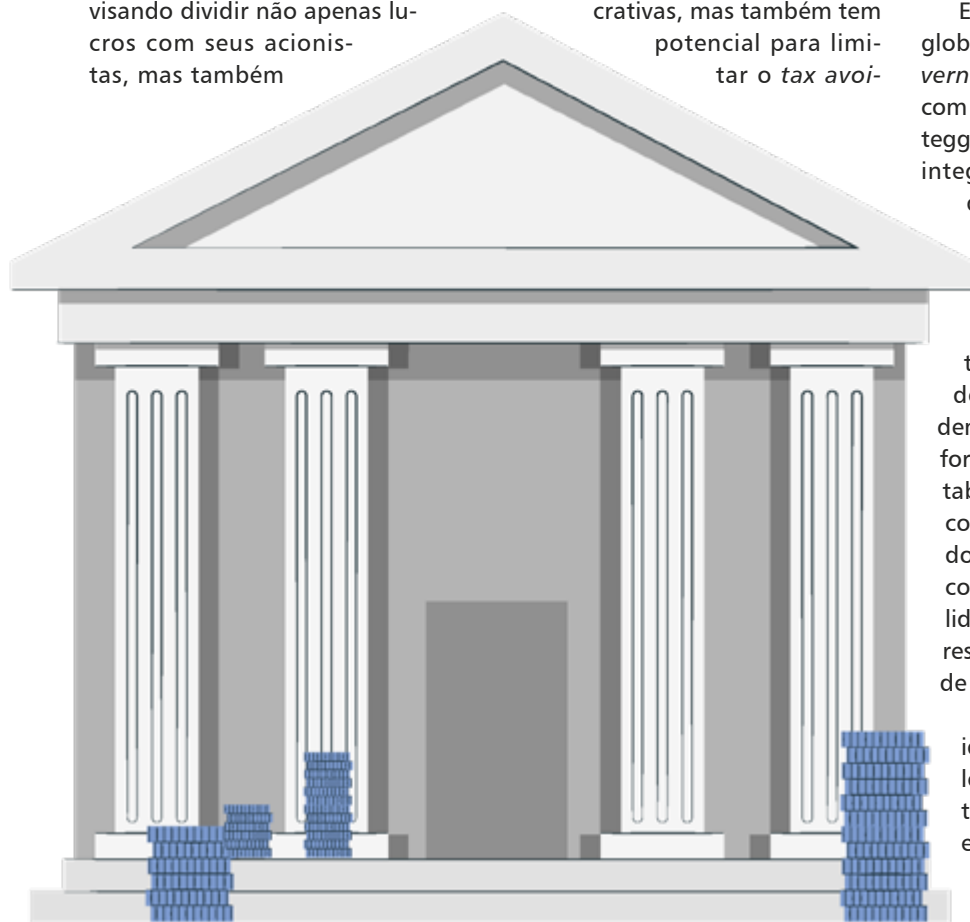
Considerando, ainda, os quatro pontos-chave propostos por Horisch, Schaltegger e Freeman (2020), as entidades bancárias que constituem a amostra podem, de certa maneira, estar levando em consideração a sua respectiva rede de relacionamentos com seus *stakeholders* em suas decisões sobre tributos. Outro ponto a se considerar é que os bancos podem estar buscando criar valor para seus *stakeholders* por meio de boas práticas tributárias, apresentando um ideal estratégico de gestão ética em suas boas práticas, ou seja, estão buscando não só as práticas legalmente aceitas, mas também um ideal moral. Além disso, essas empresas podem estar buscando a construção de um propósito para dividir com todos as partes que envolvem o sentido de vida da organização, diga-se, sua missão, visando dividir não apenas lucros com seus acionistas, mas também

um motivo de existir com seus *stakeholders*. Não se deve negar, todavia, que bancos são entidades que visam antes de tudo o lucro e a divisão de dividendos, muito embora esse propósito financeiro possa conviver com as boas práticas gerenciais, além de ser fortalecido pelas boas práticas sustentáveis.

As relações positivas e significativas também apresentadas pelos escores *Environmental* e *Governance* podem indicar uma busca não só por vantagem competitiva, mas também por cooperação por partes dos bancos, visto que esses escores indicam que as boas práticas em relação ao meio ambiental e a Governança Corporativa são impulsionadoras de práticas tributárias mais prudentes e ideais. A governança não só tem potencial para aumentar a *tax avoidance*, tornando as empresas mais lucrativas, mas também tem potencial para limitar o *tax avoi-*

dance a um nível em que os riscos decorrentes não superem os benefícios (Kovermann; Velte, 2019). Pode-se supor, assim, a possibilidade das entidades bancárias estarem preocupadas de fato com a gestão sustentável, não sendo apenas um subterfúgio ou bomba de fumaça para utilizar as boas práticas em certa área da empresa com a finalidade de ofuscar uma gestão temerária em outro departamento da empresa.

Essas relações positivas do ESG global, do *Environmental* e do *Governance*, estão em convergência com o proposto por Horisch, Schaltegger e Freeman (2020) acerca da integração entre a contabilidade de sustentabilidade e a contabilidade financeira. Assim, em uma relação positiva entre as práticas de sustentabilidade e a gestão tributária prudente, as entidades bancárias da amostra podem estar utilizando, de alguma forma, a contabilidade de sustentabilidade em integração com a contabilidade financeira, evitando desconectar a contabilidade convencional e a de sustentabilidade. Desse jeito, os bons escores nos índices de sustentabilidade apresentados neste trabalho podem estar refletindo esse ideal de agregar os dois modelos de relatório, pois a gestão tributária mais próxima à ideal está relacionada às boas práticas sustentáveis conforme os resultados apresentados



“Considerando, ainda, os quatro pontos-chave propostos por Horisch, Schaltegger e Freeman (2020), as entidades bancárias que constituem a amostra podem, de certa maneira, estar levando em consideração a sua respectiva rede de relacionamentos com seus stakeholders em suas decisões sobre tributos.”

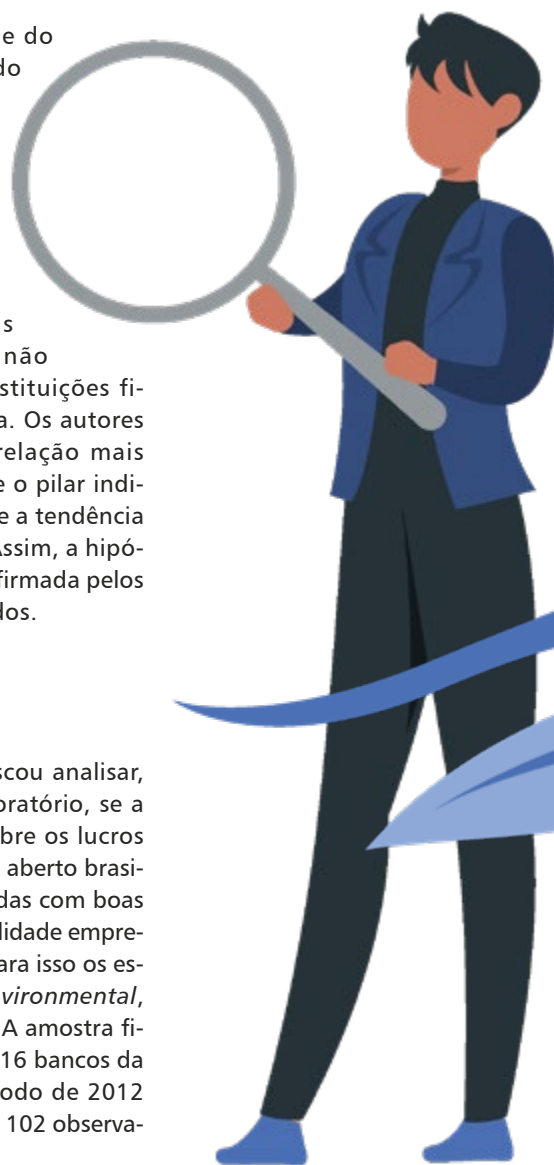
Além disso, os resultados podem corroborar também com o proposto por Freeman, Dmytriiev e Phillips (2021) acerca da convergência entre as ideias entre a teoria dos *stakeholders* e a RBV. Enxergando sob esta ótica de duas lentes, o fato de os modelos terem indicado uma convergência entre boas práticas de sustentabilidade e melhores práticas tributárias pode sugerir que a gestão dos bancos pode estar observando a entidade como um centro de relacionamentos, que beneficia vários agentes envolvidos em todas as partes do negócio, construindo relacionamentos sustentáveis com os *stakeholders*. Desta maneira, a rede de relacionamento pode funcionar não apenas como um fator suficiente para as atividades organizacionais, mas sim como um elemento de diferenciação ou uma vantagem competitiva, trazendo um diferencial perante seus concorrentes ou, até mesmo, frente a outros setores econômicos quando um investidor estiver diante de uma decisão de aplicar seus recursos financeiros.

Quanto à relação entre ETR e o escore *Social*, não foi verificada significância estatística, sugerindo que a tributação dos bancos presentes na amostra seria indiferente para esse pilar da sustenta-

bilidade. Isso diverge do resultado encontrado por Yoon, Lee e Cho (2021), por exemplo. Eles encontraram uma relação negativa e significativa entre o escore ESG e o *tax avoidance* em empresas coreanas, embora não tenham utilizado instituições financeiras na amostra. Os autores observaram que a relação mais significativa foi entre o pilar individual *Social* do ESG e a tendência de evitar impostos. Assim, a hipótese H1 pôde ser confirmada pelos resultados encontrados.

5 Conclusões

Este trabalho buscou analisar, sob um caráter exploratório, se a tributação efetiva sobre os lucros dos bancos de capital aberto brasileiros estão relacionadas com boas práticas de sustentabilidade empresarial, utilizando-se para isso os escores ESG global, *Environmental*, *Social* e *Governance*. A amostra final foi composta por 16 bancos da B3 e envolveu o período de 2012 a 2021, configurando 102 observações empresa-ano.



Os resultados indicaram que haveria uma relação positiva entre os escores ESG global, *Environmental* e *Governance* com a variável dependente ETR, o que seria condizente com a teoria dos *stakeholders*. Esses resultados reforçam a suposição que empresas com boas práticas de sustentabilidade também tendem a ter boas práticas tributárias, confirmando a hipótese de pesquisa H1. Desta forma, não utilizam as boas práticas em sustentabilidade para ofuscar malfeitos na gestão tributária da empresa com a intenção de ludibriar alguns de seus *stakeholders*. Por outro lado, o escore social não apresentou relação significativa com a ETR, demonstrando não haver relação, em média, para a taxa efetiva de tributos sobre a renda paga pela empresa.

Essas relações positivas do ESG global, do *Environmental* e do *Governance*, estão em convergência com o proposto acerca da integração entre a contabilidade de sustentabilidade e a contabilidade financeira (Horisch *et al.*, 2020). Assim, os bons escores nos índices de sustentabilidade apresentados

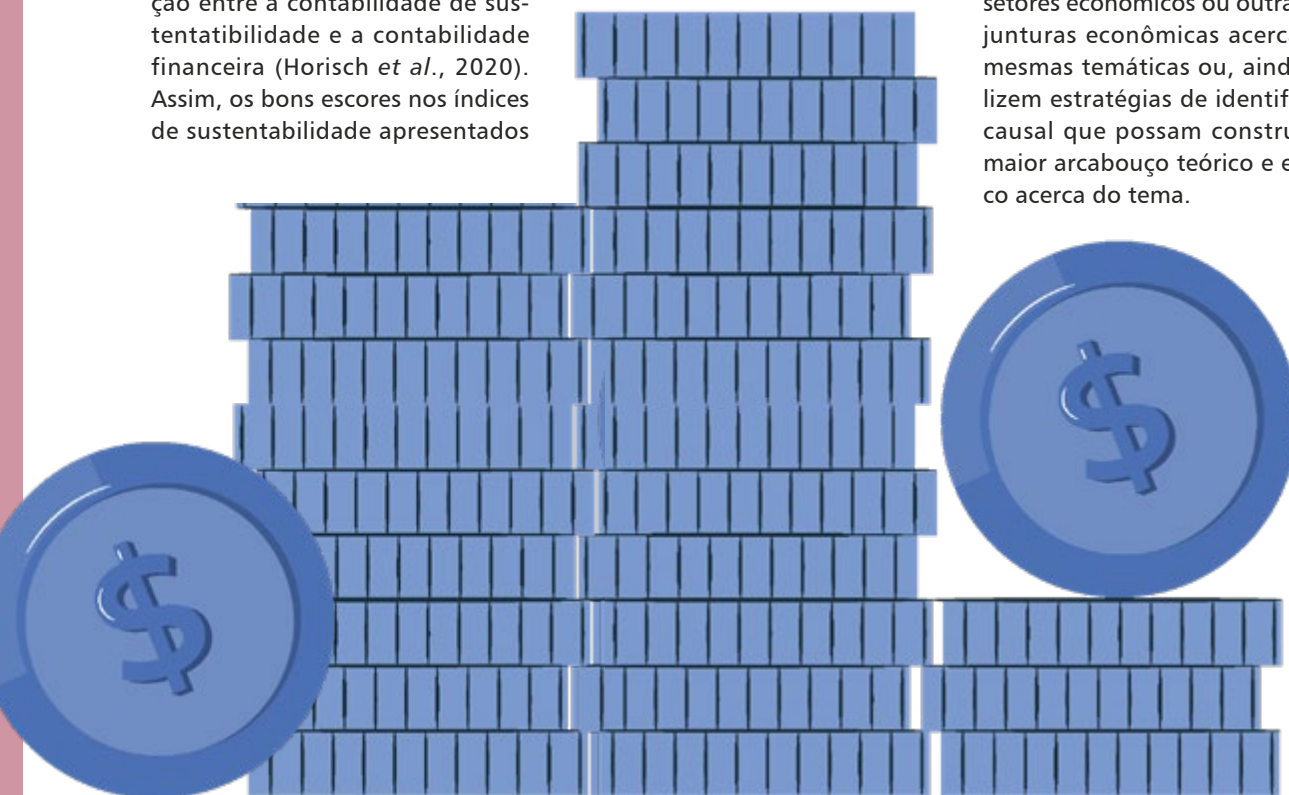
neste trabalho podem estar refletindo esse ideal de agregar os dois modelos de relatório.

Embora a regressão possa ajudar a inferir que as entidades bancárias que apresentem boas práticas de sustentabilidade sejam menos agressivas no âmbito tributário, deve-se comentar a baixa porcentagem de tributo pago, ainda assim, em relação à alíquota nominal. Os bancos presentes na amostra pagaram, em média, 23,20%, valor que representa 51,55% das alíquotas nominais de IR e CSLL somadas, isto é, total de 45% sobre o lucro tributável. As observações também apresentaram empresas que não pagaram imposto algum durante algum exercício, ou seja, o valor mínimo foi zero.

Esta pesquisa reforça o entendimento acerca da ótica teoria dos *stakeholders* para a relação entre boas práticas de sustentabilidade

de e a gestão tributárias das entidades bancárias, de modo a ajudar na compreensão da relação das boas práticas ESG com a ETR corrente dos bancos. Esta pesquisa possui inúmeras limitações, em especial no âmbito metodológico, sobretudo no que se refere à pequena amostra analisada devido à não total aderência dos bancos brasileiros à divulgação dos escores ESG e também à disponibilidade dos dados pertinentes à tributação, o que requer a utilização de estimativas que exigem prudência nas análises.

Sem dúvida, devido às suas limitações, os resultados desta pesquisa não devem ser generalizados ou tomados como certeza, embora esses mesmos resultados apontem algumas tendências e também algumas oportunidades de estudos que poderão avançar nessa linha de pesquisa. Pode-se, ainda, sugerir a oportunidade para que futuros trabalhos analisem outros setores econômicos ou outras conjunturas econômicas acerca das mesmas temáticas ou, ainda, utilizem estratégias de identificação causal que possam construir um maior arcabouço teórico e empírico acerca do tema.



Referências

ADAMS, J. R.; DEMERS, E.; KLASSEN, K.J. Tax Aggressive Behavior and Voluntary Tax Disclosures: Evidence from Corporate Sustainability Reporting. *SSRN*. 2022. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4284813>

AUTORE, D. M.; BILLINGSLEY, R. S.; SCHENELLER, M. I. Information uncertainty and auditor reputation. *Journal of Banking & Finance*, v. 33, n. 12, p. 183–192, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2008.07.011>

BCB - Banco Central do Brasil. *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif)*, 2021. <https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif>

BRASIL. Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988. Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7689.htm

BRASIL. *Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001*. Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp105.htm

CUNHA, E. S.; DANTAS, J. A.; MEDEIROS, O. R. Dois modelos contemporâneos de divulgação financeira na indústria bancária brasileira: Qual é mais conservador? *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 9, n.3, p. 301–317, 2016. <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2016090304>

CHIARINI, B.; MARZANO, E.; SCHNEIDER, F. Tax rates and tax evasion: an empirical analysis of the long-run aspects in Italy. *European Journal of Law and Economics*, v. 35, n. 2, p. 273–293, 2013. <http://dx.doi.org/10.1007/s10657-011-9247-6>

DEANGELO, H.; STULZ, R. M. Liquid-claim production, risk management, and bank capital structure: why high leverage is optimal for banks. *Journal of Financial Economics*, v. 116, n. 2, p. 219–236, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2014.11.011>

DI TOMMASO, C.; THORNTON, J. Do ESG scores effect bank risk taking and value? Evidence from European banks. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 27, n. 5, p. 2286–2298, 2020. <https://doi.org/10.1002/csr.1964>

FONSECA DÍAZ, A. R.; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, E.; MARTÍNEZ ARIAS, A. Factores condicionantes de la presión fiscal de las entidades de crédito españolas, Existen diferencias entre bancos y cajas de ahorros? *Spanish Journal of Finance and Accounting / Revista Española de Financiación y Contabilidad*, v. 40, n. 151, p. 491–516, 2011. <https://doi.org/10.1080/02102412.2011.107797101600>

FONSECA, J. ESG Investing: How Aggressive Tax Avoidance Affects Corporate Governance & Esg Analysis. *Illinois Business Law Journal*, v. 25, 2020. <http://hdl.handle.net/11159/440062>

FREEMAN, R. E.; DMYTRIYEV, S. D.; PHILLIPS, R. A. Stakeholder Theory and the Resource-Based View of the Firm. *Journal of Management*, v. 47, n. 7, p. 1757–1770, 2021. <https://doi.org/10.1177/0149206321993576>

FREEMAN, R.E.; HARRISON, J.S.; WICKS, A.C.; PARMAR, B.L.; DE COLLE, S. Stakeholder Theory: The State of the Art. *Cambridge University Press*, Cambridge, New York, 2010. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511815768>

FREEMAN, R. E.; PHILLIPS, R.; SISODIA, R. Tensions in stakeholder theory. *Business & Society*, v. 59, p. 213–231, 2018. <https://doi.org/10.1177/0007650318773750>

GALLEMORE, J.; GIPPER, B.; MAYDEW, E. Banks as Tax Planning Intermediaries. *Journal of Accounting Research*, v. 57, p. 169–209, 2019. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.12246>

GAWEHN, V.; MUELLER, J. Tax avoidance - are banks any different? TRR 266 *Accounting for Transparency*, Working Paper Series, v. 2, 2020. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3418506>

- GONZÁLEZ, E. L.; FERRERO, J. M.; MECA, E. G. Does corporate social responsibility affect tax avoidance: Evidence from family firms. *Corp. Soc. Responsib. Environ. Manag.*, v. 26, p. 819-831, 2019. <https://doi.org/10.1002/csr.1723>
- GRAHAM, J. R.; HANLON, M.; SHEVLIN, T.; SHROFF, N. Incentives for Tax Planning and Avoidance: Evidence from the Field. *The Accounting Review*, v. 89, n. 3, p. 991-1023, 2014. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2148407>
- HANLON, M.; HEITZMAN, S. A review of tax research. *Journal of Accounting and Economics*, v. 50, n. 3, p. 127-178, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.002>
- HOI, C.K.; ZHANG, Q.W.; ZHANG, H. Is Corporate Social Responsibility (CSR) Associated with Tax Avoidance? Evidence from Irresponsible CSR Activities. *Account. Rev.*, v. 88, p. 2025-2059, 2013. <https://doi.org/10.2308/accr-50544>
- HÖRISCH, J.; SCHALTEGGER, S.; FREEMAN, R. E. Integrating stakeholder theory and sustainability accounting: A conceptual synthesis. *Journal of Cleaner Production*, v. 275, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.124097>
- KOVERMANN, J.; VELTE, P. The im-pact of corporate governance on corporate tax Avoidance: A literature review. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, v. 36, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2019.100270>
- LANIS, R.; RICHARDSON, G. Corporate social responsibility and tax aggressiveness: A test of legitimacy theory. *Account. Audit. Account.*, v. 26, p. 75-100, 2012a. <https://doi.org/10.1080/0969160X.2015.1093778>
- LANIS, R.; RICHARDSON, G. Corporate social responsibility and tax aggressiveness: an empirical analysis. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 31, n. 1, p. 86-108, 2012b. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2011.10.006>
- LANGENMAYR, D.; REITER, F. Trading offshore: Evidence on banks' tax avoidance. *SSRN*, 6664, 2017. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3057458>
- LAZĂR, S.; ANDRIES, A. M. Effective tax rates for bank entities across European Union. The role of loan loss provisions. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, v. 35, n. (1), p. 1581-1603, (2021). <https://doi.org.ez16.periodicos.capes.gov.br/10.1080/1331677X.2021.1985565>
- LIENTZ, G. Tax Avoidance vs. Tax Aggressiveness: A Unifying Conceptual Framework. *SSRN*, 2013. <https://papers.ssrn.com/abstract=2363828>
- LIMA, A. C. Análise Prospectiva da Indústria Bancária no Brasil: Regulação, Concentração e Tecnologia. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 20, n.5, p. 546-567, 2016. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2016150053>
- LOBO, G.J. Accounting research in banking: A review, *China Journal of Accounting Research*. Amsterdam, v. 10, p. 1-7, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.cjar.2016.09.003>
- MAKADOK, R. Invited editorial: The four theories of profit and their joint effects. *Journal of Management*, v. 37, p. 1316-1334, 2011. <https://doi.org/10.1177/0149206310385697>
- MAO, C. Effect of corporate social responsibility on corporate tax avoidance: Evidence from a matching approach. *Qual. Quant.*, v. 53, p. 49-67, 2019. <https://doi.org/10.1007/s11135-018-0722-9>
- MARTINEZ, A. L. Agressividade tributária: um survey da literatura. *REPeC*, v. 11, p. 106-124, 2017. <https://doi.org/10.17524/repec.v11i0.1724>
- MELO, L. D.; MORAES, G. D. C.; SOUZA, R. D.; NASCIMENTO, E. M. Does corporate social responsibility affect the tax aggressiveness of firms? Evidences of the brazilian stock market. *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, v. 19, p. 1-18, 2020. <https://doi.org/10.16930/2237-766220203019>
- MERZ, J.; OVERESCH, M. Profit shifting and tax response of multinational banks. *Journal of Banking & Finance*, v. 68, p. 57-68, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2016.03.015>

OLIVEIRA, A. S.; LUCENA, W. G. L.; CAMARA, R. P. B. Desempenho ESG e agressividade fiscal: um estudo em empresas brasileiras atuantes no mercado de capitais. *Revista Mineira De Contabilidade*, v. 24, n. 3, p. 51-62, 2023. <https://doi.org/10.51320/rmc.v24i3.1501>

ORTAS, E.; ÁLVAREZ, I. G. Bridging the gap between corporate social responsibility performance and tax aggressiveness: The moderating role of national culture. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 33, n. 4, p. 825-855, 2020. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2017-2896>

PINHEIRO, F. A. P.; SAVÓIA, J. R. F.; SECURATO, J. R. Basileia III: Impacto para os Bancos no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 26, n. 69, p. 345-361, 2015. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201500720>

POHLMANN, M. C.; IUDÍCIBUS, S. Relação entre tributação do lucro e a estrutura de capital das grandes empresas no brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 21, n.53, p. 1-25, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772010000200002>

SEVIRINO, L. R.; TARDIN, N. Corporate social responsibility as a determinant of tax aggressivity. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 15, n. 2, p. 24-35, 2021. <https://doi.org/10.12712/rpca.v15i2.50027>

ZIMMERMAN, J. L. Taxes and firm size. *Journal of Accounting and Economics*, North-Holland, 5, 119-149, 1983. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(83\)90008-3](https://doi.org/10.1016/0165-4101(83)90008-3)





Ensinando notas explicativas sob a ótica da comunicação

Relata-se uma experiência de ensino sobre notas explicativas para estudantes de Ciências Contábeis, utilizando aspectos de comunicação a partir do material elaborado pela Fundação IFRS. Os resultados e as reflexões apontam para a necessidade de que livros de contabilidade e o ensino na graduação abordem notas explicativas sob a perspectiva da comunicação, o que se alinha às competências e habilidades das novas diretrizes curriculares do curso.

Bruno Barbosa de Souza

Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com mestrado concluído na mesma área e instituição. Possui pós-graduação em Docência do Ensino Superior com Metodologias Ativas de Aprendizagem da Faculdade Descomplica. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).
E-mail: bruno06bs@gmail.com

Gilberto José Miranda

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (FEA/USP). Mestre em Administração, especialista em Docência na Educação Superior e em Controladoria e Contabilidade e graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Tem se dedicado a estudos nas áreas de Educação e Pesquisa em Contabilidade e Análise das Demonstrações Contábeis.
E-mail: gilbertojm1@gmail.com

1 Introdução

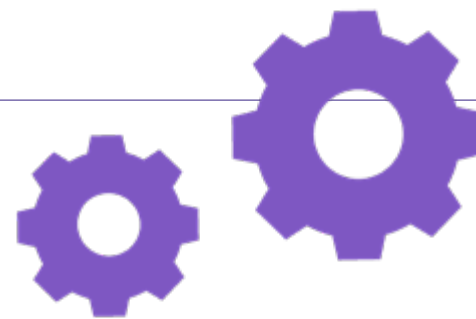
Notas explicativas são um conjunto de informações incluídas nas demonstrações contábeis que visam complementar e esclarecer dados apresentados (Santos; Veiga, 2014). Essas notas revelam detalhes sobre políticas contábeis adotadas pela empresa e apuram informações sobre a situação e evolução patrimonial de uma entidade (Santos; Veiga, 2014). Dessa forma, com base nas notas explicativas, é possível entender itens que não podem ser completamente compreendidos apenas com as demonstrações.

As pesquisas sobre notas explicativas abordam aspectos relativos ao modo pelo qual as empresas de capital aberto as elaboram e divulgam. Dessa forma, discutem-se aspectos de divulgação (Lemos; Marques; Miranda, 2023) e legibilidade do conteúdo, que se referem à facilidade de entendimento (Telles; Salotti, 2021). Ao elaborarem as no-

tas, as empresas podem colocar informações em excesso, deixar de abordar dados relevantes, apresentá-los de forma que dificulte a leitura e ter o costume de copiar informações das normas contábeis que disciplinam a sua construção (Lemos; Marques; Miranda, 2023).

Apesar desses aspectos mais práticos contidos nos estudos sobre notas explicativas, é incipiente, na literatura, o debate sobre como elas são ensinadas nos cursos de graduação, tomando como base o conteúdo de algumas obras da área. Ribeiro (2018), aborda, na Contabilidade Intermediária, o conceito de notas explicativas e aspectos normativos da NBC TG26. Na Contabilidade com Ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas, de Santos e Veiga (2014), o escopo do tema é maior, abrangendo aspectos conceituais, a inserção do tema na Lei n.º 6.404, de 1976, a Deliberação CVM n.º 488, de 3 de outubro de 2005, e aspectos específicos para pequenas e médias empresas. Na Análise Didática das Demonstrações Contábeis, Martins, Miranda e Diniz (2020) trazem conceitos, aspectos da Lei n.º 6.404, de 1976; aspectos do Pronunciamento Técnico CPC 26, um vídeo explicativo sobre o tema e questões de concursos, exames e processos seletivos.

Percebe-se que o conteúdo dos livros costuma conceituar as notas explicativas e abordar aspectos que estão presentes em normas e legislações. Entretanto, a Fundação IFRS, órgão normatizador contábil internacional, traz uma abor-



dagem diferenciada sobre o tema, propondo princípios para a melhoria da comunicação a partir das notas explicativas (Fundação IFRS, 2017). Em 2017, o órgão elaborou e divulgou o material intitulado “Melhoria da Comunicação em Relatórios Financeiros: Tornando as Divulgações mais Significativas” (tradução livre), resultado de uma preocupação de que as empresas se comuniquem de maneira mais eficaz a partir de seus relatórios financeiros, notadamente por meio das notas explicativas.

O presente estudo identifica uma divergência entre o que se vem estudando nos artigos científicos (aspectos de legibilidade e divulgação) e o que vem sendo tratado nos livros em relação às notas explicativas (aspectos conceituais e normativos). Assim, percebe-se que o conteúdo dos livros que abordam o tema deixa de explorar o potencial comunicativo dessas notas. Esse esforço seria relevante, justificado pela recente publicação das novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, que argumentam que se espera que profissional da contabilidade saiba se comunicar de maneira eficaz, seja de forma escrita, verbal ou visual (Ministério da Educação, 2024). Assim, entende-se que a divulgação de notas explicativas se enquadra em uma forma de comunicação escrita que o contador precisa saber realizar. A partir disso, constitui-se como objetivo deste estudo relatar uma experiência de ensino sobre notas explicativas para estudantes de Ciências Contábeis, utilizando aspectos de comunicação a partir do material instrutivo elaborado pela Fundação IFRS (Fundação IFRS, 2017).



“O relato da experiência advém do desalinhamento observado entre o que os estudos sobre notas explicativas indicam e o que o conteúdo dos livros didáticos abordam, partindo do pressuposto de que esses materiais são bases para a utilização nas disciplinas de graduação.”

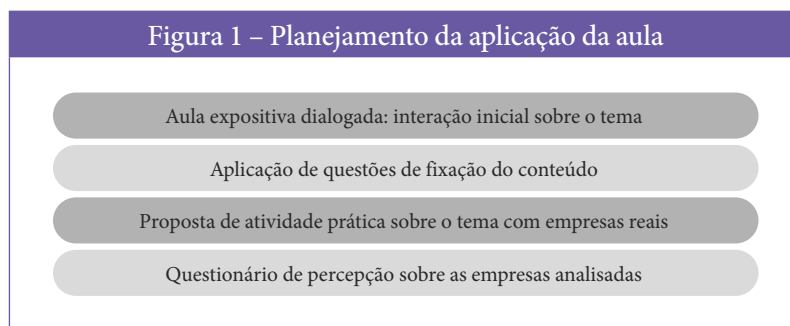
O relato da experiência advém do desalinhamento observado entre o que os estudos sobre notas explicativas indicam e o que o conteúdo dos livros didáticos abordam, partindo do pressuposto de que esses materiais são bases para a utilização nas disciplinas de graduação. Dessa forma, entende-se que a experiência desse relato pode contribuir com docentes e autores de livros didáticos que abordem o tema, de forma que estejam mais atentos sobre os conteúdos a serem ensinados com relação às notas explicativas, que podem ser ampliados para integrar aspectos de comunicação em seu conteúdo.

2 Descrição da Experiência

No primeiro semestre de 2022, enquanto estudante do segundo ano do mestrado em Ciências Contábeis, eu cursava o estágio em docência, como parte dos requisitos para cumprimento dos créditos do curso. Entre as minhas atividades, estava incumbido de propor ajustes e melhorias, se achasse necessário. Assim, analisei o plano, visando buscar conteúdos que poderiam complementar as discussões da disciplina.

Na internet, localizei um material elaborado pela própria Fun-

Figura 1 – Planejamento da aplicação da aula



Fonte: elaborada pelos autores.

dação IFRS, intitulado *Better Communication in Financial Reporting: Making Disclosures more Meaningful*, que divulgava seis casos de mudanças em formas de apresentação de certas informações contábeis nos seus relatórios financeiros, de forma que fosse possível visualizar a melhoria na comunicação dos dados mostrados. O objetivo do material é mostrar exemplos reais de empresas que melhoraram a comunicação da informação nas suas demonstrações contábeis e inspirar outras empresas a repensarem a importância e os impactos positivos que isso pode gerar para os usuários (Fundação IFRS, 2017).

Ao explorar o material, parei para refletir sobre como ele se alinhava aos objetivos da disciplina. Ora, se ela tem como um de seus objetivos a análise das demonstrações

contábeis, e as notas explicativas são parte integrante delas, seria útil propor que os estudantes também analisassem essas notas, em complemento ao aprendizado dos cálculos dos índices econômico-financeiros a partir do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício. Considerei relevante que o estudante soubesse analisar criticamente as notas explicativas, de modo que ele refletisse, além dos números e dados que constam nas demonstrações e notas, a forma que elas estavam apresentadas. Essa era a ideia do material. Assim, fiz essa sugestão para o professor da disciplina, que a acatou.

O planejamento e a aplicação da aula ocorreram sob a supervisão do professor. A Figura 1 sintetiza o processo pensado para a abordagem do conteúdo.

A aula expositiva dialogada ocorreu no mês de junho de 2022, dentro da disciplina de análise das demonstrações contábeis, na Universidade Federal de Uberlândia, sendo que o mesmo conteúdo foi ministrado nos turnos da manhã e da noite, em um período total de 3 horas e 30 minutos cada, considerando tempo de aula e intervalo. Como decorrência da pandemia de Covid-19, as turmas eram pequenas: 7 estudantes na turma da manhã e 11 à noite, estudantes do sétimo período do curso.

A aula foi denominada “Comunicação em Relatórios Financeiros” e teve como objetivo discutir a importância da comunicação por meio dos relatórios financeiros das empresas, mostrando conceitos e exemplos práticos. A sequência do conteúdo apresentado englobou: objetivos do relatório financeiro, decisões a partir desse relatório, necessidade informacional dos usuários, apresentação e divulgação (CPC 00), formas de melhorar a comunicação e princípios da comunicação eficaz das informações (Fundação IFRS, 2017). Por se tratar de uma aula expositiva dialogada, pensei em algumas questões para debater com os estudantes: Você consegue pensar em exemplos de decisões que os usuários podem tomar a partir das informações fornecidas pelos relatórios financeiros? Você

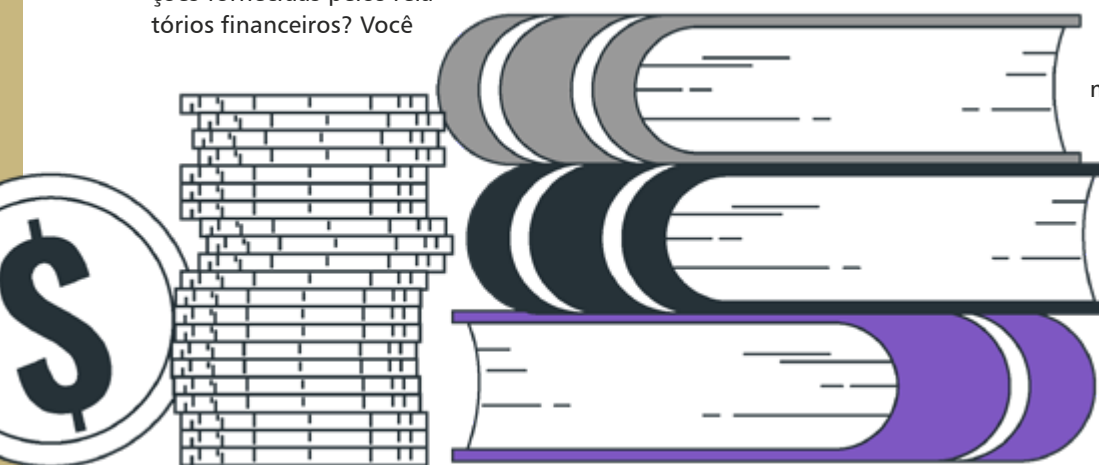
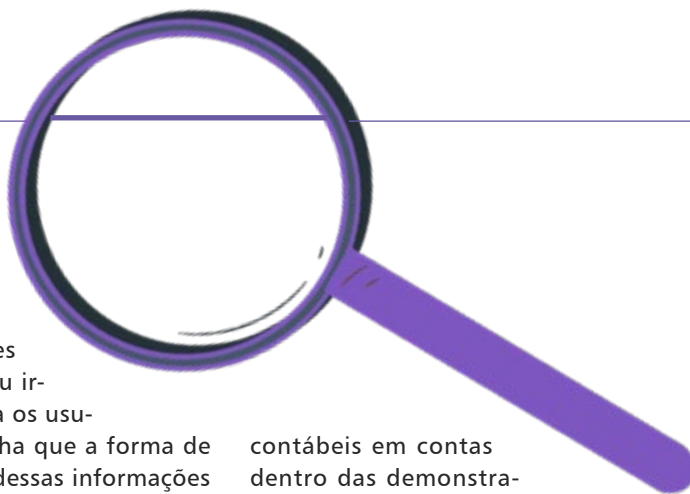
acha que os relatórios financeiros podem apresentar informações insuficientes ou irrelevantes para os usuários? Você acha que a forma de apresentação dessas informações pode ser ineficaz? Esses pontos podem impactar na análise dos relatórios ou na decisão tomada por esses usuários? De que forma?

O início da discussão foi centrado na concepção do objetivo dos relatórios, tendo como base a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Considerando que tal objetivo é “fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores” (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2019), a sequência do conteúdo abordou exemplos de decisões tomadas a partir dos relatórios e uma discussão sobre a necessidade informacional dos usuários. Em seguida, foram abordados aspectos do capítulo sete da Estrutura Conceitual, que trata das formas de apresentação e divulgação dos relatórios.

Posteriormente, mostrei exemplos comparativos de duas empresas, a respeito do modo como elas apresentam as informações

contábeis em contas dentro das demonstrações e detalham a sua composição nas notas explicativas. Isso permitiu que os estudantes visualizassem exemplos de como essas informações aparecem nos relatórios. Depois, propus um momento de discussão, no qual desafiei os acadêmicos a refletirem se haveria como melhorar o modo de divulgação das informações. A discussão mostrou que o ponto que se destacou em ambas as turmas foi a grande quantidade de páginas que os relatórios costumam ter, o que desestimula a leitura. Concordei com esses pontos e sugeri um novo ponto de preocupação: a forma pela qual as informações estão dispostas nessas páginas. Assim, contextualizei o material elaborado pela Fundação IFRS, que trata de sete princípios que, se aplicados pelas empresas em seus relatórios, podem deixar a comunicação das informações mais eficaz: informações específicas da entidade, simples e diretas, organizadas, conectadas, formatadas, sem du-

plicidade e comparáveis (Fundação IFRS, 2017). Em seguida, mostrei alguns exemplos reais de mudanças na apresentação das informações contábeis nos relatórios com base no material, de forma que os estudantes puderam ver a mesma informação sendo apresentada com a aplicação de determinados princípios.



“Na aula programada para a apresentação das propostas, pôde-se observar que eles conseguiram atingir os objetivos, quais sejam: ter um contato inicial com os relatórios financeiros e fazer uma breve análise crítica a respeito do modo como as informações contábeis estão comunicadas nos relatórios.”

Encerrada a parte mais teórica da aula, propus que os estudantes respondessem a alguns exercícios de fixação do conteúdo. Para tornar mais interativa a exposição, utilizei a ferramenta *Kahoot!* para que eles pudessem responder. Elaborei oito questões acerca do conteúdo, como forma de relembrar alguns conceitos e verificar quais foram os principais pontos de dúvida sobre a explicação. Considerando o que a ferramenta permite, todos os discentes respondiam às questões ao mesmo tempo. Foquei mais a atenção naquelas que muitos erraram, voltando no conteúdo e explicando novamente para esclarecer. Nesse aspecto, o uso da ferramenta possibilitou que eu compreendesse quais pontos da aula ficaram mais esclarecidos ou não para os estudantes.

Após esse momento, e finalizando a aula, propus uma atividade prática que envolveria pesquisa, trabalho em grupo e apresentação em forma de seminário. No início do semestre letivo, o professor da disciplina havia designado empresas para que cada grupo buscasse informações e aplicasse os conceitos aprendidos, como, por exemplo, cálculos de índices de liquidez e rentabilidade. Com base nessas empresas, as quais os estudantes já investigavam, e nos princípios



de comunicação eficaz em relatórios financeiros, abordados pelo material da Fundação IFRS, a proposta foi que os grupos analisassem a forma de apresentação das informações nas notas explicativas e tentassem identificar duas informações específicas dos relatórios, que poderiam ser mais bem apresentadas para facilitar a visualização, compreensão e análise por parte do usuário. A ideia era que cada grupo explorasse as notas e identificasse tais informações específicas, a serem decididas pelos grupos, para analisar.

Concedi um prazo para que os estudantes pudessem pesquisar e desenvolver a atividade. Foi estabelecido que a apresentação deveria conter, para cada uma das informações escolhidas: a justificativa com os motivos pelos quais a forma de

apresentação adotada pela empresa não é a mais adequada ou prejudica de alguma forma a sua análise, a definição de qual ou quais princípios da comunicação efetiva foram adotados nessa alteração, conforme o material da Fundação IFRS, e uma breve explicação sobre os reflexos que aquela mudança na forma de apresentação pode gerar para os usuários.

Na aula programada para a apresentação das propostas, pôde-se observar que eles conseguiram atingir os objetivos, quais sejam: ter um contato inicial com os relatórios financeiros e fazer uma breve análise crítica a respeito do modo como as informações contábeis estão comunicadas nos relatórios. Os estudantes conseguiram conectar com princípios da comunicação eficaz.

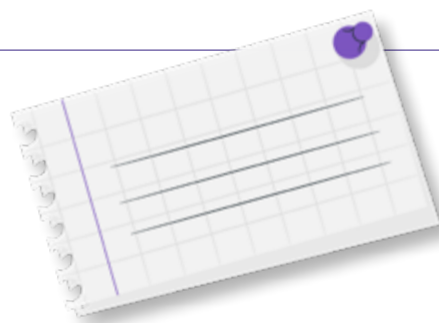
3 Discussão

A partir da experiência relatada, coletamos dados referentes às respostas dos estudantes nas questões de fixação por meio do *Kahoot!* e as percepções deles com relação às informações dos relatórios. Esses conjuntos de dados foram analisados por meio de estatística descritiva. Com base nos resultados de ambas as turmas, apurou-se que houve 68,75% de acertos e 31,25% de erros nas questões. Os resultados dos exercícios de fixação indicam um desempenho geral relativamente positivo dos estudantes de ambos os períodos. A porcentagem de erros apontou para a necessidade de reforçar alguns pontos da matéria para melhorar a compreensão geral. Assim, após a divulgação das respostas certas, foi explicado o intuito da questão e a resposta que seria correta, para que os estudantes conseguissem refletir sobre os pontos que erraram.

Ao final da apresentação dos seminários, foi solicitado que os discentes preenchessem o questionário conforme a percepção sobre as notas explicativas, após imergirem no contexto e explorar as demonstrações. Eles deveriam indicar notas entre 1 e 10, sendo 1 – Discordo Totalmente e 10 – Concordo Plenamente. Assim, foi possível captar as impressões deles ao terem contato com os relatórios financeiros.

A Tabela 1 apresenta os pontos de maior concordância (menor desvio-padrão entre as respostas do grupo) e maior nível de discordância (maior desvio-padrão entre as respostas do grupo), por período.

Os grupos eram compostos por três a quatro alunos. Os resultados mostram que membros do grupo puderam convergir e divergir sobre a percepção de um mesmo relatório analisado. Esses pontos revelam o quanto a análise foi subjetiva, de modo que eles se apoiaram nos princípios da comunicação eficaz para tecer críticas sobre a disposição das informações no relatório. Os resultados apresentados demonstram que os discentes puderam obter conclusões acerca dos relatórios. Assim, a experiência proposta, visando abordar notas explicativas sob a ótica da comunicação, permitiu que os estudantes tivessem um olhar mais crítico sobre a forma de apresentação das informações nos relatórios e identificou aspectos de análise em partes específicas das demonstrações. Apesar de cada grupo escolher identificar uma nota ou informação específica, todos tiveram contato com os relatórios, o que possibilitou que os discentes obtivessem uma noção da forma de apresentação das informações, sobretudo após uma aula que tratou desse aspecto. Além disso, o conteúdo ministrado foi referenciado



em conceitos e informações abordados pela própria Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00) e no material divulgado pela Fundação IFRS, o que permitiu que se abordassem aspectos normativos sobre o tema, porém, com uma ótica diferente daquela enfatizada nos livros didáticos.

A abordagem sobre notas explicativas nos livros costuma se limitar a aspectos conceituais e normativos (Santos; Veiga, 2014; Ribeiro, 2018; Martins; Miranda; Diniz, 2020). Assim, a experiência relatada permite propor que os livros didáticos abordem conteúdos sobre notas explicativas sob uma ótica de aspectos de comunicação, demonstrando o potencial dos relatórios em se comunicar com os usuários. Além disso, propõe-se que pesquisas científicas futuras estudem com mais profundidade como se dá o ensino sobre notas explicativas nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, a partir de investigações que consigam captar como o tema é abordado em outras disciplinas e outras instituições de ensino, tendo em vista que a experiência relatada é singular.

Tabela 1 – Resultados de maior concordância e discordância entre os estudantes

Item	Princípio	As informações divulgadas nas demonstrações contábeis são...	C&A		Marisa	
			Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão
Maior Concordância						
7	Organizadas	desorganizadas, de forma que induz os usuários a ficarem em dúvida ou a não captarem pontos importantes do relatório	7	0	7,8	1,7
12	Conectadas	desvinculadas entre as partes componentes do relatório	6	0	6,8	2,2
Maior Discordância						
5	Simples e Diretas	apresentadas de forma resumida, sem a utilização de textos muito longos	5,7	4,2	4	1,6
13	Formatadas	apresentadas por meio de figuras, gráficos e tabelas (quando possível) em detrimento de textos longos	3	3,5	1,8	1,5

Fonte: dados da pesquisa.

O ensino sobre notas explicativas, considerando a preocupação com seus aspectos de comunicação nos cursos de Ciências Contábeis, podem ter implicações práticas. Lemos, Marques e Miranda (2018) discutem fragilidades dessas notas, que envolvem aspectos de comunicação e legibilidade. Uma formação que dê mais ênfase a isso pode resultar em profissionais da contabilidade mais preparados quanto a questões de legibilidade das informações, uma vez que os estudos a respeito do tema mostram que ela é relativamente baixa (Telles; Salotti, 2021). Essa recomendação pode alinhar-se às novas diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação para os cursos de Ciências Contábeis, pois o documento lista como item da formação dos estudantes a competência para “preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas” (Ministério da Educação, 2024).

4 Considerações Finais

No presente relato, explorou-se uma experiência de ensino sobre notas explicativas para estudantes de Ciências Contábeis, utilizando aspectos de comunicação a partir do material instrutivo elaborado pela Fundação IFRS. Assim, os acadêmicos participaram de uma aula expositiva dialogada sobre o tema, responderam aos exercícios de fixação e realizaram uma atividade que visou aplicar os conceitos aprendidos. Os resultados mostram que foi possível fazer com que os estudantes tivessem um breve contato com os relatórios financeiros e analisassem criticamente o modo como as informações contábeis estavam comunicadas nos relatórios, aplicando princípios da comunicação eficaz.

Os resultados da experiência permitem quatro implicações práticas: (1) a recomendação de que livros de contabilidade que abordem notas explicativas utilizem a ótica

da comunicação em complemento aos aspectos conceituais e normativos que geralmente são tratados; (2) pesquisas futuras investiguem outras disciplinas e instituições de ensino, buscando compreender como os estudantes são ensinados sobre as notas explicativas; (3) pode-se aplicar a abordagem e a metodologia relatadas para que se ensine discentes de modo que eles tenham maior consciência sobre a legibilidade das notas explicativas e seu potencial comunicativo; e (4) argumenta-se que essa estratégia está alinhada às competências e habilidades presentes nas novas diretrizes curriculares do curso.



Referências

- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. 2019.
- FUNDAÇÃO IFRS. Better communication in financial reporting: making disclosures more meaningful. 2017. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/disclosure-initiative/better-communication-making-disclosures-more-meaningful.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.
- LEMONS, K. C. S.; MARQUES, A. V. C.; MIRANDA, G. J. Disclosure em notas explicativas: uma revisão sistemática. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 18, n. 2, p. 58-79, 2023.
- MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. Análise didática das demonstrações contábeis. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024. Brasília, 2024.
- RIBEIRO, O. M. Contabilidade intermediária. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- SANTOS, F. de A.; VEIGA, W. E. *Contabilidade: com ênfase em micro, pequenas e médias empresas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- TELLES, S. V.; SALOTTI, B. M. Intelligibility vs readability: understandability measures of financial information. *Revista Universo Contábil*, v. 16, n. 2, p. 110-126, 2020.



Características das questões da área de Auditoria Contábil apresentadas no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade

O presente estudo tem como propósito verificar as questões sobre auditoria contábil contempladas nos Exames de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade aplicados entre os anos de 2018 e 2023. A abordagem adotada foi descritiva e documental, envolvendo análise dos conteúdos referentes a auditoria contábil de cada certame de avaliação. A análise qualitativa dos dados revela que as questões, dentro do escopo do conteúdo programático, englobam temas como conceito e aplicação da auditoria contábil, estrutura conceitual para assecuração, objetivos do auditor independente, condução da auditoria em conformidade com normas, responsabilidade em relação à fraude, planejamento, identificação e avaliação de riscos, procedimentos analíticos, formação de opinião, emissão de relatórios do auditor independente sobre demonstrações contábeis, modificações na opinião, parágrafos de ênfase e outros aspectos relevantes. A análise das questões também mostra a recorrência da norma NBC TA 200, que tem como foco os objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com as normas. Além disso, as normas NBC TA 700, NBC TA 705, NBC TA 240 e NBC TA 530 destacam-se significativamente nas questões analisadas, especialmente no que diz respeito à formação e modificações de opinião, além da responsabilidade do auditor e da amostragem em auditoria. Nota-se que 18,5% das questões envolvem cálculos, enquanto 81,5% abordam conteúdos teóricos. A análise de erros e acertos em auditoria por regiões, destaca as áreas de maior destaque ao longo da prova, com Sudeste e Sul sendo as mais proeminentes.

Luana Rocha Cuani

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Paraná – Unespar, campus Apucarana, atualmente no último ano do curso.

E-mail: luhcuani@gmail.com

José Vitor Molinari Zambom

Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Paraná – Unespar, campus Apucarana, atualmente no último ano do curso. Com experiência nas áreas administrativas e de comunicação. cursando pós-graduação em Contabilidade, Gestão e Tributação pela Contabilidade Facilitada Educacional.

E-mail: josevitormolinari@gmail.com

Leticia Matioli Grejo

Doutora em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá e Bacharela em Ciências Contábeis também pela Universidade Estadual de Maringá. Professora do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Paraná – Unespar, campus Apucarana.

E-mail: leticia.mgrejo@gmail.com

1 Introdução

A auditoria procede a uma avaliação sobre a posição patrimonial e as informações financeiras das entidades (Conselho Federal de Contabilidade, 2016). Esta área do conhecimento contábil se mostra relevante tanto para o profissional quanto para a empresa na busca por credibilidade junto às partes interessadas (Frederici *et al.*, 2018), já que consiste em uma técnica indispensável para confirmar a eficiência dos controles e oferecer maior transparência e garantia para os investidores (Crepaldi; Crepaldi, 2023).

As exigências para se tornar um auditor contábil podem variar de acordo com o país e conforme as instituições reguladoras locais. No Brasil, é necessário ser aprovado primeiramente no Exame de Suficiência, em que os bacharéis em Ciências Contábeis se submetem a uma avaliação em que demonstram que possuem capacidade técnica, conhecimentos e práticas necessários ao exercício da contabilidade (CFC, 2023), a fim de ser feito o registro na categoria profissional. E, após tal registro, ainda é preci-

so realizar o exame de qualificação técnica para o profissional contábil ser registrado no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).

Entre as temáticas abordadas pelo Exame de Suficiência, a auditoria contábil se faz presente, com suas normas específicas, as quais os profissionais devem conhecer para a prática da profissão (Frederici *et al.*, 2018). Essas normas são as regras ditadas pelos órgãos reguladores da profissão contábil e têm por objetivo a regulação da profissão e atividades, bem como estabelecer diretrizes a serem seguidas pelos profissionais no desenvolvimento de seus trabalhos (Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRCCE), 2018).

Estudos precedentes enfocaram a análise dos conteúdos das questões de Contabilidade Gerencial e Custos (Lunkes *et al.*, 2014; Silva *et al.*, 2024), contabilidade aplicada ao setor público (Melo; Arantes, 2016), bem como o nível cognitivo exigido pelo Exame com as habilidades e competências que são requeridas para o contador (Arantes; Silva, 2020), o que indica que a temática ainda tem sido pouco explorada. Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo verificar as questões sobre auditoria contábil contempladas nos Exames de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade aplicados entre os anos de 2018 e 2023.

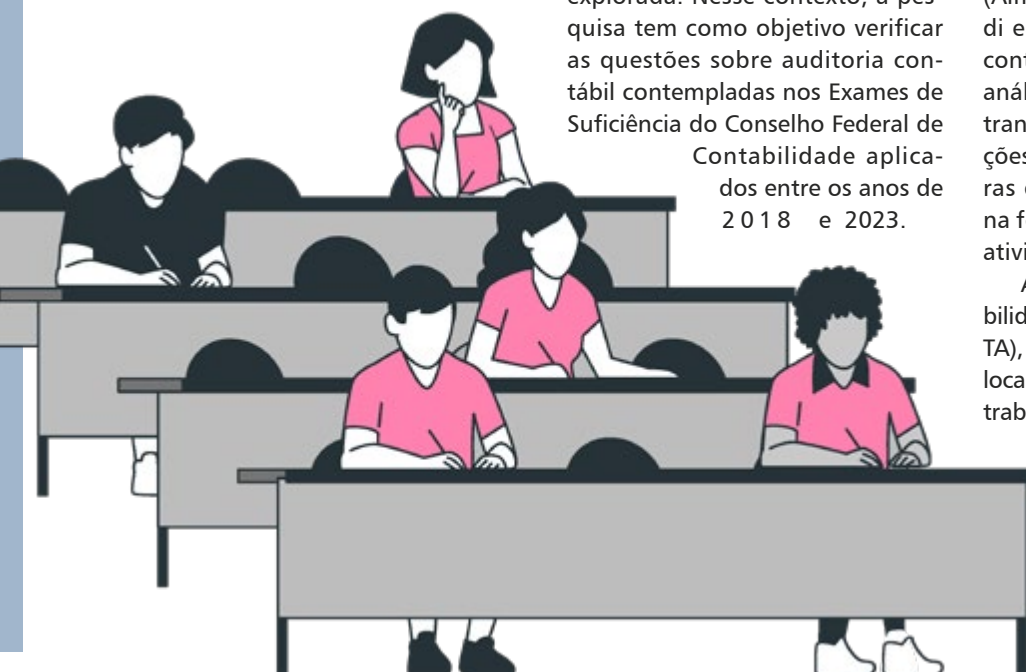
Essa pesquisa contribui para o entendimento dos conteúdos das questões e normativas de auditoria contábil abordadas no Exame de Suficiência, o que pode facilitar para o bacharel que busca a realização e aprovação no referido exame, bem como para os docentes de tal disciplina dos cursos de graduação de modo a adequarem os conteúdos ministrados à exigência profissional. Além disso, as normas que regem determinadas áreas do conhecimento sobre auditoria podem ser extensas e complexas, exigindo uma compreensão aprofundada para a sua aplicação na prática. Ao entender como essas questões são compostas, tanto estudantes quanto professores podem aprimorar a sua preparação e atuação no ensino.

2 Referencial Teórico

2.1 Auditoria Contábil

A auditoria contábil surgiu da necessidade de as empresas terem um controle dos dados e informações geradas, para maior segurança na tomada de decisões (Almeida, 1996). Segundo Crepaldi e Crepaldi (2023), esta técnica contábil pode ser descrita como a análise sistemática e avaliação das transações, procedimentos, operações, rotinas e projeções financeiras de uma entidade, que resulta na formulação de opinião sobre as atividades examinadas.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria (NBC TA), em sua estrutura conceitual, colocam a auditoria contábil como um trabalho de certificação de informações contábeis, no qual o auditor emite uma opinião buscando ampliar o grau de confiança dos usuários em relação às informações contábeis (Crepaldi; Crepaldi, 2023).

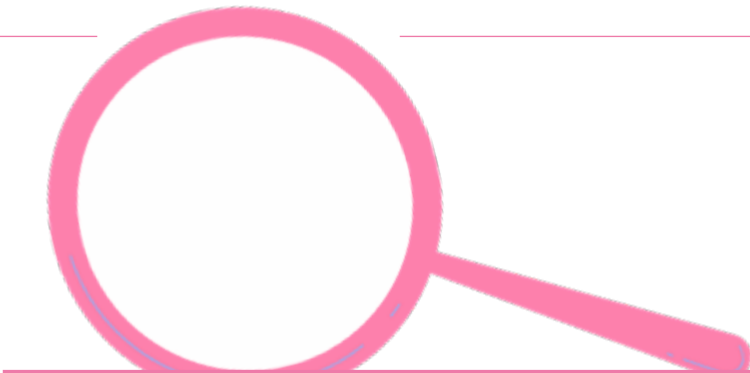


“As Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria (NBC TA), em sua estrutura conceitual, colocam a auditoria contábil como um trabalho de certificação de informações contábeis, no qual o auditor emite uma opinião buscando ampliar o grau de confiança dos usuários em relação às informações contábeis (Crepaldi; Crepaldi, 2023).”

Traz inúmeras vantagens para a administração da empresa, como fiscalização da eficiência dos controles internos, exatidão dos registros contábeis, dificulta os desvios e aponta as falhas na organização administrativa (Conselho Regional de Contabilidade do Ceará – CRCCE, 2023). Para os investidores, assegura maior exatidão dos resultados e das demonstrações contábeis, o que possibilita informações verídicas sobre a situação econômica, patrimonial e financeira da empresa e para o Fisco contribui para a fiscalização do cumprimento das leis (Crepaldi; Crepaldi, 2023).

Essa técnica contábil possui dois campos: a Auditoria Interna e a Auditoria Externa. Embora sejam complementares, possuem diferenças. A Auditoria Interna é uma atividade de avaliação existente dentro de uma organização, destinada à revisão das operações e os segmentos organizacionais que tenham impactos e gerem informações de âmbito contábil, financeiro e fiscal. Os resultados de seu trabalho visam prestar assessoria à administração, o que torna a auditoria interna um controle administrativo cuja atribuição é verificar e avaliar a efetividade dos demais controles (Attie, 2009).

Por sua vez, a auditoria externa é realizada por um auditor indepen-



Quadro 1 – Características da auditoria interna e auditoria externa

Características	Auditoria Interna	Auditoria Externa
Objetivo	Avaliação e conformidade dos processos, da gestão e dos controles internos	Emissão de opinião sobre as demonstrações contábeis
Independência	Menos amplo	Mais amplo
Periodicidade	Contínuo	Periódico
Objeto	Controles operacionais	Demonstrações contábeis
Profissional auditor	Empregado da empresa	Independente, sem ligação com a empresa auditada
Interessados no trabalho	A empresa	A empresa e o público em geral

Fonte: adaptado de Crepaldi; Crepaldi (2023).

dente, que não possui vínculo com a empresa auditada. Seu objetivo é examinar as demonstrações contábeis da entidade ao realizar testes e procedimentos a fim de emitir relatório de auditoria, atestando a adequação dessas demonstrações para os usuários interessados (Leitão et al., 2018; Pereira et al., 2019). Para ser habilitado como auditor independente, o profissional contábil precisa, além de estar devidamente legalizado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), fazer um exame de qualificação técnica e ser

registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (Brasil, 1976). As características para diferenciação da auditoria interna da auditoria externa estão elencadas no Quadro 1.

Os relatórios de auditoria são emitidos tendo por base os testes realizados durante o processo de exame e verificação das demonstrações contábeis, devendo estar de acordo com as normas de auditoria (CFC, 2016). Além de normas para se emitir relatórios de auditoria, outras são elencadas pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

Assim, diversas são as Normas Brasileiras de Contabilidade relacionadas ao auditor. Tais normas são divididas entre (i) normas profissionais, que estabelecem as regras de conduta para o exercício profissional, que no caso da auditoria são as NBCs PA - do Auditor Independente; (ii) e normas técnicas, que dispõem sobre os procedimentos e regras que são aplicados na realização do trabalho, sendo na área de auditoria a NBC TA - de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica e a NBC TI - de Auditoria Interna (CFC, 2023).

Segundo Crepaldi e Crepaldi (2023, p. 165):

As normas de auditoria orientam os auditores na realização de seus exames e na preparação de relatórios. Há normas que são descritas como normas gerais, normas relativas à execução do trabalho e normas de parecer (normas do relatório). Essas normas determinam a estrutura dentro da qual o auditor decide sobre o que é necessário à elaboração de um exame de demonstrações financeiras, à realização do exame e à redação do relatório. Também servem para medir a qualidade dos objetivos de auditoria e dos atos destinados a atingir esses objetivos.

Assim, os auditores devem se basear nas normas regulamentadoras e trabalhar com planejamento a fim de emitir seus pareceres (CFC, 2016). De maneira geral, a área de Auditoria Contábil contribui com os controles e registros gerados pelas empresas apontando a confiança destes, ao testar e validar as informações contidas nas demonstrações contábeis (Crepaldi & Crepaldi, 2023, p. 82).

2.2 Exame de Suficiência

Em 27 de maio de 1946, a partir do Decreto-Lei n.º 9.295, foi criado o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade, instituídos com o objetivo de normalizar, orientar e fiscalizar o exercício da profissão contábil (CFC, 2016). Além de organizar a profissão contábil, o CFC é o responsável pela aplicação do Exame de Suficiência (Brasil, 2010), que foi instituído pela Resolução CFC n.º 853, de 1999, exigindo que profissionais da área só podem exercer a profissão após a aprovação no referido exame (CFC, 1999).

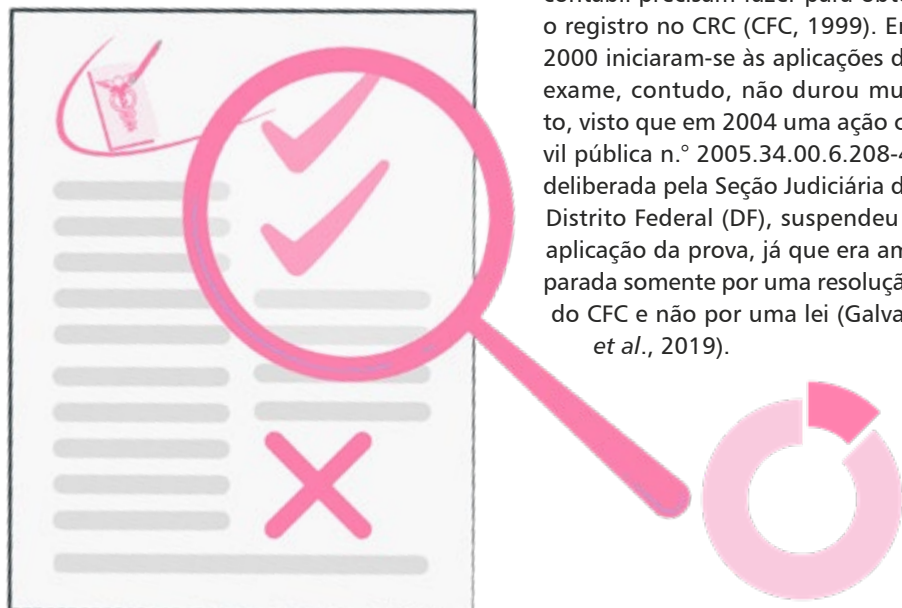
O Exame de Suficiência, que é uma prova em que os candidatos que desejam exercer a profissão contábil precisam fazer para obter o registro no CRC (CFC, 1999). Em 2000 iniciaram-se às aplicações do exame, contudo, não durou muito, visto que em 2004 uma ação civil pública n.º 2005.34.00.6.208-4, deliberada pela Seção Judiciária do Distrito Federal (DF), suspendeu a aplicação da prova, já que era amparada somente por uma resolução do CFC e não por uma lei (Galvan *et al.*, 2019).

O Exame de Suficiência teve seu retorno apenas seis anos depois, em 2010, a partir da Lei n.º 12.249, de 2010. A Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), inicialmente, foi a responsável pela elaboração do exame, que em 2018 foi substituída pela Consulplan, empresa responsável pela aplicação do exame até o ano de 2023 (CFC, 2023). Para o ano de 2024, a realização da prova se deu pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (CFC, 2024).

Tal exame é composto de cinquenta questões que são divididas em diversas áreas do conhecimento, além da Auditoria Contábil, sendo elas: Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Contabilidade de Custos, Contabilidade Geral, Contabilidade Gerencial, Controladoria, Legislação e Ética Profissional, Língua Portuguesa Aplicada, Matemática Financeira e Estatística, Noções de Direito e Legislação Aplicada, Perícia Contábil, Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade e Teoria da Contabilidade. Para que consiga a aprovação no exame, é necessário que o candidato acerte no mínimo 50% das questões abordadas na prova (CFC, 2023).

O Exame de Suficiência pode melhorar o desempenho dos profissionais da Contabilidade, todavia, um déficit ainda é notado quanto a preparação dos candidatos para a realização da prova, o que demonstra a necessidade de foco das universidades perante os conteúdos programáticos do exame a fim de ajudar para um melhor desempenho na prova pelos futuros profissionais da Contabilidade (Oliveira *et al.*, 2023).

A partir disso, entende-se que analisar as questões que envolvem a Auditoria Contábil se faz necessário para que os profissionais possam compreender aquilo que é abordado pela prova, bem como os docentes tomarem como foco tais assuntos abordados.



“O Exame de Suficiência teve seu retorno apenas seis anos depois, em 2010, a partir da Lei n.º 12.249, de 2010. A Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), inicialmente, foi a responsável pela elaboração do exame, que em 2018 foi substituída pela Consulplan, empresa responsável pela aplicação do exame até o ano de 2023 (CFC, 2023).”

2.3 Pesquisas Correlatas

Visto a tamanha importância do Exame de Suficiência do CFC para o exercício da profissão contábil, Lunkes *et al.* (2014) analisaram os temas abordados nas questões da área de Contabilidade Gerencial. Em meio a esse estudo, constatou-se que, nas quatro primeiras edições do Exame de Suficiência, houve uma redução no número de questões envolvendo a contabilidade gerencial, sendo custos a temática mais abordada, seguida de planejamento e controle.

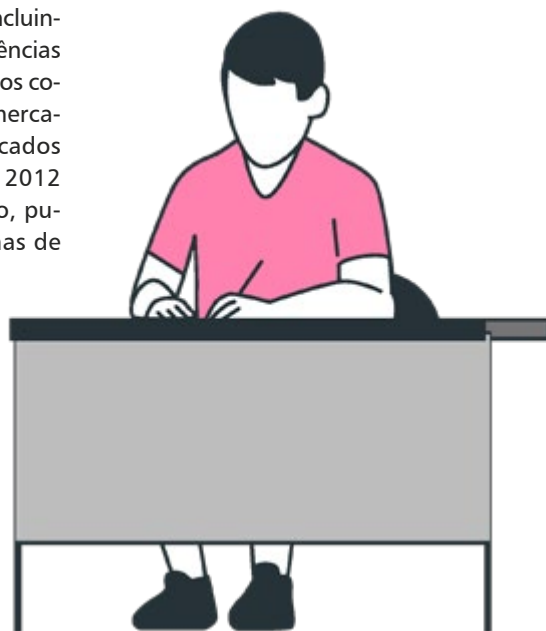
Neste mesmo sentido, Melo e Arantes (2016) abordaram quais conteúdos na área de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) foram aplicados no Exame de Suficiência nos anos de 2011 e 2015. Durante a análise das questões a respeito do tema, nota-se o baixo reconhecimento da CASP e a presença de quatro normas que obtiveram grande destaque sendo elas: NBC T 16.4, NBC T 16.5, NBC T 16.6 e a NBC T 16.9. Informações estas que podem ser muito úteis para os candidatos que desejam realizar o Exame de Suficiência do CFC.

Ainda, Broietti *et al.* (2016) compararam as questões do referido exame com o conteúdo da matriz curricular do curso de ciências contábeis de uma instituição de en-

sino localizada no Paraná, sendo assim, foi possível fazer a verificação do conteúdo e relatar se o conteúdo da matriz está relacionado com as questões abordadas pelo exame. Foram verificadas as provas do Exame de Suficiência do ano de 2011 até 2014, e como resultado uma disciplina tomou grande destaque, por ser a mais exigida, que é a de Contabilidade Geral.

Oliveira *et al.* (2019), apresentaram uma análise dos conteúdos que são cobrados no Exame de Suficiência do CFC e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), para os que estão concluindo a formação do curso de ciências contábeis, em conformidade aos conhecimentos esperados no mercado de trabalho. Foram verificados os dois exames nos anos de 2012 a 2015. Durante a verificação, puderam notar que as disciplinas de Contabilidade Geral/societária tiveram grande relevância, ambas estando de acordo com o que se espera do profissional da Contabilidade no mercado de trabalho. A auditoria contábil também se mostrou como uma competência exigida pelo mercado de trabalho e com conteúdo abordado em ambas as provas.

Por sua vez, Arantes e Silva (2020) apresentaram uma pesquisa com a intenção de confrontar o nível cognitivo exigido pelo Exame de Suficiência com as habilidades e competências do contador a partir da taxonomia de Bloom. Como resultado, as autoras encontraram que o Exame de Suficiência não está alinhado com as habilidades e competências esperadas do profissional da contabilidade, devendo o CFC avaliar se os futuros contadores possuem aquilo que é exigido para esse profissional.



Silva *et al.* (2024) desenvolveram uma pesquisa cujo propósito foi entender os conteúdos de contabilidade de custos e gerencial que compuseram as provas do Exame de Suficiência entre os anos de 2011 e 2023. Os autores concluíram que os conteúdos mais representativos cobrados pelo exame foram controle, registro contábil, apuração e alocação de custos e custos para decisão.

A partir de tais pesquisas, pode-se perceber lacuna para o estudo das questões de auditoria contábil, sendo que estudos anteriores não focaram em tal área do conhecimento.

3 Método da Pesquisa

O estudo se classifica como descritivo, tendo em vista que pesquisas com este propósito apresentam a finalidade de identificar características do fenômeno (Gil, 2017), no qual, para este estudo busca-se descrever os conteúdos sobre auditoria contábil contemplados pelo Exame de Suficiência.



Quadro 2 – Mapeamento da quantidade de questões por edição		
Edições	Questões sobre auditoria Contábil	Percentual em relação ao total
1º exame de 2018	2	4%
2º exame de 2018	2	4%
1º exame de 2019	2	4%
2º exame de 2019	2	4%
1º exame de 2020	2	4%
2º exame de 2020	2	4%
1º exame de 2021	2	4%
2º exame de 2021	2	4%
1º exame de 2022	3	6%
2º exame de 2022	2	4%
1º exame de 2023	2	4%
2º exame de 2023	4	8%

Fonte: CFC (2023).

Quanto à coleta e análise dos dados, o estudo se classifica como documental por utilizar materiais já elaborados e disponíveis para acesso (Gil, 2017), tais como as provas do Exame de Suficiência retiradas do sítio eletrônico do CFC, que podem ser encontradas por meio do link <https://cfc.org.br/exame-de-suficiencia-antiores/>. Para análise dos dados, seus conteúdos foram observados a fim de verificar qualitativamente os assuntos de auditoria contábil explorados pelas provas. Sendo assim, as questões foram analisadas quanto a sua estrutura, por exemplo, se envolvem algum cálculo ou se são teóricas, se os candidatos devem assinalar alternativa correta ou incorreta, bem como analisados os conteúdos das questões, a fim de identificar quais legislações são mais exigidas pela referida prova.

Em cada ano acontecem duas edições da prova do Exame de Suficiência aplicadas aos

bacharéis do curso de Ciências Contábeis recém-formados ou que ainda estão no período de finalização do curso. Assim, a amostra compreende 12 provas realizadas entre os anos de 2018 e 2023.

Este período foi definido tendo em vista que, a partir do ano de 2018, aconteceu mudança na empresa responsável por aplicar a prova. Dando início, em 2018, a responsabilidade da empresa Consulplan, que atua no segmento de concursos públicos e avaliações educacionais, pela aplicação das provas do Exame de Suficiência. Vale destacar que, para o ano de 2024, houve mudança de empresa responsável pelo exame, sendo, a partir deste ano, aplicado pela FGV. Desta forma, são analisadas as duas edições do Exame de Suficiência que ocorrem por ano e verificadas as questões específicas da auditoria contábil para assim destacar seus conteúdos abordados.

No Quadro 2, pode ser visualizada a quantidade de questões sobre o assunto Auditoria Contábil abordada em cada edição do Exame de Suficiência. Assim, ao considerar o total das 50 questões elencadas em cada prova, nota-se que em média 4,5% é representado pelo conteúdo de auditoria contábil.

4 Resultados

4.1 Estrutura das Questões

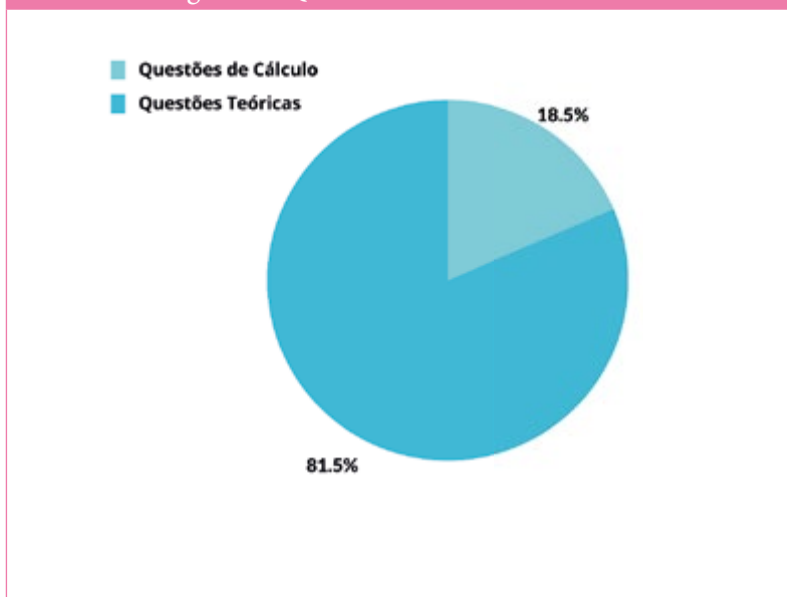
Neste tópico são apresentados os resultados obtidos por meio da análise das estruturas das questões referentes à auditoria dos 12 exames aplicados pelo CFC aos bacharéis de Ciências Contábeis. No que se refere à auditoria, observa-se que em nenhuma das edições essa disciplina representou mais de 8% do conteúdo contemplado nos Exames de Suficiência.

Ao analisar a estrutura das 27 questões observa-se que 18,5% das questões, que envolvem a técnica contábil da auditoria, os autores, solicitaram que os respondentes realizassem cálculos para responder a tais questões, e 81,5% apresentaram conteúdos teóricos. Entre esses cálculos, têm-se adição, subtração, multiplicação, divisão e porcentagem. No geral, as questões que apresentaram cálculos foram para análise e elaboração do balanço patrimonial e demonstração do resultado e conciliação de saldos bancários.

Na construção das questões, destaca-se ainda a presença de questões que requerem a identificação da alternativa correta, somando 12 questões. Questões que exigem a identificação da alternativa incorreta, sendo 6 questões ao todo, incentivam a reflexão crítica. Isso indica o dever de leitura atenta por parte do respondente, já que o questionamento pode ser dirigido para indicar tanto a alternativa correta quanto a incorreta, o que destaca a importância da compreensão conceitual.

Ainda, há a presença de questões com afirmativas de “V” para verdadeiras e “F” para falsas, o que indica uma abordagem de avaliação clara e direta delas, somando 6 questões desta modalidade, bem como aquelas que solicitam para o respondente analisar determinadas assertivas, que somam 3 questões, o que contribui para o entendimento do tema.

Figura 1 – Questões Teóricas e de Cálculo



Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados obtidos revelam diversidade nas abordagens das questões de auditoria. Contudo, o método de “assinale a alternativa correta” permanece como o mais recorrente. Essa constatação ressalta a importância dos candidatos dedicados em atenção especial a esse formato de pergunta, uma vez que a leitura dessas questões, muitas vezes extensa, pode se tornar desgastante, especialmente no final do exame.

A análise dos enunciados reforça a necessidade de uma compreensão minuciosa das informações apresentadas, evitando equívocos que poderiam comprometer o desempenho dos candidatos. O histórico extenso de enunciados, alguns ocupando até mesmo uma página completa, sublinha a complexidade das questões de auditoria e a necessidade de uma preparação abrangente.

4.2 Conteúdo das Questões

O conteúdo programático destinado a Auditoria Contábil constituiu-se como um conjunto de

elementos para estudo sobre as normativas e práticas essenciais para a formação dos profissionais na execução das atividades de auditoria. Dentro do escopo do conteúdo programático em análise, identificam-se os seguintes temas cruciais que podem compor as questões: conceito e aplicação da auditoria contábil, estrutura conceitual para trabalhos de asseguuração, objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria, responsabilidade do auditor em relação à fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, planejamento da auditoria de demonstrações contábeis, identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente, procedimentos analíticos, formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, modificações na opinião do auditor independente, parágrafos de ênfase no relatório do auditor independente, entre outros aspectos relevantes.

No Quadro 3, é possível visualizar quais NBCs estiveram contempladas nas questões de cada edição do Exame de Suficiência promovido pelo CFC. Essa análise detalhada proporciona uma visão estruturada das NBCs que foram objeto de avaliação em cada período, oferecendo uma perspectiva sobre a ênfase dada a diferentes normativas ao longo das distintas edições do exame.

Ao analisar o conteúdo específico das questões, constatou-se uma correspondência entre os tópicos abordados e o conteúdo programático estabelecido. Ainda, com essa investigação, foi possível notar que as questões não se limitam meramente a refletir os conceitos teóricos ministrados, mas, que de certa forma, desafiam os candidatos a ultrapassar o pensamento teórico, exigindo a aplicação desses conhecimentos em situações práticas, demonstrando uma abordagem abrangente na avaliação da competência em auditoria.

Conforme evidenciado na Figura 2, observa-se que determinadas NBCs foram abordadas repetidas vezes ao longo das questões analisadas. Por meio da análise da figura, observa-se que a NBC TA 200 (R1) foi abordada por oito questões, o que se justifica pelo seu papel fundamental na definição dos objetivos gerais do auditor independente e nas diretrizes para a condução da auditoria conforme as normas estabelecidas. Seu escopo abrange aspectos éticos, independência e a correta aplicação das normas durante a execução da auditoria (CFC, 2016).



Quadro 3 – Mapeamento das NBCs abordadas por questão

Edições	Questão	NBC Abordada
2018.1	45	NBC TA 705 - Modificações na Opinião do Auditor Independente
2018.2	45	NBC TA 200 (R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria
2018.2	46	NBC TA 580 (R1) - Representações Formais
2019.1	45	NBC TA 620 - Utilização do Trabalho de Especialistas
2019.1	46	NBC TA 500 (R1) - Evidência de Auditoria
2019.2	45	NBC TA 230 (R1) - Documentação de Auditoria
2019.2	46	NBC TA 200 (R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria
2020.1	45	NBC TA 330 (R1) - Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados
2020.1	46	NBC TA 200 (R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria
2020.2	45	NBC TA 250 - Consideração de Leis e Regulamentos na Auditoria de Demonstrações Contábeis
2020.2	46	NBC TA 540 (R2) - Auditoria de Estimativas Contábeis, Inclusive do Valor Justo, e Divulgações Relacionadas
2021.1	45	NBC TA 200 (R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria
2021.1	46	NBC TA 700 - Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
2021.2	45	NBC TA 705 - Modificações na Opinião do Auditor Independente
2021.2	46	NBC TA 240 - Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis
2022.1	31	NBC TA 530 - Amostragem em Auditoria
2022.1	45	NBC TA 200 (R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria
2022.1	46	NBC TA 705 - Modificações na Opinião do Auditor Independente
2022.2	45	NBC TA 200 (R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria
2022.2	46	NBC TA 700 - Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
2023.1	45	NBC TA 200 (R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria
2023.1	46	NBC TA 240 (R1) - Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis
2023.2	31	NBC TA 530 - Amostragem em Auditoria
2023.2	39	NBC PA 400 - Independência para Trabalho de Auditoria e Revisão
2023.2	45	NBC TA 200 (R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria
2023.2	46	NBC TA 700 - Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Fonte: Dados da pesquisa

Logo em seguida, destacam-se as NBC TA 700 e NBC TA 705, ambas abordadas por três questões cada. Essas normas desempenham um papel crucial na asseguuração da qualidade e transparência das auditorias independentes, contribuindo para a confiabilidade das informações financeiras apresentadas pelas entidades auditadas. A NBC TA 700 delineia diretrizes para que o auditor independente forme a opinião sobre as demonstrações contábeis. Ela traz a avaliação dos riscos de distorção relevante, a obtenção de evidências de auditoria suficientes e a comunicação clara da opinião por meio de um relatório (CFC, 2016). Por sua vez, a NBC TA 705 trata de situações em que o auditor necessita modificar sua opinião no relatório de auditoria. Detalha os diferentes tipos de modificações possíveis, como ressalvas, ênfases e opiniões adversas, e fornece orientações sobre como comunicar essas modificações de maneira apropriada e compreensível aos usuários das demonstrações contábeis (CFC, 2016).

Destaca-se ainda as NBC TA 240 e NBC TA 530, retratadas em duas questões cada. A NBC TA 240 aborda a responsabilidade do auditor em relação à fraude, contextualizando-a no âmbito de uma auditoria de demonstrações financeiras. Essa norma orienta o auditor a planejar e executar a auditoria com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorção relevante devido a fraude ou erro (CFC, 2016). Por fim, a norma NBC TA 530 trata da amostragem em auditoria e fornece orientações sobre a seleção e aplicação de procedimentos de amostragem, tanto estatística quanto não estatística. Ela estabelece critérios para o auditor ao determinar o tamanho da amostra e ao avaliar os resultados da amostragem, contribuindo para a robustez e eficácia do processo de auditoria (CFC, 2009).

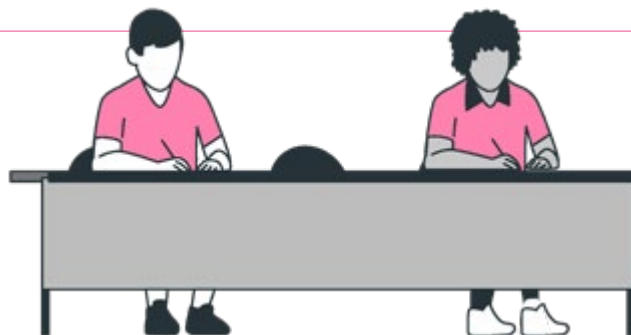
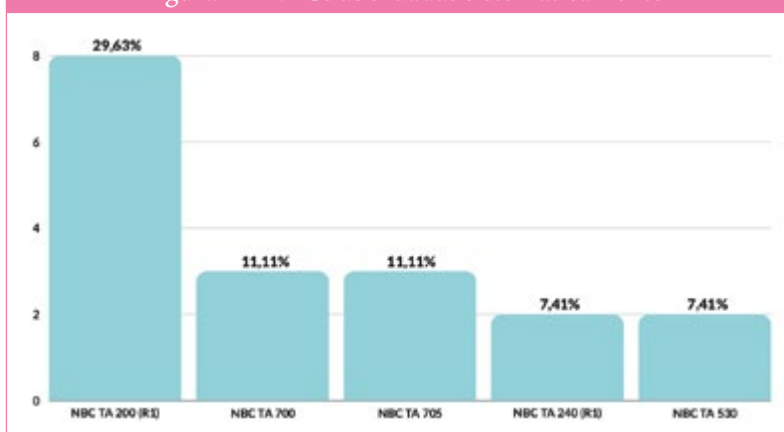


Figura 2 – NBCs abordadas sistematicamente



Fonte: dados da pesquisa.

Ao considerar tanto a amostragem estatística quanto a não estatística, a norma oferece flexibilidade ao auditor independente, permitindo uma abordagem adaptada às peculiaridades de cada auditoria (CFC, 2009). A compreensão e implementação adequada dessas diretrizes são essenciais para assegurar a integridade e confiabilidade dos procedimentos de auditoria, contribuindo para a qualidade e precisão dos relatórios resultantes.

A recorrência observada na abordagem das determinadas NBCs levanta importantes considerações sobre a relevância destas normativas no âmbito do exame e para a vida profissional do bacharel em Ciências Contábeis. O frequente destaque da NBC TA 200 pode ser interpretado pelo seu reflexo no mercado de trabalho. Este cenário demanda que os profissionais mantenham, de maneira ininterrupta, padrões éticos, compromisso, ceticismo, honestidade e conduzam julgamentos e execuções em estrita conformidade com as disposições legais (Sousa;

Oliveira, 2019). O fato de algumas NBCs serem frequentemente contempladas ao longo das diferentes edições sugere que tais tópicos desempenham um papel significativo no escopo de conhecimentos exigidos aos candidatos.

Dessa forma, a recorrência dessas NBCs pode sugerir a necessidade de uma compreensão aprofundada e consistente por parte dos candidatos. Este fenômeno, não apenas direciona a preparação dos candidatos, mas também destaca a importância contínua desses tópicos ao longo do tempo, contribuindo para a compreensão mais profunda e abrangente das dinâmicas do Exame de Suficiência do CFC.

Vale ainda destacar que uma questão constante na primeira edição de 2018 não foi inserida no Quadro 3, pois tal questão não se refere especificamente a uma NBC, mas, aborda as formas de comprovação de admissão do exercício da atividade de auditoria admissíveis pela CVM para fins de concessão do registro.

4.3 Nível de Acertos na Área de Auditoria

Ao analisar o percentual de acertos e erros das edições de 2018 a 2023, é notável a redução nos níveis de acertos após a segunda edição de 2020 em todas as regiões do Brasil. Bandeira *et al.* (2023) também evidenciaram queda no índice de aprovação de estudantes da modalidade presencial. Isso pode ter acontecido em decorrência da pandemia da Covid-19, nos quais os alunos tiveram que adaptar seus estudos para a modalidade remota, e muitos não possuíam planejamento para tal maneira de estudo. O ápice de desempenho foi observado na primeira edição do ano de 2022, com um expressivo índice de acertos em torno de 80%, resultados estes visualizados no Quadro 4.

Com base nos dados do Quadro 4, observa-se que as regiões Sudeste e Sul apresentaram os mais elevados níveis de acertos, com médias de 45,08% e 44,44%, respectivamente, na área de auditoria nas edições analisadas. Essas regiões destacam-se pelo maior percentual de aprovações, indicando uma performance superior dos candidatos. De

acordo com as análises de Bandeira *et al.* (2024), os resultados obtidos nas edições de 2019 a 2022 revelam um desempenho consistente da região Sul, mais especificamente dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, superando a média nacional de aprovação, que foi de 36,47%. Em contraste, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram resultados abaixo dessa média durante o mesmo período, indicando uma disparidade regional. Bugalho e Bugalho (2021) também evidenciaram resultados semelhantes para aprovações nas regiões do Brasil, na qual, na modalidade a distância, a região com maior índice foi a Sudeste, seguida da região Sul.

5 Considerações Finais

Diante da análise das edições do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade no período de 2018 a 2023, com foco nas questões relacionadas à área de Auditoria, este estudo proporcionou uma visão aprofundada sobre a abordagem e a representatividade desse



tema nas avaliações. O objetivo primordial desse estudo consistiu em verificar as questões sobre auditoria contábil contempladas nos Exames de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade aplicados entre os anos de 2018 e 2023.

Os resultados obtidos revelam uma abordagem equilibrada entre teoria e aplicação prática, o que requer compreensão dos conceitos e normas pertinentes ao campo da Auditoria Contábil. A análise do conteúdo programático explorado durante o período em questão evidenciou resultados positivos, indicando que as questões não apenas abordaram aspectos teóricos, mas também incentivaram a aplicação prática dos conhecimentos.

Quadro 4 – Total de acertos e erros na área de Auditoria por região em %

Regiões	Centro-oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
Edições	Acertos	Erros	Acertos	Erros	Acertos	Erros	Acertos	Erros	Acertos	Erros
2018.1	58,07%	41,93%	58,78%	41,22%	57,03%	42,97%	57,73%	42,27%	58,08%	41,92%
2018.2	43,73%	56,27%	43,28%	56,72%	42,91%	57,09%	45,43%	54,57%	45,85%	54,15%
2019.1	42,65%	57,35%	42,04%	57,96%	43,97%	56,03%	41,83%	58,17%	41,44%	58,56%
2019.2	51,05%	48,95%	47,95%	52,05%	47,21%	52,79%	56,59%	43,41%	57,06%	42,94%
2020.1	51,44%	48,56%	50,38%	49,62%	49,87%	50,13%	53,91%	46,09%	53,47%	46,53%
2020.2	18,81%	81,19%	18,71%	81,29%	17,67%	82,33%	20,36%	79,64%	19,49%	80,51%
2021.1	16,59%	83,41%	16,74%	83,26%	16,04%	83,96%	26,86%	73,14%	15,37%	84,63%
2021.2	36,77%	63,23%	38,22%	61,78%	33,86%	66,14%	41,40%	58,60%	43,98%	56,02%
2022.1	82,64%	17,36%	83,44%	16,56%	80,38%	19,62%	85,00%	15,00%	86,04%	13,96%
2022.2	36,37%	63,63%	36,59%	63,41%	33,00%	67,00%	39,03%	60,97%	39,86%	60,14%
2023.1	44,52%	55,48%	43,09%	56,91%	38,43%	61,57%	45,98%	54,02%	46,27%	53,73%
2023.2	26,02%	73,98%	25,66%	74,34%	25,40%	74,60%	26,86%	73,14%	26,38%	73,62%
Média	42,39%	57,61%	42,07%	57,93%	40,48%	59,52%	45,08%	54,92%	44,44%	55,56%

Fonte: CFC (2023).

É notável que, apesar da importância da auditoria no contexto contábil, sua representatividade no Exame de Suficiência foi relativamente baixa, totalizando aproximadamente 4,5% das questões nas 12 edições analisadas. Essa constatação suscita reflexões sobre a necessidade de maior ênfase nesse tema nas futuras edições do exame, considerando sua relevância no exercício profissional do contador. A Auditoria Contábil se faz necessária para o contexto empresarial e financeiro, desempenhando funções para assegurar a integridade, confiabilidade e transparência das informações contábeis de uma organização.

A análise das provas do Exame de Suficiência do CFC entre os anos de 2018 e 2023 revela a recorrência de normas específicas, destacando-se notavelmente a NBC TA 200. Essa norma, ao focar os objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com as normas, assume um papel central no delineamento das competências exigidas nos exames.

Adicionalmente, as normas NBC TA 700, NBC TA 705, NBC TA 240 e NBC TA 530 emergem como elementos significativos, abordando

aspectos cruciais como a formação de opinião e as modificações de opiniões, além de explicitar a responsabilidade do auditor e da amostragem em Auditoria. Essa constatação reforça a relevância dessas normativas no contexto da formação acadêmica e profissional dos Auditores, destacando a necessidade do entendimento e aplicação desses princípios para garantir a eficácia e integridade do processo de auditoria contábil.

Ainda, a análise dos resultados de acertos e erros, indicou que, ao longo dos anos, as regiões Sudeste e Sul demonstraram consistentemente um desempenho superior na categoria de auditoria, refletido pelo mais elevado índice percentual de aprovações nessa área específica. Além do mais, as questões de auditoria são apresentadas no final da prova, e observa-se também que algumas delas não fazem menção direta às NBCs. No entanto, pela natureza do conteúdo abordado em tais questões, é possível inferir a NBC que está sendo aplicada.

Como contribuições, esta pesquisa pode colaborar para as Instituições de Ensino Superior, ao mostrar quais legislações são mais evidenciadas pelo Exame de Sufi-

ciência. Assim, os docentes podem dar mais ênfase e detalhamento a essas legislações, bem como podem trabalhar, em sala de aula, questões com as estruturas que compõem as provas do Exame de Suficiência, preparando os alunos para a realização de tal prova. Ainda, contribui ao indicar aos alunos os conteúdos específicos exigidos na temática de Auditoria Contábil.

Por fim, é necessário ressaltar que os resultados obtidos nesta pesquisa estão atrelados ao período específico de 2018 a 2023, e as conclusões baseiam-se nas análises das provas de cor branca. Essas limitações indicam a importância de futuras pesquisas que possam ampliar a abrangência temporal e considerar diferentes formatos de prova para obter uma compreensão mais completa e atualizada do papel da auditoria no Exame de Suficiência do CFC, bem como sugere-se explorar as questões do Enade. Além do mais, sugere-se para futuras pesquisas uma comparação entre os conteúdos abordados pelo Exame de Suficiência com ementas da disciplina de Auditoria Contábil de Instituições de Ensino Superior a fim de identificar se tais conteúdos são evidenciados em sala de aula.

Referências

ALMEIDA, M. C. (1996). *Auditoria: um curso moderno e completo*. (5ª Ed). Atlas.

ARANTES, D. A. & da Silva, D. M. (2020). Análise do nível cognitivo do Exame de Suficiência contábil na perspectiva da taxonomia de Bloom. *Contabilidade Vista & Revista*, 31(2), 221-244.

ATTIE, W. (2009). *Auditoria Interna*. (2ª Ed). Atlas.

BANDEIRA, L. S., Meurer, A. M. & Silva, J. B. (2023). Olhando para um passado recente: modalidade de ensino e aprovação no exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade. In: *XXIII USP International Conference in Accounting*. São Paulo, SP. <https://congressousp.fipecafi.org/Arquivos/39/Anais/4427%20.pdf>

Bandeira, L. S., Meurer, A. M. & Silva, J. B. (2024). Ensino presencial *versus* ensino a distância: o que os índices de aprovação no exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade revelam? *EaD em Foco*, 14(1). <https://doi.org/10.18264/eadf.v14i1.2105>

BRASIL. Presidência da República. (1976). *Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 do Governo Federal*. Dispõe sobre as sociedades por ações. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso 20 ago de 2023.

Brasil. Presidência da República. (2010). *Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010 do Governo Federal*. Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nºs 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nºs 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nºs 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências.

BROIETTI, C., Evangelista, R. C., Mazaron, H. & Werner, M. A. N. F. (2016). Análise das questões do exame de suficiência do conselho federal de contabilidade. *Revista Univap*, 22(40), 160. <https://doi.org/10.18066/revistaunivap.v22i40.517>.

BUGALHO, D. K., Bugalho, F. M. (2021). A distância entre a sala de aula e a aprovação: uma análise de desempenho no exame de suficiência contábil. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista*, 21(40), 200-219.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. (1999). *Resolução CFC nº 853/99 de 29 de outubro de 1999*. https://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1999/000853&Codigo=1999/000853. Acesso 20 ago de 2023.

_____. (2005). *Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e dá outras providências*. Resolução nº 1.019 de 19 de fevereiro de 2005.

_____. (2009). *Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TA 530 de 04 de dezembro de 2009*. https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001222&_ga=2.264972751.158382977.1702060318-2007390230.1688679068. Acesso 08 dez de 2023

_____. (2016). *Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TA 200 de 05 de setembro de 2016*. [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200\(R1\)&_ga=2.149175601.623331500.1692535249-2007390230.1688679068](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200(R1)&_ga=2.149175601.623331500.1692535249-2007390230.1688679068). Acesso 20 ago de 2023.

_____. (2016). *Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TA 240 de 05 de setembro de 2016*. [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA240\(R1\)&_ga=2.155832831.593118089.1702738621-2007390230.1688679068](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA240(R1)&_ga=2.155832831.593118089.1702738621-2007390230.1688679068). Acesso 15 dez de 2023.

_____. (2016). *Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TA 700 de 17 de junho de 2016*. https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA700&_ga=2.207786005.623331500.1692535249-2007390230.1688679068. Acesso 20 ago de 2023.

_____. (2016). *Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TA 705 de 04 de julho de 2016*. https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA705&_ga=2.140844662.593118089.1702738621-2007390230.1688679068. Acesso 15 dez de 2023.

- _____. (2016). 70 anos de contabilidade. Brasília, CFC.
- _____. (2023). O Conselho. <https://cfc.org.br/oconselho/>. Acesso 20 ago de 2023.
- _____. (2023). Percentual de Erros e Acertos por Conteúdo. <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2023/07/3.1.7-Percentual-de-Erros-e-Acertos-por-Conteudo.pdf>. Acesso 20 ago de 2023.
- _____. (2024). 2º exame de suficiência de 2024. <https://cfc.org.br/exame-de-suficiencia-anteriores/2o-exame-de-suficiencia-de-2024/>. Acesso 27 nov de 2024.
- Conselho Federal de Contabilidade do Ceará. (2023). Exame de Suficiência. <https://www.crc-ce.org.br/registro/exame-de-suficiencia/>. Acesso 20 ago de 2023.
- _____. (2018). Auditoria Contábil. <https://www.crc-ce.org.br/fiscalizacao/informacoes-importantes/auditoria-contabil/>. Acesso 20 ago de 2023.
- CREPALDI, S. A. & Crepaldi, G. S. (2023). Auditoria Contábil: Teoria e Prática. (12ª ed). Atlas.
- FREDERICI, D. A., Oliveira, L. H., Flores, M. P., Santana, W. C. R. & Silva, S. D. (2018). Auditoria contábil independente e a importância da sua aplicação nas empresas. *Revista de Contabilidade Dom Alberto*, 7(14).
- GALVAN, E. D. P., Neto, S. C. D. G., Souza, J. A. D., Ramos, E. G. & Pontes, J. A. D. (2019, novembro). Percepção dos acadêmicos de ciências contábeis da UNIR, campus vilhena, sobre o exame de suficiência do CFC. In XIX Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Florianópolis, SC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201963>.
- GIL, A. C. (2017). Como Elaborar Projetos de Pesquisa. (6ª Ed). Atlas.
- LEITÃO, M. dos S. et al. Auditoria Interna x Auditoria Externa. *Augusto Guzzo Revista Acadêmica*, 1(22), p. 203-220. <https://doi.org/10.22287/ag.v1i22.818>.
- LUNKES, R. J., Rosa, F. S., Silva, D. F. & Bernardes, R. (2014). Análise do Exame de Suficiência do CFC: um estudo sobre as questões de Contabilidade Gerencial. *Revista Brasileira de Contabilidade*, n. 210.
- MELO, M. S. & Arantes, V. A. (2016). Exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade: uma análise do conteúdo de contabilidade aplicável ao setor público. *RMC, Revista Mineira de Contabilidade*, 17(2).
- OLIVEIRA, V. M. de Nielson, C. D., Duque, A. P. O. & Alves, F. J. dos S. (2019). Uma análise comparativa de conteúdo contábil do exame de suficiência do CFC e do exame nacional de desempenho de estudantes (ENADE): uma expectativa do mercado de trabalho. *Revista Mineira De Contabilidade*, 20(3), 20–33. <https://doi.org/10.21714/2446-9114RMC2019 v20net02>.
- Oliveira, E. M., Servilha, G. O. A., Henning, T. R. & Melo, S. A. B. X. de. (2023). Exame de suficiência - CFC: percepção dos acadêmicos de ciências contábeis - unemat câmpus de Tangará da Serra/MT. *Revista GeTec*, 12(38), 15-34.
- PEREIRA, F. R., Machado, N. V. de A., Pinheiro, L. E. T. & Dutra, S. R. (2019). Auditoria contábil: Um estudo acerca da relação entre o relatório dos auditores e as características da empresa auditada. *Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)*, 17(2), 38-54. 10.5935/2177-4153.20190011.
- SENA, T. R. & Salaberry, J. D. (2021). Contabilidade Geral e o Desempenho dos Estudantes no Exame de Suficiência: uma pesquisa com IES baianas. *RC&C - Revista Contabilidade e Controladoria*, 13(1), 139-155.
- SILVA, Y. A., Santos, L. M. A., da Silva, V. & Guedes, K. L. A. (2024). As questões de “Contabilidade de Custos e Gerencial” do “Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade”: um olhar com base na análise de conteúdo. In XXXI Congresso Brasileiro de Custos-ABC. São Paulo, SP.
- SOUZA, F. S. de O. & Oliveira, A. M. B. (2019). A Importância da Ética para o Profissional da Contabilidade. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, 13(43). <https://doi.org/10.14295/online.v13i43.1523>



Evidenciação dos mecanismos de *profit shifting* em transações com partes relacionadas de empresas brasileiras listadas

A prática de *profit shifting* (PS) é uma estratégia lícita utilizada por empresas multinacionais (EMNs) para reduzir a carga tributária global, alocando receitas e despesas entre subsidiárias em diferentes jurisdições, por meio de transações com partes relacionadas. Este estudo busca identificar os mecanismos para a PS utilizados pelas empresas brasileiras listadas em transações com partes relacionadas no exterior, com base no CPC 05 (R1), que regulamenta essas transações. Como procedimento metodológico, adotou-se uma pesquisa documental, com abordagem quantitativa e descritiva, abrangendo 121 empresas listadas na Brasil, Bolsa, Balcão – B3, no ano de 2023. Os dados foram coletados nas notas explicativas das empresas, com base em um *checklist* do CPC 05 (R1), relacionados à identificação dos mecanismos utilizados para PS, que são preços de transferência, uso estratégico de ativos intangíveis, estrutura de capital e uso estratégico da dívida interna, repatriação de lucros *versus* retenção de caixa e localização. Os resultados apontam que os principais mecanismos utilizados são os preços de transferência e a estrutura de capital baseada em dívidas internas. Foi observada uma participação significativa de transações com jurisdições classificadas como paraísos fiscais, o que sugere práticas de otimização tributária. Este estudo contribui para ampliar o entendimento sobre a relação entre práticas de PS e carga tributária global em empresas brasileiras, ao identificar lacunas nas informações divulgadas segundo o CPC 05 (R1) e ao fornecer maior rigor regulatório para melhorar a transparência fiscal. Apesar do cumprimento parcial das normas de divulgação, observa-se a variabilidade na qualidade das informações publicadas.

Ana Flavia Penso Arendt

Bacharel em Direito (Fadep) e acadêmica do curso de Ciências Contábeis (UTFPR)
e-mail: flavia.penso@hotmail.com

Luciane Dagostini

Doutora em Contabilidade (UFPR) e professora-adjunta do curso de Ciências Contábeis (UTFPR)
e-mail: lu.dagostini2020@gmail.com

1 Introdução

A interação entre sistemas fiscais globais e a crescente complexidade das operações multinacionais têm gerado um ambiente favorável para o uso de estratégias de planejamento tributário por empresas (Rathke, 2021). Em busca de maior eficiência fiscal, as corporações desenvolvem mecanismos que exploram diferenças entre legislações de diferentes países, reduzindo a carga tributária de forma significativa (Cooper & Nguyen, 2020). Esse fenômeno tem sido amplamente estudado e debatido por especialistas, destacando-se como uma das questões centrais na economia internacional contemporânea (Elali & Albuquerque, 2020).

Dentro desse cenário, destaca-se a prática de PS, ou transferência de lucros, como uma abordagem legal utilizada por empresas multinacionais (EMNs) para manipular suas estruturas contábeis e fiscais de maneira a reduzir a carga tributária global (Rathke, 2021). Essa estratégia geralmente envolve a alocação de receitas, custos e ativos entre as

diversas subsidiárias de uma corporação de maneira a otimizar os benefícios fiscais, minimizando os impostos pagos nas jurisdições em que a carga tributária sobre o lucro é mais alta (Bernard, Jensen & Schott, 2006; Davies, Martin, Parenti & Toubal, 2018; Overesch, 2006).

Entretanto, essa estratégia tributária utilizada pelas EMNs deriva de estudo de leis e regulamentos (Mocanu *et al.*, 2020), para que não resultem em erosão de base tributária (Delis *et al.*, 2020; Cooper & Nguyen, 2020; Ortmann & Schindler, 2020), despesas com auditorias fiscais e penalidades futuras, além da possibilidade de aumento nas fiscalizações (McClure, 2018; Dhawan *et al.*, 2020).

Por esse motivo, as práticas de PS têm recebido uma atenção crescente nos últimos anos devido à globalização econômica e à complexidade das operações comerciais transnacionais (Elali & Albuquerque, 2021). No contexto brasileiro, a preocupação com essa estratégia está relacionada à perda de receitas fiscais que poderiam ser direcionadas para investimentos em infraestrutura, educação e saúde (Oliveira, 2018). As EMNs utilizam estruturas complexas de planejamento tributário para explorar as disparidades nas legislações fiscais entre países, o que pode resultar em uma tributação efetiva inferior àquela que seria aplicada de acordo com as normas locais (Oliveira, 2018; Cooper & Nguyen, 2020; Elali & Albuquerque, 2021).



Diante disso, o Brasil tem buscado cooperar internacionalmente para abordar essas questões, participando de iniciativas, como o Plano de Ação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para combater a erosão da base tributária e a transferência de lucros (BEPS). A adesão a padrões internacionais e a implementação de medidas para evitar a evasão fiscal tornam-se cruciais para o país no cenário global, de modo a garantir a integridade do sistema tributário brasileiro e a promover a justiça fiscal (Oliveira, 2018).

Nesse cenário, no Brasil, o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (R1) (2010), aborda a necessidade de divulgação de transações e saldos entre uma entidade e suas partes relacionadas, especialmente quando essas transações não ocorrem em condições de mercado (*Arm's Length*). Isso inclui não somente as transações financeiras diretas, mas também acordos comerciais, transferências de ativos, serviços prestados, entre outros tipos de interações (Santos *et al.*, 2022b). Assim, as operações com partes relacionadas têm implicações significativas no que diz respeito à PS, pois existe o risco de que os preços sejam manipulados para deslocar os lucros para jurisdições com tributação mais favorável (Santos *et al.*, 2022a).



“Os mecanismos de PS abordados oferecem flexibilidade financeira para reinvestir o lucro ou financiar operações em outros países com altas alíquotas fiscais, sendo estratégias amplamente documentadas e criticadas por seu impacto na arrecadação tributária global, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil.”

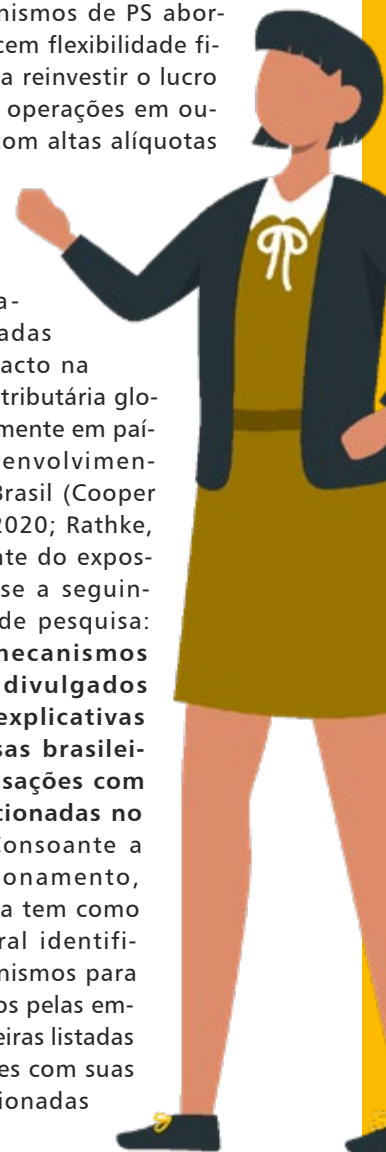
A partir desse contexto, as EMNs se utilizam de mecanismos legais para a operacionalização da PS, os mais recorrentes são localização, preços de transferência (*Transfer Price*), uso de ativos intangíveis, estrutura de capital e utilização da dívida interna e a repatriação de lucros *versus* a retenção de caixa (Rathke, 2021). Entre os mecanismos, a alocação de preços de transferência é um aspecto crucial da PS, pois é mais utilizado nessa prática (Amidu *et al.*, 2019; Kovermann & Velte, 2019; Cooper & Nguyen, 2020; Rathke, 2021). **As empresas manipulam os preços cobrados nas transações entre suas diferentes unidades, superestimando os custos em jurisdições com altas alíquotas fiscais e subestimando os lucros em locais com tributação mais favorável**, permitindo, assim, que reduzam o lucro tributável em países de alta tributação, o que resulta em uma carga tributária global mais baixa (Tripodi, 2019).

Além disso, as EMNs utilizam estratégias de endividamento interno, empréstimos entre suas subsidiárias, para deslocar lucros. Ao financiarem operações em países de alta tributação com empréstimos provenientes de subsidiárias em jurisdições de baixa tributação, as empresas podem deduzir os juros pagos,

reduzindo, assim, o lucro tributável em locais onde a tributação é mais elevada (Beer *et al.*, 2020). O uso de ativos intangíveis, como propriedade intelectual e patentes, é especialmente vantajoso porque seu valor é difícil de mensurar, o que permite às empresas transferirem esses ativos para subsidiárias em jurisdições com baixa tributação (Dischinger & Riedel, 2011). Esse processo pode resultar na subavaliação dos lucros em países de alta tributação e na superavaliação em países de baixa tributação, o que reduz o imposto a ser pago (Santos, 2023).

A estrutura de capital, por sua vez, facilita a utilização de endividamento interno como estratégia fiscal, ao permitir que as EMNs deduzam os juros de empréstimos concedidos entre suas subsidiárias, especialmente em países com altas taxas tributárias (Huizinga, Laeven & Nicodème, 2008). Assim, os lucros são deslocados para jurisdições com uma tributação mais favorável (De Mooij, 2011). A retenção de lucros em subsidiárias localizadas em paraísos fiscais, em vez de repatriá-los para o país de origem permite às empresas manterem o caixa em jurisdições de baixa tributação e evitar ou adiar a tributação que incidiria sobre a repatriação de dividendos (Rathke, 2021).

Os mecanismos de PS abordados oferecem flexibilidade financeira para reinvestir o lucro ou financiar operações em outros países com altas alíquotas fiscais, sendo estratégias amplamente documentadas e criticadas por seu impacto na arrecadação tributária global, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil (Cooper & Nguyen, 2020; Rathke, 2021). Diante do exposto, levanta-se a seguinte questão de pesquisa: **Quais os mecanismos de PS são divulgados nas notas explicativas das empresas brasileiras em transações com partes relacionadas no exterior?** Consoante a esse questionamento, esta pesquisa tem como objetivo geral identificar os mecanismos para a PS utilizados pelas empresas brasileiras listadas em transações com suas partes relacionadas no exterior.



As práticas de PS por EMNs têm causado perdas significativas na arrecadação tributária global, afetando especialmente países em desenvolvimento como o Brasil. Estima-se que essas práticas de erosão da base tributária resultem em perdas anuais de US\$ 100 a 240 bilhões mundialmente, representando entre 4% e 10% da receita de imposto de renda corporativo (OECD, 2021). Os países estão perdendo cerca de US\$ 480 bilhões de receita tributária devido ao abuso fiscal global, calcula-se que os países perderão em receitas tributárias nos próximos dez anos aproximadamente US\$ 4,8 trilhões, se persistirem as regras tributárias internacionais atuais (*Tax Justice Network*, 2023).

No Brasil, a legislação fiscal exige que as empresas divulguem transações com partes relacionadas, conforme o CPC 05 (R1) (2010), mas há falhas significativas no detalhamento e na transparência dessas informações. Empresas brasileiras listadas frequentemente utilizam mecanismos como localização, preços de transferência, uso de ativos intangíveis e da dívida interna e repatriação de lucros para reduzir sua carga tributária, o que impacta diretamente a arrecadação nacional e a capacidade do país de investir em áreas como infraestrutura e saúde (Rathke, 2021). A falta de uma fiscalização mais rigorosa sobre essas práticas reforça a necessidade de aprimoramento das políticas fiscais e regulatórias (Martins & Fernandes, 2016).

Nesse sentido, este estudo é relevante e se justifica por explorar os mecanismos de PS nas empresas brasileiras listadas, preenchendo lacunas importantes na compreensão dessas práticas. Além de contribuir para o debate sobre justiça fiscal, a pesquisa também apoia iniciativas globais, como o Plano de Ação BEPS da OCDE, e promove uma maior equidade na distribuição da carga

tributária (OECD, 2013). Ao identificar como essas estratégias afetam a arrecadação e o desenvolvimento econômico do Brasil, o estudo oferece subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e transparentes.

2. Referencial Teórico

2.1 Mecanismos de *profit shifting*

A *profit shifting* é uma prática recorrente entre EMNs que buscam deslocar seus lucros de países com alta tributação para jurisdições com alíquotas reduzidas, com vistas a minimizar a carga tributária global das corporações e maximizar seus lucros líquidos. Isso provoca a erosão das bases tributárias e resulta em perda significativa de receitas para os governos, o que compromete o financiamento de serviços públicos como saúde e educação (Rathke, 2021). Além disso, essa estratégia cria um ambiente de concorrência desigual, favorecendo grandes EMNs em detrimento de pequenas e médias empresas (PMEs) (Rathke, 2021).

As EMNs empregam uma série de mecanismos legais e estratégias financeiras para operacionalizar a prática da PS, uma abordagem que visa minimizar os encargos fiscais globais (Barrios *et al.*, 2012). Entre os mecanismos mais utilizados estão: localização, preços de transferência, uso de ativos intangíveis, estrutura de capital e uso de dívida interna e repatriação de lucros *versus* retenção de caixa (Rathke, 2021).

A escolha estratégica de localização para a PS envolve uma análise detalhada das característi-

cas tributárias de diferentes países. Empresas buscam identificar locais com regimes fiscais mais favoráveis, isenções ou tratados tributários que possam ser explorados para otimizar a carga tributária global (Barrios *et al.*, 2012). Ademais, considerações sobre estabilidade política, infraestrutura, mão de obra qualificada e outros fatores também podem influenciar a decisão de localização (Cooper & Nguyen, 2020). É um dos principais mecanismos utilizados. Estudos como Huizinga e Laeven (2008), Barrios *et al.* (2012) e Cooper e Nguyen (2020) enfatizam como as EMNs escolhem jurisdições com tributação mais favorável para estabelecer operações, de maneira que aproveitem vantagens fiscais locais e otimizem a carga tributária global, ou seja, uma EMN pode optar por localizar suas atividades produtivas, sedes regionais, centros de pesquisa e desenvolvimento, ou até mesmo ativos intangíveis em países com tributação mais favorável. Isso permite que a empresa concentre os lucros nessas jurisdições, beneficiando-se de alíquotas fiscais mais baixas ou de incentivos fiscais específicos oferecidos pelos governos locais (Barrios *et al.*, 2012). Por outro lado, as despesas ou custos podem ser alocados em jurisdições com tributação mais elevada, reduzindo o lucro tributável nessas áreas (OCDE, 2013).



“O objetivo principal ao manipular os preços de transferência é redistribuir os lucros entre as subsidiárias de uma empresa de maneira a minimizar a carga tributária em jurisdições com alíquotas fiscais mais elevadas e isso é feito ajustando os valores contabilizados para as transações internas, como vendas de bens ou serviços entre as unidades da empresa.”

Os preços de transferência representam outro mecanismo crucial na prática da PS. As pesquisas de Fuest *et al.*, (2011), Amidu *et al.* (2019), Cooper e Nguyen (2020), Beer *et al.*, (2020), Rathke (2021) e Solikhah *et al.*, (2021) exploram como as EMNs ajustam os valores de transações entre suas subsidiárias para maximizar deduções e minimizar os lucros tributáveis em jurisdições de alta tributação. Assim, referem-se aos valores monetários pelos quais bens, serviços ou propriedade intelectual são transacionados entre as diferentes entidades de uma mesma EMN, permitindo que as empresas ajustem estrategicamente os valores dessas transações para otimizar suas obrigações fiscais globais (Rathke, 2021).

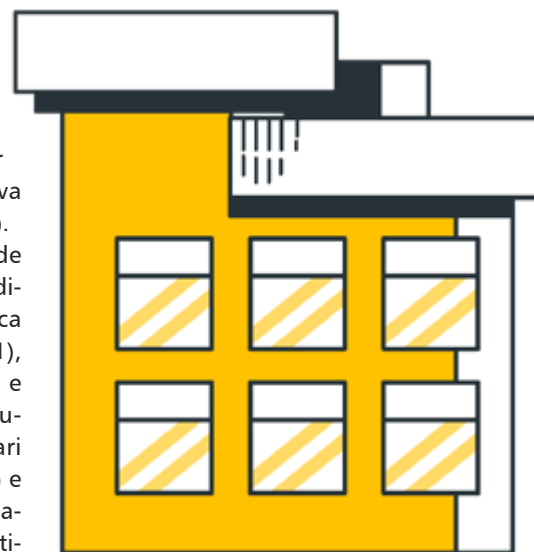
O objetivo principal ao manipular os preços de transferência é redistribuir os lucros entre as subsidiárias de uma empresa de maneira a minimizar a carga tributária em jurisdições com alíquotas fiscais mais elevadas e isso é feito ajustando os valores contabilizados para as transações internas, como vendas de bens ou serviços entre as unidades da empresa (Amidu *et al.*, 2019). Se, por exemplo, uma subsidiária localizada em um país com tributação elevada comprar bens de uma subsidiária em um local com

tributação mais baixa, a empresa pode inflar os custos desses bens, reduzindo o lucro tributável na jurisdição de alta tributação.

A complexidade dos preços de transferência reside na necessidade de garantir que essas transações internas sejam conduzidas de maneira consistente com os princípios de mercado aberto (OECD, 2013). Destaca-se como um dos mecanismos mais críticos no arsenal das EMNs para praticar a PS, ilustrando como a manipulação sutil dos valores transacionados internamente pode ter impactos significativos na distribuição global dos lucros e, consequentemente, nas obrigações fiscais das empresas (Rathke, 2019). Esse aspecto destaca a necessidade de regulamentações fiscais eficazes e cooperação internacional para combater práticas abusivas e garantir uma tributação justa e equitativa no cenário global (Rathke, 2019).

Quanto ao uso estratégico de ativos intangíveis, é uma tática adicional e fundamental na prática da PS. Dischinger e Riedel (2011), Richardson *et al.*, (2013), Beer e Loeprick (2015), Jones e Temouri (2016), Delis *et al.* (2020), Sari (2020), Cooper e Nguyen (2020) e Ortmann e Schindler (2020) destacam como as EMNs transferem ati-

vos intangíveis, como propriedade intelectual, para jurisdições com tributação mais baixa, a fim de reduzir a base tributável e, consequentemente, a carga tributária global. Essa tática envolve a alocação estratégica de ativos intangíveis para explorar discrepâncias nas leis fiscais entre diferentes jurisdições. Ao fazê-lo, as EMNs podem não somente reduzir a base tributável em países com tributação mais elevada, mas também se beneficiar de deduções fiscais e incentivos oferecidos por algumas jurisdições para atrair atividades relacionadas a ativos intangíveis (Dischinger & Riedel, 2011).



Além disso, o uso estratégico de ativos intangíveis está frequentemente ligado à manipulação dos preços de transferência. Por meio desse mecanismo, uma EMN pode ajustar os valores cobrados por *royalties*, licenças ou serviços relacionados a esses ativos nas transações internas entre suas subsidiárias (Amidu *et al.*, 2019). Isso permite que a empresa ajuste artificialmente os custos em jurisdições de alta tributação e concentre os lucros em locais com tributação mais favorável (Beer & Loeprick, 2015). A complexidade dessa tática reside na dificuldade em avaliar objetivamente o valor dos ativos intangíveis, tornando-se uma área sensível a discrepâncias na interpretação e aplicação das regras fiscais (Cooper & Nguyen, 2020). Em resposta a essa complexidade, órgãos reguladores e organizações internacionais têm buscado desenvolver diretrizes e padrões mais robustos para determinar a transferência de ativos intangíveis entre empresas relacionadas (Cooper & Nguyen, 2020).

Ainda, têm-se a estrutura de capital e o uso estratégico da dívida interna como mecanismo explorados pelas EMNs. Estudos como Hines Jr. e Rice (1994), Rego (2003), Desai *et al.*, (2004), Bernard *et al.* (2006), Moen *et al.*, (2018), Beer *et al.*, (2020) e Cooper e Nguyen (2020) evidenciam como as empresas recorrem a estratégias de endividamento interno para deduzir juros, reduzindo o lucro tributável e a carga fiscal. Seu objetivo é minimizar a carga tributária global, mas também pode envolver considerações sobre a eficiência financeira e o custo de capital para a empresa (Beer *et al.*, 2020).

A manipulação da estrutura de capital é particularmente eficaz quando as alíquotas de juros sobre a dívida interna são mais baixas do que o retorno esperado sobre os investimentos (Moen *et al.*, 2019). Esse diferencial faz com que as EMNs gerem deduções fiscais substanciais, reduzindo a base tributável em determinadas jurisdições, o que permite que as empresas concentrem os lucros em subsidiárias localizadas em países com tributação mais favorável (Moen *et al.*, 2019).

Esse mecanismo envolve uma estrutura complexa que exige equilibrar a relação dívida-capital para evitar questionamentos legais e fiscais (Moen *et al.*, 2019). As autoridades fiscais, tanto em nível nacional quanto internacional, procuram monitorar e regulamentar o uso estratégico da dívida interna para garantir que as empresas não estejam meramente explorando brechas para

reduzir artificialmente seus passivos fiscais (Moen *et al.*, 2019). O aumento da transparência e o aprimoramento das regulamentações fiscais, como os esforços da OCDE no âmbito do Plano de Ação BEPS, visam mitigar os abusos nesse mecanismo e garantir uma tributação mais justa e equitativa (Beer *et al.*, 2020).

A decisão entre repatriação de lucros *versus* retenção de caixa se apresenta como outro mecanismo utilizado pelas EMNs na prática da PS, como observado por Cooper e Nguyen (2020). Segundo os autores, esse aspecto envolve a decisão sobre quando e como trazer de volta os lucros gerados em subsidiárias estrangeiras para a matriz da empresa, influenciando diretamente as obrigações fiscais globais. Refere-se à transferência de lucros de subsidiárias estrangeiras de volta para a matriz da empresa, muitas vezes na forma de dividendos ou outras formas de remessas de fundos (Cooper e Nguyen, 2020).

No contexto da PS, as EMNs podem optar por repatriar lucros quando isso resultar em benefícios fiscais significativos. Isso pode ocorrer quando há oportunidades de aproveitar tratamentos tributários favoráveis, como reduções de impostos sobre dividendos ou créditos tributários na jurisdição da matriz. Por outro lado, a retenção de caixa envolve a decisão de manter os lucros gerados em subsidiárias estrangeiras fora do país de origem. Essa estratégia é, muitas vezes, utilizada quando as EMNs desejam evitar impostos sobre lucros repatriados, especialmente em países com alíquotas fiscais elevadas (Cooper & Nguyen, 2020). As empresas podem optar por reinvestir esses lucros no exterior, seja em novos projetos, expansões ou outras formas de investimento que não acionem imediatamente obrigações fiscais (Cooper & Nguyen, 2020).



“No contexto da PS, as EMNs podem optar por repatriar lucros quando isso resultar em benefícios fiscais significativos. Isso pode ocorrer quando há oportunidades de aproveitar tratamentos tributários favoráveis, como reduções de impostos sobre dividendos ou créditos tributários na jurisdição da matriz.”

Em suma, a utilização desses mecanismos reflete uma abordagem estratégica e multifacetada por parte das EMNs, visando maximizar seus ganhos financeiros ao explorar brechas e divergências nas legislações tributárias internacionais e nacionais (Rathke, 2021). A eficácia dessas estratégias destaca a necessidade contínua de aprimoramento nas regulamentações fiscais e cooperação internacional para enfrentar os desafios associados a PS (Rathke, 2021).

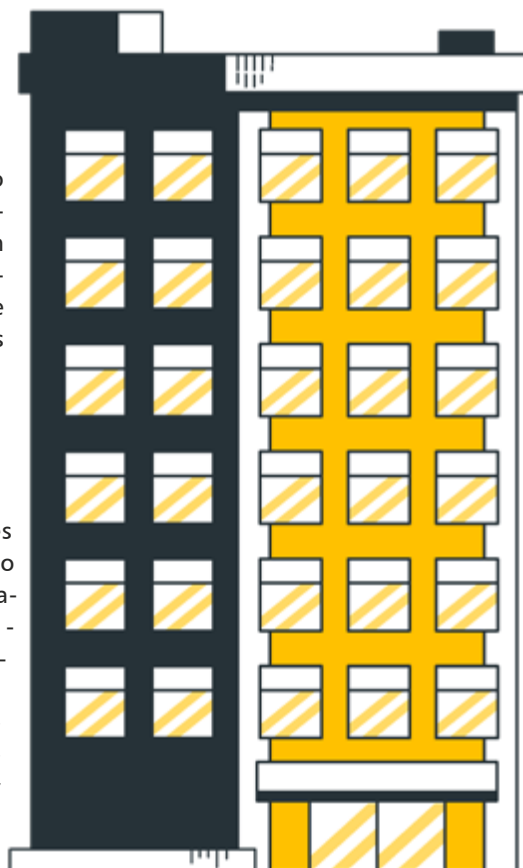
Embora a PS seja uma prática legal, conforme regulamentações internacionais, ele gera impasses financeiros, legais e éticos significativos. Anualmente, os países perdem cerca de US\$ 480 bilhões em impostos decorrentes do abuso fiscal global e, deste valor, US\$ 311 bilhões são decorrentes de operações realizadas por EMNs entre os países em que fazem transações, além disso, outros US\$ 169 bilhões são perdidos em operações *offshore* (Tax Justice Network, 2023). Esses valores são ainda maiores se forem considerados os prejuízos fiscais indiretos, estimados em mais de US\$ 1 trilhão pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) (Tax Justice Network, 2021). A OECD (2021) estima que entre 4% e 10% da receita de imposto de renda corporativo global

seja perdida para a erosão da base tributária e a transferência de lucros. Essas práticas afetam de maneira mais grave os países de baixa renda, que perdem 4,2% de sua receita tributária anual, enquanto os países de alta renda perdem 2,8% (Tax Justice Network, 2021). Embora essas estratégias reduzam legalmente os encargos fiscais das empresas, elas levantam questões éticas sobre a justiça fiscal e o papel das corporações no desenvolvimento econômico sustentável, especialmente em nações em desenvolvimento que dependem mais do imposto de renda corporativo para suas receitas (Santos, 2023).

2.2 Transações com partes relacionadas

No Brasil, as transações com partes relacionadas são orientadas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, baseado na IAS 24 - *Related Party Disclosures*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Tal Pronunciamento é aplicado na

identificação de relacionamentos, transações e saldos entre partes relacionadas, complementando que os relacionamentos entre controladora e suas controladas devem ser divulgados mesmo que não tenham ocorrido transações entre as partes no período (CPC 05 (R1), 2010; Santos et al., 2022b).



As transações com partes relacionadas representam as transações realizadas entre a parte que reporta a informação e uma parte relacionada, considerando que as partes relacionadas podem ser representadas por uma entidade, uma pessoa física ou um familiar dessa pessoa física. Pode ser uma transação que envolva recursos financeiros, serviços ou obrigações, independentemente que seja cobrado um preço em contrapartida, ou que haja condição de favorecimento para uma das partes (Santos *et al.*, 2022b), tendo como característica dessa relação que a parte investida remete informações à investidora, por meio das demonstrações contábeis (CPC 05 (R1), 2010; Martinez & Silva, 2019; Santos *et al.*, 2022b).

Em relação às transações que podem ocorrer entre as partes relacionadas e devem ser divulgadas, o CPC 05 (R1) (2010), no item 21, cita as operações de compras e ven-

das; prestação ou recebimento de serviços; transferências, sejam estas de ordem financeiras, de pesquisa e desenvolvimento, acordos de licenças; fornecimento de garantias, avais ou fianças; arrendamentos; contratos a executar; e liquidação de dívidas. Devido à importância das transações entre as partes relacionadas e ratificando a necessidade de divulgação clara dessas nas demonstrações contábeis, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (2002), por meio da Cartilha de Governança, atribui a responsabilidade de certificação ao conselho de administração, de que as informações foram devidamente reportadas nas demonstrações contábeis, atendendo às condições de mercado e de legibilidade. Além de proibir que a remuneração dos contratos de serviços por partes relacionadas tenha como base o faturamento ou receita (CVM, 2002; Santos *et al.*, 2022a).

Nesse contexto, algumas pesquisas foram realizadas no cenário brasileiro no sentido de identificar a divulgação feita pelas empresas em suas demonstrações financeiras acerca das transações com suas partes relacionadas, tais como Martins e Fernandes (2016), que investigaram a conformidade das empresas brasileiras listadas na B3 com os requisitos de divulgação do CPC 05 (R1). Revelaram que, embora a maioria das empresas divulguem informações sobre transações com partes relacionadas, há variações significativas na extensão e no detalhamento dessas informações, concluindo-se pela importância de um maior rigor na aplicação das normas para garantir transparência e comparabilidade das informações contábeis (Martins & Fernandes, 2016).

Além disso, Cardoso *et al.*, (2018) exploraram a influência das práticas de governança corporativa na qualidade da divulgação das transações entre partes relacionadas. Demonstraram que empresas com estruturas de governança mais robustas, como conselhos de administração independentes e auditorias internas efetivas, tendem a fornecer divulgações mais completas e precisas. Assim, sugerem que a adoção de boas práticas de governança pode mitigar riscos associados a transações oportunistas e aumentar a confiança dos investidores (Cardoso *et al.*, 2018).

Outro estudo relevante foi conduzido por Oliveira e Saito (2020), que analisaram a relação entre a transparência nas transações com partes relacionadas e o desempenho financeiro das empresas. Os resultados indicaram que empresas que divulgam de forma clara e detalhada suas transações com partes relacionadas apresentam melhor desempenho financeiro e menor custo de capital. Também, que a transparência pode reduzir a assimetria de informação e os custos de agência, promovendo um ambiente de negócios mais saudável e atrativo para investidores (Oliveira & Saito, 2020).

Ademais, a pesquisa de Lima e Santos (2022) enfocou os desafios enfrentados pelas PMEs na divulgação de transações com partes relacionadas, mostrando que muitas delas têm dificuldades em atender às exigências do CPC 05 (R1), devido à falta de recursos e conhecimento técnico. Assim, recomendou-se a criação de programas de capacitação e suporte para ajudar essas empresas a melhorarem suas práticas de divulgação, frisando que a transparência é fundamental para o desenvolvimento sustentável e a credibilidade no mercado.



“As transações com partes relacionadas representam as transações realizadas entre a parte que reporta a informação e uma parte relacionada, considerando que as partes relacionadas podem ser representadas por uma entidade, uma pessoa física ou um familiar dessa pessoa física.”

Diante disso, as pesquisas realizadas foram conduzidas no sentido de apurar a transparência na apresentação das transações com partes relacionadas, tomando como base as orientações dispostas no CPC 05 (R1) e na estrutura de governança. Esta pesquisa vai além de apurar conformidade de divulgação, busca evidenciar a natureza das transações com partes relacionadas e seus reflexos em práticas de PS. Na sequência, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para atender ao objetivo geral proposto.

3. Procedimentos Metodológicos

Para atender ao objetivo geral de identificar os mecanismos para a PS utilizados pelas empresas brasileiras listadas em transações com suas partes relacionadas no exterior, esta pesquisa caracteriza-se documental, quantitativa e descritiva. A população compreendeu as 434 empresas listadas na B3 no ano de 2023. Para a definição da amostra, foram consideradas empresas que atenderam aos três critérios estabelecidos para a seleção, sendo: (i) divulgação das demonstrações financeiras até a data final da coleta de dados, que

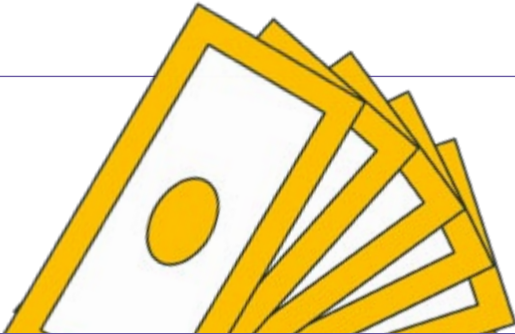


Tabela 1 – Definição da amostra		
Segmento de listagem	População	Amostra
NM	193	69
N2	21	10
N1	24	14
MB	10	0
MA	13	4
M2	3	2
DR3	4	3
DR1	5	0
TRAD	161	19
Total	434	121

Nota: (NM) Novo Mercado; (N2) Nível 2 de Governança Corporativa; (N1) Nível 1 de Governança Corporativa; (MB) Balcão Organizado Tradicional; (MA) Bovespa Mais; (M2) Bovespa Mais – Nível 2; (DR3) BDR Nível 3; (DR1) BDR Nível 1; Tradicional (TRAD).

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

ocorreu entre 13 de agosto de 2024 a 1º de outubro de 2024; (ii) existência de transações com partes relacionadas no exterior; e (iii) existência de saldos nas transações com partes relacionadas no exterior. A amostra resultou em 121 empresas, conforme apresentado na Tabela 1.

Ainda, importante mencionar que da população de 434 empresas analisadas durante a coleta de dados, quatro delas ainda não haviam

apresentado suas demonstrações financeiras referente ao exercício de 2023: Coteminas (CTNM), Santanense (CTSA), Springs (SGPS) e Opea (RBRA). Vale destacar que Springs faz parte do NM, enquanto Coteminas, Santanense e Opea são do segmento Tradicional. Assim, essas empresas não foram consideradas na amostra por não atenderem a todos os critérios estabelecidos para a seleção.

A coleta de dados se deu por informações nas notas explicativas divulgadas pelas empresas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas no *website* da B3, referentes ao ano de 2023, em que foram considerados os seguintes itens das notas explicativas: (i) Contexto operacional – partes relacionadas no exterior; e (ii) Transações com partes relacionadas. Quanto às informações a serem coletadas, foi elaborado um *checklist* baseado no CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (2010), dos itens em que é possível identificar a existência de transações com partes relacionadas, saldos e categorias destas. Na Figura 1, é apresentado o instrumento utilizado para a coleta dos dados.

Em relação aos mecanismos utilizados para a PS, estes podem ser identificados com base nas transações divulgadas apresentadas no item 21 do CPC 05 (R1), são os preços de transferência nos itens: (a) compras ou vendas de bens (acabados ou não acabados); (b) compras ou vendas de propriedades e outros ativos; e (c) prestação ou recebimentos de serviços. O uso estratégico de ativos intangíveis nos itens: (d) arrendamentos; (e) transferências de pesquisa e desenvolvi-

mento; e (f) transferências mediante acordos de licença. Já a estrutura de capital e o uso estratégico da dívida interna podem ser identificados nos itens: (g) transferências de natureza financeira (incluindo empréstimos e contribuições para capital em dinheiro ou equivalente); (h) fornecimento de garantias, avais ou fianças; e (i) assunção de compromissos para fazer alguma coisa para o caso de um evento particular ocorrer ou não no futuro, incluindo contratos a executar (reconhecidos ou não); e (j) liquidação de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome de parte relacionada. O uso da localização pode ser identificado no item 2 – (a) Identificação de existências de transações com partes relacionadas no exterior. A repatriação de lucros *versus* retenção de caixa pode ser visualizada nos dividendos recebidos.

A análise dos dados se deu por meio de uso de tabelas. A análise e discussão dos resultados foram realizadas em três etapas: (i) identificação das empresas que divulgam transações com partes relacionadas no exterior e que identificaram existência de saldos, incluindo compromissos, entre a entidade que

reporta a informação e suas partes relacionadas (Tabela 2); (ii) identificação da divulgação da natureza do relacionamento entre as partes relacionadas, assim como as informações sobre as transações e saldos existentes e divulgação feita separadamente entre suas partes relacionadas pelas diferentes categorias (Tabela 3); e (iii) identificação dos mecanismos de PS, incluindo a identificação de transações com países considerados paraísos fiscais (tabelas 4, 5, 6 e 7).

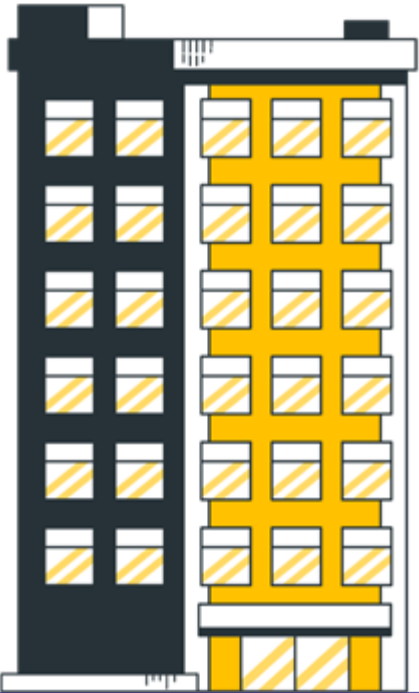


Figura 1 – Instrumento de coleta de dados baseado no CPC 05 (R1)

Descrição	CPC 05 (R1)	Evidência
Identificação de existência de transações com partes relacionadas no exterior	Item 2 – (a)	Sim/não
Identificação de saldos existentes, incluindo compromissos, entre a entidade que reporta a informação e suas partes relacionadas	Item 2 – (b)	Sim/não
A entidade divulga a remuneração do pessoal-chave da administração no total e para as demais categorias	Item 17	Sim/não
A entidade divulga a natureza do relacionamento entre as partes relacionadas, assim como as informações sobre as transações e saldos existentes (transações, saldos, estimativa de créditos de liquidação duvidosa e despesas reconhecidas)	Item 18	Sim/não
Divulgação feita separadamente entre suas partes relacionadas pelas diferentes categorias	Item 19	Sim/não
Transações que devem ser divulgadas, se feitas com parte relacionada: (a) compras ou vendas de bens (acabados ou não acabados); (b) compras ou vendas de propriedades e outros ativos; (c) prestação ou recebimento de serviços; (d) arrendamentos; (e) transferências de pesquisa e desenvolvimento; (f) transferências mediante acordos de licença; (g) transferências de natureza financeira (incluindo empréstimos e contribuições para capital em dinheiro ou equivalente); (h) fornecimento de garantias, avais ou fianças; (i) assunção de compromissos para fazer alguma coisa para o caso de um evento particular ocorrer ou não no futuro, incluindo contratos a executar 1 (reconhecidos ou não); e (j) liquidação de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome de parte relacionada.	Item 21	Sim/não Mecanismos de <i>profit shifting</i>

Nota: por meio do item 21, é possível identificar as transações realizadas pelas empresas com suas partes relacionadas, utilizando mecanismos que podem ser usados para práticas de PS.
Fonte: elaborada pelos autores (2024).

4. Análise e Discussão dos Resultados

Este tópico abordará a análise e discussão dos dados. Na primeira etapa da análise, apresenta-se a quantidade de empresas em que foi identificada a existência de transações com partes relacionadas e quantas declararam a existência de saldos com essas partes relacionadas.

Com base no disposto na Tabela 2, da população de 434 empresas, 127 (29,26%) delas apresentaram transações com partes relacionadas no exterior, enquanto 307 (70,74%) não reportou haver transações com partes relacionadas. Dessas, 127 empresas que reportaram a existência de transações com partes relacionadas, 121 (95,28%) delas apresentaram saldos nas transações, enquanto 6 (4,72%) empresas não apresentaram saldos nas suas demonstrações contábeis divulgadas no ano de 2024. Nesse sentido, considerou-se a amostra de 121 empresas que atenderam, respectivamente, aos itens 2-A e 2-B do CPC 05 (R1) (2010). Na sequência, a Tabela 3 reporta a quantidade de empresas que divulgam suas informações e observam o item - 18 e o item - 19 do CPC 05 (R1) (2010).

Em se tratando da divulgação da natureza do relacionamento e da divulgação em categorias das transações com partes relacionadas, todas as empresas da amostra atendem à orientação do item 19 do CPC 05 (R1) (2010). Porém, em relação ao item 18, verificou-se que uma empresa (0,83%) não divulgou a natureza do seu relacionamento com suas partes relacionadas, assim como as informações sobre as transações e saldos existentes, sendo ela a Baumer (BALM), pertencente ao segmento de listagem Tradicional.



Tabela 2 – Quantidade de empresas que atendem aos itens 2(a) e 2(b) do CPC 05 (R1) (2010)

Segmento de listagem	Item 2-A		Item 2-B	
	Não	Sim	Não	Sim
NM	120	73	4	69
N2	11	10	–	10
N1	10	14	–	14
MB	10	–	–	–
MA	9	4	–	4
M2	1	2	–	2
DR3	1	3	–	3
DR1	5	–	–	–
TRAD	140	21	2	19
Total	307	127	6	121
%	70,74%	29,26%	4,72%	95,28%

Nota: (NM) Novo Mercado; (N2) Nível 2 de Governança Corporativa; (N1) Nível 1 de Governança Corporativa; (MB) Balcão Organizado Tradicional; (MA) Bovespa Mais; (M2) Bovespa Mais – Nível 2; (DR3) BDR Nível 3; (DR1) BDR Nível 1; Tradicional (TRAD). Item 2-A: Identificação de existência de transações com partes relacionadas no exterior. Item 2-B: Identificação de saldos existentes, incluindo compromissos, entre a entidade que reporta a informação e suas partes relacionadas.

Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Tabela 3 – Número de empresas que atendem aos itens 18 e 19 do CPC 05 (R1) (2010)

Segmento de listagem	Item 18		Item 19	
	Não	Sim	Não	Sim
NM	–	69	–	69
N2	–	10	–	10
N1	–	14	–	14
MA	–	4	–	4
M2	–	2	–	2
DR3	–	3	–	3
TRAD	1	18	–	19
Total	1	120	0	121
%	0,83%	99,17%	–	100%

Nota: (NM) Novo Mercado; (N2) Nível 2 de Governança Corporativa; (N1) Nível 1 de Governança Corporativa; (MB) Balcão Organizado Tradicional; (MA) Bovespa Mais; (M2) Bovespa Mais – Nível 2; (DR3) BDR Nível 3; (DR1) BDR Nível 1; Tradicional (TRAD). Item 2-A: Identificação de existência de transações com partes relacionadas no exterior. Item 2-B: Identificação de saldos existentes, incluindo compromissos, entre a entidade que reporta a informação e suas partes relacionadas.

Fonte: elaborada pelos autores (2024).



Além de não cumprir com o item 18 do CPC 05 (R1) (2010), a empresa Baumer (BALM) também é a única empresa da amostra que não atendeu ao disposto no item 17 do CPC 05 (R1) (2010), que trata da divulgação da remuneração do pessoal-chave da administração. Em suas notas explicativas se restringiu somente a informar que “A Remuneração da Administração deve ser fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da companhia”, e mencionou ainda que “(...) foi liberado na AGO/E realizada em 28 de abril de 2023 o montante de até 5% (cinco por cento) do faturamento líquido do exercício para os honorários anuais dos órgãos da administração, cabendo ao presidente do Conselho proceder à distribuição”. Assim, definiu os limites e mecanismos de fixação da remuneração do pessoal-chave, não tendo divulgado a remuneração em si, como orienta o item 17 do CPC 05 (R1) (2010). Essas insuficiências na transparência das transações reforçam a necessidade de divulgação clara e precisa, conforme os requisitos do CPC 05 (R1) (2010), no sentido de garantir uma melhor avaliação dos riscos e da transparência nas práticas empresariais.

Isto posto, na próxima etapa da análise dos dados, foi feita a iden-

tificação dos mecanismos de PS, primeiramente será abordada a localização, que pode ser identificada nos itens 2(a) e 2(b) do CPC 05 (R1) (2010). Além disso, é essencial entender como as práticas de PS contribuem para a transferência de lucros e a minimização tributária, especialmente quando envolvem países com tributação favorecida. A análise dos mecanismos de PS é fundamental para compreender as estratégias utilizadas por EMNs para reduzir sua carga tributária, transferindo lucros para jurisdições com tributação favorecida (Rathke, 2021).

Ao levar em conta que o mecanismo de localização se trata do país onde as EMNs possuem partes relacionadas, se faz importante relacionar com a Instrução Normativa RFB n.º 1.037, publicada no Diário Oficial da União (DOU) no ano de 2010, que lista os 61 países ou as dependências que possuem tributação favorecida e aqueles que adotam regimes fiscais privilegiados (comumente denominados paraísos fiscais). Ao considerar exclusivamente os países com tributação favorecida, uma vez que os regimes fiscais privilegiados possuem critérios específicos para serem classificados como paraísos fiscais (critérios esses que não foram objeto de análise nesta pesquisa), constatou-se que houve transações com par-



tes relacionadas localizadas em 10 desses, sendo: Bahamas, Barbados, Belize, Ilha Jersey, Ilhas Cayman, Ilhas Maurício, Ilhas Virgens Britânicas, Irlanda, Omã e Panamá. A Tabela 4 evidencia que as transações com paraísos fiscais representam 16,13% do total de transações com partes relacionadas reportadas, também são apresentados os países em que houve maior quantidade de transações.

Da amostra de 121 empresas analisadas, verificou-se que há transações com 80 países distintos, sendo que diferentes segmentos de listagem realizam transações repetidamente com os mesmos países. Os Estados Unidos destacam-se como o país mais reportado em seis dos sete segmentos de listagem e, no segmento M2, foi reportado em número equivalente a Paraguai e Chile, o que demonstra marcante presença nas transações com empresas brasileiras.

Tabela 4 - Quantidade de países e paraísos fiscais que cada segmento de listagem mantém transações

Segmento de listagem	Localização			
	Qt. de países envolvidos	País mais reportado	Qt. de paraíso fiscal	Paraíso fiscal mais reportado
NM	71	Estados Unidos	8	Ilhas Cayman
N2	23	Estados Unidos	3	Ilhas Cayman
N1	28	Estados Unidos	2	Ilhas Cayman
MA	6	Estados Unidos	1	Ilhas Virgens Britânicas
M2	20	Estados Unidos, Paraguai, Chile	2	Belize, Panamá
DR3	15	Estados Unidos	3	Bahamas, Ilhas Cayman, Panamá
TRAD	32	Estados Unidos	2	Panamá, Ilhas Virgens Britânicas

Nota: (NM) Novo Mercado; (N2) Nível 2 de Governança Corporativa; (N1) Nível 1 de Governança Corporativa; (MB) Balcão Organizado Tradicional; (MA) Bovespa Mais; (M2) Bovespa Mais – Nível 2; (DR3) BDR Nível 3; (DR1) BDR Nível 1; Tradicional (TRAD).

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

“Quando analisado os segmentos de listagem que reportaram transações com partes relacionadas em países considerados paraísos fiscais, a Tabela 5 evidencia que da amostra de 121 empresas, 30 (24,79%) delas estão realizando transações com os países elencados na Instrução Normativa RFB n.º 1.037, sendo destacada a sua distribuição pelos setores econômicos..”

Quando se trata de paraísos fiscais, foram reportadas 21 transações, envolvendo 10 países distintos, com destaque para as Ilhas Cayman, que foi o local mais reportado em quatro dos sete segmentos de listagem. Esses achados corroboram os resultados de Rathke (2021), que também apontou uma alta prevalência de paraísos fiscais nas operações de EMNs, confirmando que a evasão fiscal e a otimização tributária permanecem como práticas comuns entre as EMNs.

Também, indicam uma participação significativa de países com tributação favorecida, o que sugere que práticas de otimização fiscal são recorrentes, independentemente do nível de governança corporativa do segmento. Estima-se que as EMNs transferem anualmente para os paraísos fiscais cerca de US\$ 1,1 trilhão de dólares, que resultam em uma perda de receita tributária para os governos em todo o mundo de US\$301 bilhões por ano (Tax Justice Network, 2023), especialmente impactando países em desenvolvimento (Santos, 2023). Ainda, o relatório da Tax Justice Network (2023) aponta que as perdas fiscais dos países com menor renda, cerca de US\$ 47 bilhões de dóla-

Tabela 5 – Quantidade de EMNs, por setor econômico, que mantêm transações com paraísos fiscais								
Setor econômico	Segmento de listagem							
	NM	N2	N1	MA	M2	DR3	TRAD	Total
Petróleo, gás, biocombustível	2	1	–	–	–	–	–	3
Materiais básicos	–	–	2	–	–	–	1	3
Bens industriais	3	4	–	–	–	–	–	7
Agricultura	2	–	–	–	–	1	1	4
Incorporações	1	–	–	–	–	–	–	1
Comércio	1	–	–	–	–	–	–	1
Saúde	–	–	–	1	1	–	–	2
Tecnologia	2	–	–	–	–	–	v	2
Utilidade pública	1	–	–	–	–	–	–	1
Financeira	–	1	4	–	–	1	–	6
Total	12	6	6	1	1	2	2	30

Nota: (NM) Novo Mercado; (N2) Nível 2 de Governança Corporativa; (N1) Nível 1 de Governança Corporativa; (MB) Balcão Organizado Tradicional; (MA) Bovespa Mais; (M2) Bovespa Mais – Nível 2; (DR3) BDR Nível 3; (DR1) BDR Nível 1; Tradicional (TRAD).

Fonte: elaborada pelos autores (2024).

res, equivalem a 49% dos seus orçamentos voltados para a saúde pública. No contexto brasileiro, estima-se que o país perca cerca de US\$ 8 bilhões anualmente devido a paraísos fiscais e *offshores*, o que equivale a aproximadamente R\$ 40 bilhões. Esse valor é elaborado ao orçamento anual aprovado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) (Gonçalves, 2023).

Quando analisado os segmentos de listagem que reportaram transações com partes relacionadas em países considerados paraísos fiscais, a Tabela 5 evidencia que da amostra de 121 empresas, 30 (24,79%) delas estão realizando transações com os países elencados na Instrução Normativa RFB n.º 1.037, sendo destacada a sua distribuição pelos setores econômicos.

O segmento de listagem do NM é o que possui o maior número de EMNs mantendo relações com paraísos fiscais, sendo 12 (40%) do total das 30 identificadas, seguido dos setores N2 e N1, que indicaram 6 (20%) EMNs cada. Assim, apesar desses segmentos possuírem o maior nível de governança corporativa entre todos os segmentos, foram os que mais apresentaram transações com paraísos fiscais, representando 80% do total das EMNs identificadas.

Ainda, analisando-se o setor econômico dessas 30 empresas, identificou-se que, dos 12 setores existentes, somente dois deles não identificaram transações com paraísos fiscais, sendo os setores de Comunicações e Outros. O setor de bens industriais se destacou por possuir o maior número de empresas mantendo relações com países paraísos fiscais, totalizando 7 (23,33%) empresas, seguido do setor Financeiro (Bancos) com 6 (20%) empresas.

Na sequência da análise referente aos mecanismos de PS, a Tabela 6 identifica as transações realizadas pelas empresas com suas

partes relacionadas conforme o item 21 - Seguem exemplos de transações que devem ser divulgadas, se feitas com parte relacionada, do CPC 05 (R1) (2010), em que as transações foram agrupadas nos mecanismos da seguinte forma: (i) **preços de transferências**: (a) compras ou vendas de bens (acabados ou não acabados), (b) compras ou vendas de propriedades e outros ativos e (c) prestação ou recebimento de serviços; (ii) **uso estratégico de ativos intangíveis**: (d) arrendamentos, (e) transferências de pesquisa e desenvolvimento e (f) transferências mediante acordos de licença; (iii) **estrutura de capital e uso estratégico da dívida interna**: (g) transferências de natureza financeira (incluindo empréstimos e contribuições para capital em dinheiro ou equivalente), (h) fornecimento de garantias, avais ou fianças, (i) assunção de compromissos para fazer alguma coisa para o caso de um evento particular ocorrer ou não no futuro, incluindo contratos a executar (reconhecidos ou não) e (j) liquidação de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome de parte relacionada; e (iv)

repatriação de lucro versus retenção de caixa pela divulgação dos dividendos.

Os resultados apontaram a existência de 344 transações com partes relacionadas envolvendo mecanismos de PS nas 121 empresas analisadas. Dessas transações, o mecanismo mais utilizado foi o preço de transferência, com 143 transações (41,57%), o que corrobora os achados de Heckemeyer e Overesch (2017), Kovermann e Velte (2019), Cooper e Nguyen (2020) e Rathke (2021), que apontaram os preços de transferência como o mecanismo mais utilizado para as práticas de PS, sendo mais utilizado em transações que envolvem empresas do segmento do NM e em operações de compra e venda de bens. Isso pode ser justificado pelo fato de, no Brasil, a legislação existente sobre os preços de transferência ser de postura normativa, amparada em modelos e regras matemáticas e não voltada para a divulgação dos preços praticados e no sentido de coibir tais práticas. Isso potencializa as operações de PS conduzidas pelo uso de preços de transferência (Diller *et al.*, 2021; Rathke, 2021).

Tabela 6 – Identificação da utilização de mecanismos de PS por segmento de listagem

Segmento de listagem	Item 21											
	Preços de transferência			Uso estratégico de ativos intangíveis			Estrutura de capital e uso da dívida interna				Repatriação de lucros <i>versus</i> retenção caixa	Total de mecanismos de PS por segmento
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)		
NM	37	15	32	7	1	6	56	12	4	3	18	191
N2	7	1	4	3	-	1	10	4	-	-	4	34
N1	8	2	5	3	-	-	13	2	-	-	8	41
MA	-	-	1	1	1	2	3	-	-	-	1	9
M2	2	1	1	-	1	-	1	-	-	-	1	7
DR3	1	-	2	1	-	2	3	-	-	1	1	11
TRAD	13	1	10	3	-	3	13	1	-	-	7	51
Subtotal	68	20	55	18	3	14	99	19	4	4	40	344
Total	143			35			126				40	344
%	41,57%			10,17%			36,63%				11,63%	100%

Nota: (NM) Novo Mercado; (N2) Nível 2 de Governança Corporativa; (N1) Nível 1 de Governança Corporativa; (MB) Balcão Organizado Tradicional; (MA) Bovespa Mais; (M2) Bovespa Mais – Nível 2; (DR3) BDR Nível 3; (DR1) BDR Nível 1; Tradicional (TRAD).

Fonte: elaborada pelos autores (2024).

“Quanto ao mecanismo de estrutura de capital e uso da dívida interna, proporcionalmente à quantidade de EMNs, foi o mais reportado no segmento do N2, no qual foi aplicado o total de 140%. Por fim, o mecanismo de repatriação de lucros versus retenção de caixa foi a prática mais utilizada pelas EMNs do segmento N1, com 57,14% das transações entre partes relacionadas.”

Contudo, ainda que os preços de transferência sejam o mecanismo mais usual nas transações entre partes relacionadas, as (g) transferências de natureza financeira (incluindo empréstimos e contribuições para capital em dinheiro ou equivalente), considerado um mecanismo de uso estratégico da estrutura de capital e uso da dívida interna, é a transação mais usual entre as empresas, tendo 99 ocorrências, o que representa 28,78% do total das transações realizadas. Essa operação propicia dedução fiscal da despesa com juros, ou ainda pode ser uma forma de captar recursos em local com taxas de juros mais atrativas para reinvestir em empresa do mesmo grupo onde as taxas de captação de recursos não sejam atrativas, prejudicando o país local da captação no que se refere ao crescimento econômico (Bernard *et al.*, 2006; Cooper & Nguyen, 2020).

Quanto aos mecanismos de uso estratégico de ativos intangíveis e repatriação de lucros versus retenção caixa, apresentaram, respectivamente, 35 e 40 transações das 344 transações evidenciadas. Demonstrando que, mesmo não sendo tão usuais nas transações com partes relacionadas, existem empresas que os exploram. Destacam

Heckemeyer e Overesch (2017) que cerca de dois terços das operações de PS ocorrem por canais não financeiros, como preços de transferência, e um terço por canais financeiros, como a transferência de dívida.

Ao analisar, de forma geral, todos os mecanismos de PS tiveram maior incidência no segmento do NM, que reportou 84 transações das 143 identificadas de preços de transferência, 14 das 35 transações de uso estratégico de ativos intangíveis, 75 transações das 126 reportadas de estrutura de capital e uso da dívida interna e 18 do total de 40 transações de repatriação de lucros versus retenção de caixa. Igualmente, foi o segmento de listagem que reportou o maior número de transações com paraísos fiscais, reportando 8 das 21 práticas identificadas. Esses resultados se justificam porque o segmento do NM concentra 57,02% do total de EMNs da amostra, seguido pelo segmento Tradicional, com 15,70% das empresas analisadas.

Isto posto e analisando a proporção da quantidade de EMNs por segmento de listagem versus número de mecanismos de PS identificados, já que uma mesma empresa pode usar mais de um mecanismo de PS em suas transações com partes relacionadas, tem-se que o



mecanismo de preços de transferência foi o mais reportado no segmento M2, que o utilizou 200% em relação à quantidade de EMNs listadas no segmento, já no segmento Tradicional foi reportado 126,32% e no NM o utilizou 121,74%. A partir dessa lógica de análise o mecanismo de uso estratégico de ativos intangíveis foi o mais reportado, em números iguais, nos segmentos MA e DR3, com 100% das suas EMNs utilizando-o. Quanto ao mecanismo de estrutura de capital e uso da dívida interna, proporcionalmente à quantidade de EMNs, foi o mais reportado no segmento do N2, no qual foi aplicado o total de 140%. Por fim, o mecanismo de repatriação de lucros versus retenção de caixa foi a prática mais utilizada pelas EMNs do segmento N1, com 57,14% das transações entre partes relacionadas.

A fim de aprofundar a análise sobre os mecanismos de PS, a Tabela 7 identifica como os diversos setores econômicos fazem uso dos mecanismos em suas transações com partes relacionadas no exterior.

Em se tratando de setor econômico, o mecanismo de preços de transferência foi a prática majoritária nos setores de materiais básicos, bens industriais, consumo não cíclico – agricultura e incorporações, consumo cíclico – comércio, saúde – medicamentos e outros produtos e comunicações – telecomunicações. Ainda, no setor econômico de petróleo, gás e biocombustíveis, o mecanismo de preços de transferência e estrutura de capital e uso da dívida interna foram reportados igualmente, com 10 transações para cada mecanismo. O mecanismo de estrutura de capital e uso da dívida interna também foi o mecanismo mais reportados nos setores financeiro – bancos, tecnologia da informação

– computadores e equipamentos e utilidade pública – energia elétrica, saneamento e esgoto.

A partir das análises realizadas, pode-se concluir que o mecanismo de PS mais utilizado, seja considerando números absolutos ou a razão entre quantidade de EMNs *versus* número de mecanismos utilizados, os preços de transferências são o mecanismo mais usual. Ainda, quanto ao segmento de listagem que apresentou o maior número de transações envolvendo mecanismos de PS, foi o NM com 194 transações ao todo. Porém, quando se analisa a razão entre a quantidade de EMNs de cada segmento, o segmento que mais se destacou foi o DR3, seguido pelo M2, N2, N1 e, em quinto lugar, o NM.

Quando se trata de setor econômico, os preços de transferência foram o mecanismo mais reportado, em números absolutos, no setor de bens industriais, todavia quando analisada a razão en-

tre a quantidade de EMNs, o setor que se destaca é o de consumo não cíclico – agricultura. O mecanismo de uso estratégico de ativos intangíveis apresentou maior número absoluto no setor de agricultura, porém, na análise da razão da quantidade de EMNs, o mecanismo foi mais reiterado no setor de saúde. Ainda, quanto ao mecanismo de estrutura de capital e uso da dívida interna, foi o mais reportado no setor de bens industriais, porém, ao analisar a razão da quantidade de EMNs, esse mecanismo prevaleceu no setor de petróleo, gás e biocombustíveis.

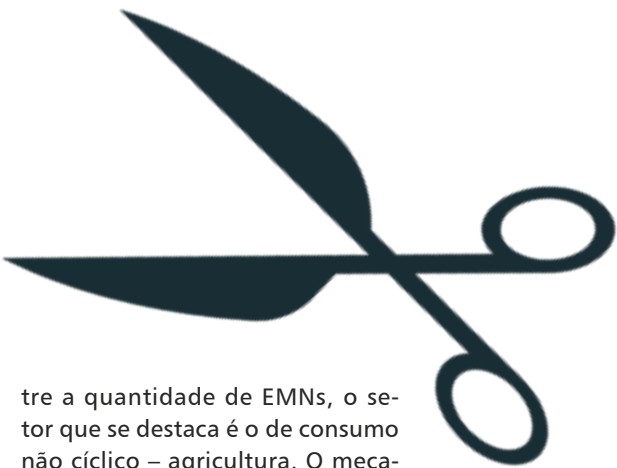


Tabela 7 – Identificação da utilização de mecanismos de PS, por setor econômico

Setor econômico	Item 21											Total mecanismos de PS, por setor econômico
	Preços de transferência			Uso estratégico de ativos intangíveis			Estrutura de capital e uso da dívida interna				Repatriação de lucros <i>versus</i> retenção caixa	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)		
Petróleo, gás, biocombustível	6	1	3	3	1	1	5	3	1	1	3	28
Materiais básicos	14	3	6	6	-	2	14	3	-	-	13	61
Bens industriais	14	6	13	-	-	-	19	4	-	-	6	62
Agricultura	12	4	8	4	-	5	11	2	1	3	4	54
Incorporações	11	-	4	1	-	3	9	2	-	-	5	35
Comércio	5	4	7	2	-	1	12	1	-	-	2	34
Saúde	2	1	2	-	2	1	4	-	-	-	2	14
Tecnologia	3	-	3	1	-	1	9	3	1	-	-	21
Comunicações	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	3
Utilidade pública	1	-	2	1	-	-	4	1	-	-	3	12
Financeira	-	1	5	-	-	-	11	-	1	-	2	20
Subtotal	68	20	55	18	3	14	99	19	4	4	40	344
Total	143			35			126				40	344

Fonte: elaborada pelos autores, 2024.

“Em se tratando de setor econômico, o mecanismo de preços de transferência foi a prática majoritária nos setores de materiais básicos, bens industriais, consumo não cíclico – agricultura e incorporações, consumo cíclico – comércio, saúde – medicamentos e outros produtos e comunicações – telecomunicações.”

O mecanismo de uso estratégico de ativos intangíveis foi mais utilizado no setor da agricultura e a repatriação de lucros *versus* retenção de caixa ganhou destaque no setor de materiais básicos, ou seja, não há um mecanismo de PS que prevaleça nos segmentos de listagem e nos setores econômicos, o que demonstra que cada empresa analisa qual o mecanismo mais se adequa ao planejamento tributário ou a sua atividade, para buscar a maximização do seu resultado global e atender à legislação vigente.

5 Considerações Finais

A pesquisa realizada sobre os mecanismos de PS adotados por empresas brasileiras com partes relacionadas no exterior revela um cenário complexo, no qual práticas fiscais agressivas são amplamente utilizadas para minimizar a carga tributária global. As principais estratégias identificadas incluem preços de transferência e o uso da estrutura de capital baseada em dívidas internas, o que permite que as empresas transfiram lucros de forma eficiente para jurisdições com tributação favorecida. Essas práticas representam uma erosão significativa da base tributária de países com alta carga tributária, como o Brasil.

Entre os resultados obtidos, constatou-se que 41,57% das transações com partes relacionadas envolviam o uso de preços de transferência, um dos mecanismos mais recorrentes no contexto de PS. As empresas manipulam o preço nas transações internas entre subsidiárias para alocar lucros em jurisdições com menor tributação. Além disso, o uso de transferências de natureza financeira, como empréstimos entre subsidiárias, representou 28,78% das transações, destacando-se como uma estratégia popular para reduzir o lucro tributável em países de alta tributação, como observado em estudos anteriores (Beer *et al.*, 2020; Amidu *et al.*, 2019).

A análise também demonstrou que a escolha de negociar com paraísos fiscais, como as Ilhas Cayman, não se deve exclusivamente à busca por menores alíquotas tributárias, mas também à oferta de estabilidade financeira e à facilidade de movimentação de capital nessas jurisdições. EMNs, especialmente em setores como bens industriais e financeiro, encontram nesses locais uma oportunidade para otimizar sua eficiência fiscal e melhorar a competitividade global.



A prática de alocar lucros em jurisdições com baixa tributação, entretanto, traz consequências importantes para a justiça fiscal. A erosão da base tributária reduz significativamente a receita disponível para investimentos em infraestrutura, educação e saúde, afetando diretamente o desenvolvimento econômico dos países de origem, especialmente em economias emergentes como o Brasil. Isso porque têm sua economia dependente de instalações de EMNs para gerar desenvolvimento e receita tributária e, por fim, acabam sendo os maiores lesados pelas perdas fiscais decorrentes das práticas de PS.

A cooperação internacional é essencial para enfrentar esses desafios. O Brasil, por meio de sua participação no Plano de Ação BEPS da OCDE, tem avançado na tentativa de combater a erosão da base tributária e a transferência de lucros para paraísos fiscais. No entanto, é necessário fortalecer as regulamentações internas e implementar mecanismos mais eficazes para garantir uma maior transparência nas transações entre partes relacionadas. Além disso, considerando a evolução tec-

nológica e a digitalização da economia, que apresentam novos desafios para a tributação, já que empresas de tecnologia conseguem operar em diversas jurisdições sem uma presença física significativa, é preciso repensar a regulamentação fiscal para garantir que os lucros gerados digitalmente sejam devidamente tributados nos países onde são efetivamente realizados.

Outro ponto relevante é o impacto dessas práticas na governança corporativa e na transparência das empresas. Embora as normas do CPC 05 (R1) exijam a divulgação de transações com partes relacionadas, a complexidade das transações e a falta de detalhamento adequado nas notas explicativas dificultam a compreensão completa das práticas de PS. Isso pode gerar dúvida entre os investidores e a sociedade em geral, além de comprometer a reputação das empresas envolvidas. Nesse sentido, o fortalecimento das auditorias e a criação de incentivos para uma maior divulgação por parte das empresas podem contribuir para mitigar o uso excessivo

de práticas de PS. Empresas que se obrigam a uma transparência maior em suas demonstrações financeiras tendem a ganhar a confiança dos investidores e melhorar sua reputação no mercado.

Por fim, a pesquisa revelou a necessidade de maior clareza nas diretrizes contábeis e fiscais para garantir que as empresas realmente divulguem de forma adequada suas transações com partes relacionadas. Isso inclui a promoção de boas práticas de governança corporativa e a implementação de auditorias mais rigorosas para assegurar a conformidade com as regulamentações existentes, de forma a evitar abusos e a manter a integridade do sistema tributário global.

Em razão da relevância do tema, futuras pesquisas podem explorar mais profundamente a relação entre o uso de paraísos fiscais e o impacto no desenvolvimento econômico dos países de origem. A análise de setores específicos e o papel das PMEs no cenário de PS podem trazer novas perspectivas sobre como a evasão fiscal afeta o crescimento econômico e a distribuição de renda.

Referências

AMIDU, M., Coffie, W., & Acquah, P. (2019). Transfer pricing, earnings management and tax avoidance of firms in Ghana. *Journal of Financial Crime*.

BARRIOS, S., Huizinga, H., Laeven, L., & Nicodème, G. (2012). International taxation and multinational firm location decisions. *Journal of Public Economics*, 96(11-12), 946-958. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2012.06.004>

BEER, S., & Loeprick, J. (2015). Profit shifting: Drivers of transfer (mis) pricing and the potential of countermeasures. *International Tax and Public Finance*, 22(3), 426-451.

BEER, S. De Mooij, R & Liu, L. (2020) International corporate tax avoidance: a review of the channels, magnitudes, and blind spots. *J. Econ. Surv.*, 34 (3) (2020), pp. 660-688

BERNARD, A. B., Jensen, J. B., & Schott, P. K. (2006). Transfer pricing by US-based multinational firms [Working Paper]. *National Bureau of Economic Research*.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. *Instrução Normativa RFB nº 1.037, de 04 de junho de 2010*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 07 jun. 2010. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=16002>. Acesso em: 30 set. 2024.

CARDOSO, R., Almeida, F., & Pereira, M. (2018). Governança corporativa e a qualidade da divulgação de transações com partes relacionadas. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 50(3), 123-145.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. (2002). *Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa*. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/decisoes/anexos/0001/3935.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2010). CPC 05 (R1) *Divulgação sobre Partes Relacionadas*. Acesso em: 5 de nov. de 2024. https://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/159_CPC_05_R1_rev%2006.pdf.

COOPER, M., & Nguyen, Quyen T.K. (2020). Multinational Enterprises and Corporate Tax Planning: A Review of Literature and Suggestions for a Future Research Agenda. *International Business Review*, 29(3), 101692.

DAVIES, R. B., Martin, J., Parenti, M., & Toubal, F. (2018). Knocking on tax haven's door: Multinational firms and transfer pricing. *Review of Economics and Statistics*, 100(1), 120-134.

DHAWAN, A., Ma, L., & Kim, M. H. (2020). Effect of corporate tax avoidance activities on firm bankruptcy risk. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 16(2), 100187.

DELIS, M. D., Hasan, I., & Karavitis, P. I. (2020). Profit Shifting and tax-rate uncertainty. *Journal of Business Finance & Accounting*, 47(5-6), 645-676.

DESAI, M. A., Foley, C. F., & Hines Jr., J. R. (2004). A multinational perspective on capital structure choice and internal capital markets. *The Journal of finance*, 59(6), 2451-2487.

DILLER, M., Lorenz, J., Schneider, G. T., & Sureth-Sloane, C. (2021). Is consistency the panacea? Inconsistent or consistent tax transfer prices with strategic taxpayer and tax authority behavior. *Inconsistent or Consistent Tax Transfer Prices with Strategic Taxpayer and Tax Authority Behavior (July 29, 2021)*. TRR, 266.

DISCHINGER, M. & Riedel, N. (2011). Corporate taxes and the location of intangible assets

Within multinational firms. *Journal of Public Economics*, 95(7-8), 691-707.

ELALI, A. D. S. D., & de Albuquerque, J. C. (2020). Efeitos da Digitalização da Economia sobre a Alocação do Direito de Tributar. *Revista de Direito Tributário Internacional Atual*, (8), 13-32.

FUEST, C., Hebous, S., & Riedel, N. (2011). International debt shifting and multinational firms in developing economies. *Economics Letters*, 113 (2), 135–13

GONÇALVES, E. (2023, 31 de agosto). *Brasil perde R\$ 40 bilhões por ano em paraísos fiscais e offshores: Valor foi estimado pela organização Tax Justice Network*. Agência Brasil. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/brasil-perde-r-40-bilhoes-por-ano-em-paraissos-fiscais-e-offshores/>. Acesso em: 9 nov. 2024.

HECKEMEYER, J. H., & Overesch, M. (2017). Multinationals' profit response to tax differentials: Effect size and shifting channels. *Canadian Journal of Economics/Revue canadienne d'économie*, 50(4), 965-994.

HINES, J. R., Jr., & Rice, E. M. (1994). Fiscal paradise: Foreign tax havens and American business. *The Quarterly Journal of Economics*, 109(1), 149-182.

HUIZINGA, H., Laeven, L. A., & Nicodeme, G. (2008). Capital structure and international debt shifting. *Journal of Financial Economics*, 88 (1), 80 – 118.

JONES, C. & Temouri, Y. (2016). The determinants of tax haven FDI. *Journal of World Business*, vol. 51, no. 2, pp. 237-250.

KOVERMANN, Jost & Velte, Patrick, 2019. "O impacto da governança corporativa na evasão fiscal corporativa — Uma revisão da literatura", *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, Elsevier, vol. 36(C), páginas 1-1.

LIMA, J., & Santos, L. (2022). Desafios na divulgação de transações com partes relacionadas em pequenas e médias empresas. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 33(4), 78-92.

MARTINS, A., & Fernandes, D. (2016). Conformidade das empresas brasileiras com os requisitos de divulgação do CPC 05 (R1). *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(1), 47-65.

MCCLURE, C. (2018). *Determinants of tax avoidance*. Working Paper, Stanford University.

MOCANU, M., Constantin, S. B., & Răileanu, V. (2020). Determinants of tax avoidance—evidence on profit tax-paying companies in Romania. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 1-20.

MOEN, J., Schindler, D., Schjelderup, G., & Wamser, G. (2018). The tax-efficient use of debt in multinational corporations. *CESifo Working Paper Series* No. 7133.

MOEN, J., Schindler, D., Schjelderup, G., & Tropina Bakke, J. (2019). International debt shifting: The value-maximizing mix of internal and external debt. *International Journal of the Economics of Business*, 26(3), 431-465.

OECD. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. (2013). *Action Plan on Base Erosion and Profit Shifting*. 2013. Disponível em: <https://www.oecd.org/tax/action-plan-on-base-erosion-and-profit-shifting-9789264202719-en.htm>

OECD. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. (2021). *Developing countries more at risk of lost corporate tax revenues* Paris: OECD Publishing, 2021. Available at: <https://www.oecd.org/coronavirus/en/data-insights/developing-countries-more-at-risk-of-lost-tax-revenues> » <https://www.oecd.org/coronavirus/en/data-insights/developing-countries-more-at-risk-of-lost-tax-revenues>

OLIVEIRA, J. A. W. D. (2018). Transfer Pricing in Brazil. In: *Anais / 7º Congresso Brasileiro de Direito Tributário Internacional*, 22, 23, 24 de agosto de 2018. São Paulo: FDUSP, SP. – São Paulo, IBDT, p. 333.

OLIVEIRA, P., & Saito, R. (2020). Transparência nas transações com partes relacionadas e desempenho financeiro. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 18(2), 234-252.

ORTMANN, R., & Schindler, D. (2020). *Public Economics*. https://www.cesifo.org/sites/default/files/events/2020/pe20_Schindler.pdf

Overesch, M. (2006). Transfer pricing of intrafirm sales as a profit shifting channel – Evidence from German firm data [Research Discussion Paper]. ZEW – Centre for European Economic.

REGO, S. O. (2003). Tax - avoidance activities of US multinational corporations. *Contemporary Accounting Research*, 20 (4), 805 – 833.

RATHKE, A. A. T. (2019). *Studies on transfer pricing systems and profit shifting impact of the international regulation on the shifting behaviour of Brazilian firms* (Ph.D. Thesis). Universidade de São Paulo, São Paulo.

RATHKE, A. A. (2021). Profit Shifting no Brasil e o impacto dos paraísos fiscais. *Revista Contabilidade & Finanças*, 32(85), 95-108.

RICHARDSON, G., Taylor, G. & Lanis, R. (2013). Determinants of transfer pricing aggressiveness: empirical evidence from Australian firms. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 9(1), 136–150.

SANTOS, A., Almeida, M., & Souza, P. (2022a). Governança corporativa e a transparência nas demonstrações contábeis. *Revista de Administração de Empresas*, 62(1), 89-107.

SANTOS, A., Iudícibus, S., Martins, E. & Gelbcke E. R. (2022b). *Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a Todas as Sociedades*. São Paulo: Grupo GEN.

SANTOS, M. (2023). *Justiça internacional e o regime tributário internacional: uma análise do Acordo Tributário Global*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/M4tDQVX3ctZqtBMq8cC9VGq/?lang=pt#>. Acesso em: 23 out. 2024.

SARI, D. K. (2020). Transfer Pricing Aggressiveness and Corporate Governance: Indonesia's Evidence. *Advances in Social Science. Education and Humanities Research*, 426, 69-77.

SOLIKHAH, B., Aryani, D. D., & Widiatami, A. K. (2021). The Determinants of Manufacturing Firms' Transfer Pricing Decisions in Indonesia. *Jurnal Keuangan dan Perbankan*, 25(1), 174-190.

TAX JUSTICE NETWORK . Tax Justice Network, Public Services International, Global Alliance For Tax Justice. (2021) *The state of tax justice 2021*. United Kingdom: Tax Justice Network, November. Available at: https://taxjustice.net/wp-content/uploads/2021/11/State_of_Tax_Justice_Report_2021_ENGLISH.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

TAX JUSTICE NETWORK. (2023). *The State of Tax Justice 2023*. Available at: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcjpcglclefindmkaj/https://taxjustice.net/wp-content/uploads/2023/08/State-of-Tax-Justice-2023-Tax-Justice-Network-Portuguese-ARCHIVED-VERSION.pdf> . Acesso em: 4 nov. 2024.

TRIPODI, Leandro. (2019). *Preços de transferência em operações de alto risco*. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2019;1001178072>> Acesso em: 5 jan. 2024.

